



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO ESPÍRITO SANTO

VIVIAN JACIARA VIANA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO NA DITADURA CIVIL-  
MILITAR(1964-1985): UM OLHAR SOBRE AS HISTÓRIAS DE REPRESSÕES  
E LUTAS**



Centro de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

VITÓRIA  
2023

**VIVIAN JACIARA VIANA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO NA DITADURA CIVIL-  
MILITAR(1964-1985): UM OLHAR SOBRE AS HISTÓRIAS DE REPRESSÕES  
E LUTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da do Espírito Santo Universidade Federal, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Cultura, Currículo e Formação de Educadores.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Sarruge Molina.

**VITÓRIA  
2023**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

V614u Viana, Vivian Jaciara, 1979-  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO NA  
DITADURA CIVIL-MILITAR(1964-1985):UM OLHAR  
SOBRE AS HISTÓRIAS DE REPRESSÕES E LUTAS / Vivian  
Jaciara Viana. - 2023.  
116 f. : il.

Orientador: Rodrigo Sarruge Molina.  
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do  
Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Brasil - História - 1964-1985. I. Molina, Rodrigo Sarruge.  
II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação.  
III. Título.

CDU: 37

---

**VIVIAN JACIARA VIANA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO NA DITADURA CIVIL-  
MILITAR(1964-1985): UM OLHAR SOBRE AS HISTÓRIAS DE REPRESSÕES E  
LUTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da do Espírito Santo Universidade Federal, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Cultura, Currículo e Formação de Educadores.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Sarruge Molina.

Aprovada em 12 de setembro de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Rodrigo Sarruge Molina  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientador

---

Prof. Dr. Miriã Lúcia Luiz  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Vanessa Campos Mariano Ruckstadte  
Universidade Estadual do Norte do Paraná

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor Rodrigo Sarruge Molina, pela orientação atenta deste trabalho. Obrigada pelo aprendizado e contribuições que levarei comigo em toda jornada acadêmica.

À professora Miriã Lúcia Luiz, pelas contribuições na graduação, na qualificação. Obrigada pelo apoio.

À professora Vanessa Campos Mariano Ruckstadter, que esteve presente na qualificação, suas contribuições potencializaram o trabalho.

Aos professores e colegas da turma 35M e aos funcionários.

Ao parceiro de orientação, Antônio Niuvan, pelo apoio e diálogo motivador.

A você, amiga Thainá Corrêa, que me apoiou na finalização do trabalho, seu apoio e presença foram primordiais.

À minha família, que esteve comigo durante todo o percurso, me apoiando com muita paciência e sabedoria. Muito Obrigada!

Caminhando contra o vento  
Sem lenço, sem documento  
No Sol de quase dezembro  
Eu vou...

O Sol se reparte em crimes  
Espaçonaves, guerrilhas  
Em cardinales bonitas  
Eu vou....

Caetano Veloso

## RESUMO

O Brasil, a partir de 1964, viveu um regime de exceção marcado pelo autoritarismo, quando o Estado implantou reformas antidemocráticas visando legitimar os interesses políticos, econômicos e ideológicos dos grupos que apoiavam o Golpe. O presente trabalho investiga as ações de repressão e censura que ocorreram dentro da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) no período da Ditadura Civil-Militar(1964-1985), a partir de uma análise bibliográfica e documental. Isso inclui uma observação das ações tomadas pela administração da Universidade e o impacto da Ditadura na liberdade acadêmica e no ativismo estudantil. Nesse período, o governo procurou exercer controle sobre as universidades e outras instituições de ensino superior, em parte para reprimir a dissidência e as críticas ao regime. A metodologia adotada baseia-se em pesquisas bibliográficas e documentais, que nos ajudam a compreender como a repressão política do período da Ditadura Civil-Militar afetou a educação dos sujeitos e sua formação na UFES. Quanto ao referencial teórico, trabalharemos com o materialismo histórico-dialético, que nos ajudou a compreender nosso objeto de estudo, relacionando o particular (UFES) com a totalidade (Brasil), proporcionando uma análise crítica das circunstâncias. Conseguimos concluir que o movimento estudantil teve papel de destaque em todo o período ditatorial, foram diversas manifestações dos estudantes reprimidas com violência. A repressão durante o período da Ditadura Civil-Militar, influenciou o ativismo estudantil, acarretando um efeito inibidor da participação estudantil em movimentos sociais e políticos, levando a um declínio na mobilização e organização dos estudantes em torno de questões de justiça social e democracia.

**Palavras-Chaves:** História da Educação;Ditadura Militar; Universidade.

## ABSTRACT

From 1964 onwards, Brazil experienced an exceptional regime marked by authoritarianism, when the State implemented anti-democratic reforms aimed at legitimizing the political, economic and ideological interests of the groups that supported the coup. The present work investigates the actions of repression and censorship that took place within the Federal University of Espírito Santo (UFES) during the civil-military dictatorship (1964-1985), based on a bibliographical and documental analysis. This includes an observation of actions taken by the University administration and the impact of the dictatorship on academic freedom and student activism. During this period, the government sought to exert control over universities and other institutions of higher learning, in part to stifle dissent and criticism of the regime. The adopted methodology is based on bibliographical and documentary research, which help us to understand how the political repression of the Civil-Military Dictatorship period affected the education of the subjects and their formation at UFES. As for the theoretical framework, we will work with historical-dialectical materialism, which helped us to understand our object of study, relating the particular (UFES) with the totality (Brazil), providing a critical analysis of the circumstances. We were able to conclude that the student movement played a prominent role throughout the dictatorial period, with several student demonstrations repressed with violence. Repression during the period of the Civil-Military Dictatorship influenced student activism, causing an inhibiting effect on student participation in social and political movements, leading to a decline in student mobilization and organization around issues of social justice and democracy.

**Keywords:** History of Education; Military Dictator ship; University.

## LISTA DE SIGLAS

A-2 - Serviço Secreto da Aeronáutica  
AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informação  
Als - Ato Institucionais  
ALN - Ação Libertadora Nacional  
AP- Ação Popular  
APEES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo  
BC - Batalhão de Caçadores  
CAR - Centro de Artes  
CBM - Centro Biomédico  
CCS - Centro de Ciências da Saúde  
CCJE- do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas  
Cenimar - Centro de Informações da Marinha  
CE - Centro de Educação  
CCE - Centro de Ciências Exatas  
CCHN - Ciências Humanas e Naturais  
CEFD - Centro de Educação Física e Desportos  
CEG - Centro de Estudos Gerais  
CEIs- Comissão Especial de Investigação  
CEUNES - Centro Universitário Norte do Espírito Santo  
CIEx - Centro de Informações do Exército  
Cisa- Centro de Informação de Segurança Aeronáutica  
CMV- Camera Municipal de Vitória  
CODI - Centro de Operações de Ordem Interna  
CP - Centro de Passagem  
CT - Centro tecnológico  
CVUFES- Comissão da Verdade Universidade Federal do Espírito Santo  
DA – Diretório Acadêmico  
DCE - Diretório Central dos Estudantes  
DEF- Departamento Técnico-Educacional  
DEOPS - Delegacias Estaduais de Ordem Política e Social

DOI - Destacamento de Operações de Informações  
DOPS- Departamento de Ordem Política e Social.  
DSI – Divisão de Segurança Interna  
E-2 - Serviço Secreto do Exército  
EUA- Estado Unidos da América  
FAFABES - Faculdade de Farmácia e Bioquímica do Espírito Santo  
FAFI- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras  
IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
IPMs - Inquéritos Policial-Militares  
GT- Grupo de Trabalho  
M-2 - Serviço Secreto da Marinha  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro  
ME- Movimento Estudantil  
MEC- Ministério da Educação e Cultura.  
PC do B - Partido Comunista do Brasil  
PDS - Partido Democrático Social  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PDT - Partido Democrático Brasileiro  
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
RU- Restaurante Universitário  
SNI - Serviço Nacional de Informação.  
UEE/ES- – União Estadual dos Estudantes no Espírito Santo  
UES – Universidade do Espírito Santo  
UFES- Universidade Federal do Espírito Santo  
UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais  
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UNE - União Nacional dos Estudantes  
USAID- United States Agency for International Development

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista área do campus UFES da década de 1970.....	33
Figura 2 - Registro de prisão de César Ronald .....	77
Figura 3 - Manifestação 18 de Outubro de 1968 (cartaz fusca).....	76
Figura 4 - Manifestação 18 de Outubro de 1968 (pichação ônibus) .....	76
Figura 5 - Manifestação 18 de Outubro de 1968 (pichação RU).....	77
Figura 6 – Assembleia Santa Casa de Misericórdia 1979 .....	78
Figura 7 – Faixas de manifestação dos estudantes UFES .....	79
Figura 8 - Ato de manifestação praça Costa Pereira .....	80
Figura 9 - Palestra da professora Marilena Chauí .....	81
Figura 10 - Memorando sobre o afastamento do Reitor da UFES .....	88
Figura 11 - Jornais estudantis O GRITO e QUESTÃO DE ORDEM.....	100
Figura 12- Perly Cipriano (em pé à direita), e outros presos políticos .....	101

## SUMÁRIO

<b>1 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO .....</b>	<b>17</b>
1.1 A Ditadura civil militar nas universidades nas pesquisas acadêmicas.....	19
1.2 Dialogando com as fontes .....	27
1.3 Estado e ideologia .....	30
1.4 UFES .....	33
<b>2 O GOLPE DE ABRIL DE 64 .....</b>	<b>36</b>
2.1 Contexto mundial antes do Golpe .....	36
2.2 Contexto político do Brasil antes do Golpe (1930 a 1964) .....	39
2.3 Contexto político do Espírito Santo antes do Golpe.....	45
<b>3 A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO</b>	<b>50</b>
3.1 O Brasil dos generais e a burguesia golpista.....	50
3.2 Espírito Santo ditatorial .....	57
3.3 A educação na Ditadura Civil-Militar no Brasil .....	61
<b>4 UFES EM BUSCA DE SUAS MEMÓRIAS: UMA REVISÃO</b>	
<b>BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL.....</b>	<b>67</b>
4.1 A lei n.º 5540/1968 .....	67
4.2 UFES e os movimentos estudantis capixabas .....	73
4.3 UFES: modernização e repressão .....	82
4.4 A repressão na UFES sob o olhar da Comissão Final da Verdade.....	87
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>109</b>

## INTRODUÇÃO

Antes de iniciarmos o preâmbulo deste estudo, faz-se necessário um diálogo sobre o percurso desta pesquisa. A trajetória acadêmica da pesquisadora se iniciou no ano de 2016, com o ingresso no curso de Pedagogia, na Universidade Federal do Espírito Santo. Ao ingressar no curso, o mestrado já era um objetivo.

Com muita luta e dedicação, a graduação foi finalizada. Um novo projeto se iniciava, a entrada no Programa de Pós-Graduação, nesse momento contei com a ajuda da professora Miriã Luiz, que, com seu apoio e ensinamentos, me ajudou a alcançar esse sonho.

Entre no programa de Pós-Graduação, no segundo semestre de 2019, na turma 35M. Outro evento ocorreu no corrente ano, fui aprovada em um processo seletivo da Prefeitura Municipal de Serra para o cargo de Professora e de Pedagoga, o que consumia 10 horas do meu dia.

O ano de 2019 foi marcado também pelo aparecimento da COVID-19, que fez com que o PPGE mudasse a sua metodologia de estudo, partindo para o ensino híbrido, como em todas as redes de ensino.

Muitas foram as dificuldades para conciliar o trabalho, o estudo e as atividades do lar. Muitas vezes as atribuições de mãe, filha, amiga e esposa, foram esquecidas, em detrimento da trabalhadora e mestranda.

Como era uma funcionária em designação temporária (DT), não obtive licença, assistia às aulas, muitos foram os percalços durante os semestres, troca de horários, estudos durante o planejamento. O grupo de estudo, sempre noturno, contava sempre com uma aluna disposta a aprender, mas cansada. Entretanto, depois da tempestade, sempre vem a bonança, o caminho foi longo, mas a etapa do mestrado findou com grande luta e a resistência foi vencida.

Agora, adentramos em nossos estudos, o objetivo desta pesquisa é investigar ações de repressão e censura que ocorreram no período da Ditadura Civil-Militar na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a partir de uma análise bibliográfica e documental. Para alcançar tais propósitos, delimitamos nossos objetivos específicos: compreender a Reforma Universitária e como a mesma impactou a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); analisar as ações do Movimento

Estudantil que ocorreram dentro da UFES, e como esse movimento se portou durante o referido período.

Para o desdobramento desta pesquisa a partir da temática proposta, apresentamos o seguinte problema de pesquisa: a partir de análises bibliográficas e documentais, como se deu a repressão dentro da Universidade?

Nosso estudo justifica-se em compreender de que forma a repressão política do período da Ditadura Civil-Militar afetou a educação dos sujeitos e sua formação integral na (Ufes), uma vez que a educação vigente na época era voltada para a inserção no mercado de trabalho capitalista, pensando no espírito de modernização conservadora.

A realização deste estudo visa contribuir de forma positiva com a instituição (Ufes), com os profissionais da área da História da educação, Sociologia da Educação e estudiosos que se debruçam sobre essa temática. Ansiamos que os resultados desta pesquisa possam oferecer elementos para pesquisas complementares, não só sobre o referido período, mas para a perspectiva histórica social de forma ampla. Durante a realização do trabalho ficou evidente as contradições que aconteceram, movimentos e fortalecimentos foram criados.

O trabalho foi desenvolvido por tópicos que versam sobre a contextualização da Ditadura Civil-Militar e a trajetória da Universidade Federal do Espírito Santo durante o regime da Ditadura.

Para entendimento do tema foi necessária uma contextualização política nacional, e abordagem das questões envolvendo Estado e sociedade que nos levaram a compreender as motivações que levaram ao Golpe.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos, além da introdução, considerações finais e referências. No primeiro capítulo, abordamos os conceitos teóricos e metodológicos, os conceitos de Estado e Ideologia à luz dos pressupostos teóricos do materialismo-histórico.

No segundo capítulo, fazemos uma contextualização histórica para compreendermos como o período ditatorial se instaurou no Brasil. Como estava o mundo nesse período? Quais foram os fatores que contribuiriam para o Golpe? Discutiremos também como a parceria do MEC com os Estados Unidos interferiram nas políticas educativas desse período.

No capítulo três, abordamos o Brasil e o Espírito Santo pós Golpe. As primeiras decisões, os gerais, as Leis e os Atos institucionais (AIs) que foram implementados nesse período e como isso reverberou na sociedade. No período pós-64, grande número de países do capitalismo central já tinha parte da questão da educação resolvida, já, no Brasil, ainda tínhamos uma massa de analfabetos e boa parte da população desescolarizada. Nesse contexto, o governo apostou na educação tecnicista para absorver essa parte da população e formar trabalhadores braçais para fomentar o capitalismo: “Sabe-se que boa parte dos programas internacionais de implantação de tecnológicas de ensino nesses países tinham por detrás outros interesses como, por exemplo, a venda de artefatos tecnológicos obsoletos aos países subdesenvolvidos” (SAVIANI, 1994, p. 27).

Abordamos nesse capítulo, também, os conceitos de Capital Humano e Tecnicismo. A teoria do Capital Humano é uma ferramenta de domínio dos cidadãos, ela prega que os investimentos em educação tornam o cidadão mais preparado para competir no mercado de trabalho, para assim buscar sua mobilidade social. De acordo com essa teoria, a educação se torna salvadora e redentora de todos os problemas sociais, colocando assim um grande peso na educação.

O Tecnicismo<sup>1</sup> é uma tendência pedagógica estabelecida pelos técnicos da educação, com a lógica da vigilância constante, em que os alunos eram separados de acordo com seu desempenho e os conteúdos repassados eram estabelecidos por manuais didáticos, elaborados pelos técnicos educacionais. Aqui, o professor tem o papel de só reproduzir os conteúdos desse material, tornando-se assim um mero executor nesse processo. Trabalhava-se com provas padronizadas e com a ideia de prêmio e punição, voltando-se para a lógica do mercado de trabalho, dos concursos e vestibulares, sendo a relação de professor e aluno uma relação de chefe-empregado.

Por fim, este estudo se propõe a uma análise abrangente dos efeitos da Ditadura na UFES, discutimos os desdobramentos e consequências da repressão política dentro da universidade e o ativismo dos movimentos estudantis.

---

<sup>1</sup> Verificou-se, a partir do estudo das características e perspectivas relacionadas ao movimento escolanovista, que entre este e o tecnicismo ocorreu um processo de tensão e também de acomodação no que tange à aplicação dessas ideias pedagógicas no processo educacional brasileiro, uma vez que a pedagogia tecnicista veio a se tornar uma visão exacerbada da Escola Nova, em que a visão humana do processo de ensino aprendizagem foi superada pela ênfase na técnica, sob a perspectiva da Teoria do Capital Humano, em que a relação existente entre educação e renda passa a ser considerada como ponto primordial para o desenvolvimento dos países, mas também como oportunidade de autogestão dos indivíduos sob a ideia de sucesso pelo trabalho e pela renda preconizada pelo trabalho, em que “todo indivíduo é um capitalista em potencial, bastando para tanto desenvolver suas capacidades individuais, especializando-se e transformando-se em trabalhador potenciado”. (ARAPIRACA, 1982, p. 12).

A Ditadura teve um impacto profundo na governança, no currículo e na agenda de pesquisa da universidade. A administração da UFES foi obrigada a cumprir regulamentos e diretrizes governamentais, muitas vezes conflitantes com a missão e os valores acadêmicos da universidade. A Ditadura também teve um efeito inibidor sobre a liberdade acadêmica e o ativismo estudantil, pois alunos e professores estavam sujeitos a vigilância, intimidação e até violência.

Nesse modelo educacional, a produtividade no ensino é primordial, o ensino é fragmentado e racional, fazendo com que ocorra uma inversão do processo pedagógico, valorizando-se o resultado, em que a técnica determina os fins.

Discutimos a Reforma Universitária, Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, que foi implantada pelo governo como uma resposta ao apelo dos indivíduos que buscavam mais vagas nas universidades e dos professores que reivindicavam a abolição da cátedra, mais autonomia, mais desenvolvimento de pesquisas.

A reforma universitária buscava responder duas demandas que eram contraditórias, os estudantes reivindicavam o fim das cátedras e a autonomia universitária, mais verbas para pesquisas e mais vagas em universidades e, do outro lado, havia um grupo que apoiava os militares e buscava um ensino superior aliado aos mecanismos do mercado de trabalho, que estivesse atrelado ao projeto político da modernização e aos pressupostos do capitalismo internacional.

Discutimos, neste trabalho, ainda, os Movimentos Estudantis dentro da universidade. Na segunda metade da década de 70, esse movimento estudantil começou como uma iniciativa de atividades voltadas para movimentos culturais, e paulatinamente evoluiu para debates políticos.

Com relação à Educação na UFES, destacamos a contradição em que a mesma se encontrava, os militares buscavam retratar um projeto de “modernização” como um dos pontos de destaque desse projeto ideológico e político autoritário que se perpetuava no contexto analisado por esta pesquisa.

A década de 1970, de acordo com Vidal (2011), foi o período mais obscuro da História do Brasil, em que, de início, estudantes, professores e movimentos sociais ligados aos partidos de esquerda sofreram represália, pois estávamos no ápice da Ditadura Civil-Militar.

O período marcado pela opressão, quando estudantes e professores foram perseguidos com o Ato Institucional n.º 5, também foi o momento da sociedade civil

se organizar na busca pela conquista da democracia. Nessa busca, os movimentos identitários da Igreja Católica junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foram essenciais. Esse dado indica o encontro entre marxistas e católicos na luta pelos direitos humanos e no enfrentamento à Ditadura Civil-Militar que se perpetuava.

O estudo do impacto dos regimes autoritários nas instituições de ensino superior é importante, porque as universidades são fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade democrática e independente. As universidades servem como centros de pensamento crítico, pesquisa e intercâmbio intelectual, e desempenham um papel vital na formação da opinião e das políticas públicas. A capacidade das universidades de operar livre e independentemente é, portanto, essencial para a saúde das sociedades democráticas.

Instituir comissões que analisam esse período sensível da sociedade e retratam os crimes políticos desse Estado repressor foi de suma importância para a reconstrução histórica da sociedade brasileira. Dessas comissões, foram criados relatórios que representaram para a comunidade Universitária a oportunidade de conhecer e lembrar os fatos obscuros que permearam as universidades durante a Ditadura.

Por fim, apontamos nossas considerações finais, onde dialogamos com os autores dos trabalhos e discutimos como esse período interferiu na educação que perpassava os muros da universidade.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

“Dialética, em sentido bastante genérico, indica oposição e conflito originados pela contradição [...]”  
(Houaiss; Villar, 2001, p. 1030).

Nesta pesquisa, dialogaremos com o materialismo histórico dialético. Para tanto, primeiramente, vamos expor, em linhas gerais, alguns fundamentos clássicos desse paradigma. Foi a partir de meados do século XIX que Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) começaram a estudar as (inter)relações econômicas e sociais, explicando a sociedade capitalista a partir de suas determinações materiais, isto é, através do modo de produção que a condiciona em determinado momento histórico (Marx; Engels, 1997, p. 44).

Trabalhamos nessa pesquisa com o método dialético, que nos permite entender a relação entre a sociedade que produz sua existência real e a escola. Essa relação não é mecânica. A criação e a manutenção de uma instituição escolar está intrinsecamente ligada a uma determinada sociedade, que influencia o rumo que a escola toma.

O método dialético relaciona o particular com a totalidade social, nessa perspectiva a escola se torna um espaço de luta social pela hegemonia. Esse método nos permite relacionar dialeticamente o particular e o geral.

O método dialético em pesquisas, visa relacionar o particular e sua totalidade social, a totalidade histórica está presente apenas intencionalmente, porque, nesse primeiro momento, o que importa é “[...] captar detalhadamente a matéria, analisar as várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima [...]” (Marx, 1985, p. 20).

É preciso analisar o momento histórico correspondente quando se fala de discutir políticas públicas, esta análise deve estar enlaçada com a ideologia, visto que legitima o poder econômico da classe dominante e sustenta os avanços e recuos em determinada conjuntura.

Quando se faz pesquisas que nos remetem ao passado, verificamos que a educação continua desamparada, sempre priorizando-se o interesse de alguns grupos, em detrimento de toda a sociedade. Essa relação está abalizada por uma simbiose entre Estado e organizações privadas.

Para Marx (1985), o trabalho é condição fundamental para a produção da vida material que deu origem à humanidade, ele enxerga o trabalho como a primeira objetivação, sobre a qual são construídas todas as outras, tais como a arte, a cultura em geral e a própria educação. A relação de trabalho é uma relação de práxis social, pois não se separa do que produz, uma vez que, ao alterar a natureza, o homem também altera a si próprio, num movimento dialético.

A educação é uma prática social, resultante de determinações, sociais, políticas e econômica, e deve ser associada a um processo de produção de conhecimento transformador e político, Marx ressalta que o conhecimento político e teórico são indissociáveis, e que os mesmos são reproduzidos pela classe dominante, visando reforçar a sua hegemonia, com suas contradições.

As ideias das classes dominantes, em todas as épocas, são as ideias dominantes, a classe que é força material governante da sociedade é ao mesmo tempo sua força governante intelectual. A classe que tem a disposição os meios de produção material controla concomitantemente os meios de produção intelectual, de sorte que, por essa razão, geralmente as ideias daqueles que carecem desses meios ficam subordinadas a ela (Marx; Engels, 1997, p. 41).

Partindo desse pressuposto, não é possível mudar totalmente a educação sem mudar a realidade que atualmente está baseada na forma hegemônica de produção capitalista. Este mesmo capitalismo limita a educação, pois a vê como uma ferramenta de dominação de classe, de mercadoria e manutenção do *status quo* daqueles que detêm os meios de produção. Portanto:

Escolher o materialismo de Marx como horizonte epistemológico do trabalho teórico nas ciências sociais é obrigar-se a descobrir e a percorrer através de trajetos a inventar, a rede invisível das razões que religam as formas, as funções, o modo de articulação, a hierarquia, o aparecimento de estruturas sociais determinantes (Tambara, 2012, p. 28).

Assim, trata-se de aprender os múltiplos aspectos interligados de um mesmo fenômeno, buscando capturar sua totalidade, sua historicidade, suas mediações e contradições. O processo de elaboração dos conceitos, das categorias, ocorre na consciência, é elaboração do pensamento, mas tem sua gênese na realidade e existe independentemente da consciência que se tem sobre ela. Essa premissa filosófica nos permite compreender que são os homens reais, ativos na história, vivendo, que

têm a capacidade de conhecer, não um ser apartado do mundo. Em A ideologia Alemã, Marx (1997) afirma que:

A produção das ideias e representações, da consciência, aparece a princípio diretamente entrelaçada à atividade material e ao intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. [...] Os homens são os produtores de suas representações, das suas ideias, etc. – mas se trata dos homens reais e ativos, condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas [...] não partimos do que os homens dizem, representam ou imaginam, nem do homem predicado, pensado, representado ou imaginado para chegar aos homens de carne e osso; para nós o ponto de partida são os homens realmente ativos e do seu processo de vida real deduzimos também desenvolvimento dos reflexos ideológicos e suas incidências (Marx, 1997, pp. 93-94).

Em suma, o materialismo histórico-dialético tem importante contribuição na ruptura com perspectivas dualistas, que separam matéria e espírito, história da natureza e história humana, sujeito e objeto, concebendo uma relação dialética entre tais categorias. O problema central no método não é mais o homem em seu aspecto naturalizante, mas os homens reais, atuantes no movimento históricos. Tudo que Marx utiliza para a análise da sociedade burguesa compreende que a realidade concreta (mundo da produção) forma, conforma, condiciona o mundo das ideias (mundo da reprodução), num processo dialético em que o real cria a consciência e a consciência cria o real.

Após essas considerações teórico-metodológicas, realizaremos no primeiro momento uma revisão de literatura (pesquisa bibliográfica) e, em seguida, vamos refletir a fim de identificar as ações relativas à área educacional no referido período supramencionado.

### **1.1 A Ditadura civil militar nas universidades nas pesquisas acadêmicas**

O desafio da revisão bibliográfica ou revisão de literatura, é a análise crítica, meticulosa e ampla das publicações correntes em uma determinada área de conhecimento (Trentini; Paim, 1999, p. 4)

Ao analisar as pesquisas já realizadas temos outros olhares, há uma complementação de nossa ideia. Desta forma, as pesquisas não são vistas como um aspecto formal e burocrático da academia, mais sim como um processo de aquisição de novos conhecimentos.

Com o intuito de demonstrar a pertinência desta pesquisa, tomamos como ponto de referência de consultas teses, dissertações, trabalhos científicos e revistas científicas indexadas que tinham como foco de investigação a temática universidades no período da Ditadura militar e educação no período ditatorial no Espírito Santo. As pesquisas foram selecionadas no Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - (BDTD), no banco de teses e dissertações da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (PPGE).

Foram usados como indexadores da pesquisa as palavras “Ditadura militar” + “UFES”. Dentre os trabalhos encontrados, percebemos um número reduzido referente à temática que buscamos versar nesta pesquisa, assim demos ênfase aos que possuem relação com o tema em análise. Foram encontrados 8 trabalhos que versavam sobre o tema, entretanto optamos pelos trabalhos que tinham mais relação com a educação superior. No banco de teses da CAPES e no BDTD foram encontrados trabalhos que conversavam como nosso tema de forma mais abrangente, falando só sobre a ditadura em universidades.

Nossa investigação parte de uma fonte importante para a história da educação capixaba no período da Ditadura Civil-Militar, o Relatório Final da Comissão da Verdade da UFES (CVUFES), documento que analisa um importante capítulo da nossa história. Os autores desse relatório destacaram que, foram resgatadas informações até então esquecidas, caladas, adormecidas e escondidas.

Dialogaremos com 5 trabalhos relacionados ao tema do estudo: 2 trabalhos que tratam do Espírito Santo Ditatorial e estão ligados à educação nessa época e 3 trabalhos que retratam outras universidades do Brasil, que, como a UFES, viveram períodos de repressão política e autoritarismo.

Defendida em 2015, na Universidade Federal do Espírito Santo, a tese “Dentro e fora da ordem: Diretrizes curriculares para o ensino de História no Espírito Santo em tempo autoritários (1964-1985)”, da autora Miriã Lúcia Luiz, buscou investigar contornos assumidos pela disciplina História, seu ensino e docência no estado do Espírito Santo durante a Ditadura Militar (1964-1985). O trabalho metodológico envolveu a análise de propostas curriculares, materiais pedagógicos, pautas, atividades, avaliações, fotografias, relatórios, materiais de cursos, estágios de treinamentos, atas de reuniões, leis, pareceres, decretos, publicações da imprensa periódica local e relatos orais de professores.

A autora buscava pensar o ensino de História, tomando como ponto de partida as diretrizes curriculares, que norteavam as práticas dos professores e ressalta também o desafio de se propor uma pesquisa tendo como recorte temporal a Ditadura Militar (1964-1985) e um espaço/lugar: o Espírito Santo, compreendendo os desafios das fontes postas.

A pesquisadora aprofunda a análise das concepções de história, do seu ensino e da docência expressas nas diretrizes curriculares para a área durante o regime ditatorial (1964-1985) e nas escutas dos professores de história: compreensões sobre prescrições, história e docência.

A autora finaliza seu trabalho destacando que o entrecruzamento das fontes analisadas – documentos e narrativas de sujeitos que atuaram durante o regime militar – podem fazer acender, no presente, centelhas da memória e da História de professores capixabas e de suas práticas. A autora percebeu quanto ao ensino de história:

Ainda que se justifique a proposição de uma História dinâmica, propõem-se atividades predominantemente descritivas: localização, identificação, interpretação de texto e análises, desprovidas de elementos que permitam que o aluno avance em tais propostas. No que se refere à concepção de docência, em linhas gerais, atribui-se ao professor o papel de organizador e propiciador de situações para que os alunos desenvolvam os objetivos propostos. Espera-se do docente a atuação em diferentes disciplinas da área de Ciências Humanas, de modo a atender ao maior número de alunos, simultaneamente (Luiz, 2015, p.163).

A dissertação de Jefferson Alves Cabral (2006), apresentado na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) (2006), investiga as questões de poder na implementação da Lei n.º 5.692/71, que estabelece a reforma do ensino do 1º e 2º Grau, no Espírito Santo, em que o Estado buscava, por meio de reformas institucionais, legitimar sua posição. Segundo Cabral (2006),

as reformas estão buscando obter um melhor desempenho escolar no que tange à aquisição de competências e habilidades relacionadas ao trabalho, a controles mais diretos sobre os conteúdos curriculares e sua avaliação, implicando também a adoção de teorias e técnicas gerenciais próprias do campo da administração de empresas (Cabral, 2006, p. 23 ).

Cabral (2006) destaca que o Brasil passou a viver um período de exceção marcado pelo autoritarismo, a partir do Golpe de 64, e o governo buscou, através de

reformas educacionais, legitimar sua posição e atender os compromissos firmados com os seus pares que apoiaram o Golpe.

A educação, através dos intelectuais comprometidos com o Golpe, com o reformismo, ou mesmo com o liberalismo, já não servia mais, não era confiável, já que os novos detentores do poder optaram pela coerção como caminho para difundir a sua concepção de mundo, não cabendo nesse modelo contestação por parte daqueles intelectuais que, num primeiro momento, apoiaram a tomada do poder (Cabral, 2006, p.18).

Segundo Cabral (2006), de acordo com o Decreto n.º 63.914, de 26 de dezembro de 1968, ficou instituído uma parceria de técnicos americanos, de um Programa que foi financiado em 50% dos seus custos pela United States Agency for International Development (USAID), que seria construída em quatro estados da Federação (Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), onde deveriam ser construídas 284 escolas e reformadas 30, fazendo assim com que fossem criadas cerca de 240.000 novas vagas de estudo e formados 23.400 professores.

O Estado buscou inserir uma política desenvolvimentista alinhada com as políticas educacionais, mediante, a extensão da obrigatoriedade do ensino de quatro para oito anos e a profissionalização do agora chamado 2.º grau.

Outra reflexão destacada por Cabral (2006), relaciona-se ao caráter teórico dos cursos, em que se percebia uma dissonância entre as habilitações ofertadas e aquilo que efetivamente o mercado necessitava, entre os cursos ofertados, apresenta como destaque: magistério, secretariado, contabilidade, enfermagem, serviço bancário, auxiliar de escritório, sendo que o único em que a pessoa saía efetivamente trabalhando era o de enfermagem. Existia um total descompasso entre a formação e a possibilidade de inserção desses alunos no mercado de trabalho.

O autor ressalta em suas contribuições finais que a implantação da Lei n.º 5.692/71 serviu somente para fortalecer as diferenças entre iguais. O aumento dos anos obrigatórios na escola não resolveu o problema da escolaridade, e houve um aumento no nível de evasão e repetência escolar. Já no que tange ao 2.º grau, o autor destaca: na questão da formação profissional encontra-se a grande bandeira que se alinhava à política desenvolvimentista do governo militar. Nesse período, os cursos oferecidos o eram feitos de forma precária, teórica e totalmente fora dos anseios da sociedade e do que realmente a atividade econômica da época necessitava (Cabral, 2006, p. 126).

Em busca da modernização, a realidade do povo do nosso país foi desprezada, desconsideraram as realidades locais, foram ignoradas também a falta de recursos financeiros e a falta de pessoal qualificado, o autor finaliza seu trabalho destacando que:

É uma reforma que já nasceu fadada ao fracasso em função de que ela foi projetada como se pudesse vir em bloco e atender a todas as realidades do Brasil, não passando de um instrumento legitimador da lógica do projeto de desenvolvimento nacional voltado para a consolidação do modelo de sociedade proposto por grupos dominantes nacionais e levado a efeito pelo regime militar político implantado a partir de 1964, reforçado pelos resultados macroeconômicos – o chamado ‘milagre brasileiro’ –, produzidos artificialmente, e consolidando uma exclusão social cada vez maior. Portanto, o fracasso desta reforma educacional foi enorme em função desta conjunção de fatores, que foram desprezados em todas as etapas, desde a sua formatação, até a sua implementação (Cabral, 2006, p.162).

O autor ressalta que, pós-64, a questão da educação já era resolvida em outros países de capitalismo avançado e, no Brasil, grande parte da população não tinha acesso à escola, a regulamentação desta lei ampliaria anos de escolarização e absorveria uma parte da população para o mercado de trabalho. Segundo Cabral:

Tratava-se de uma tentativa de estabelecer uma relação direta entre sistema educacional e sistema ocupacional, de subordinar à educação a produção. Desse modo, a educação só teria sentido se habilitasse ou qualificasse para o mercado de trabalho.[...] Percebe-se assim que a proposta era reorganizar o ensino médio, a fim de profissionalizar nesse nível e qualificar a mão-de-obra reivindicada pela expansão econômica (Cabral, 2006, p.30).

O autor finaliza sua dissertação salientando que a Lei n.º 5.692/71 tinha um caráter tecnicista, no que diz respeito ao ensino profissionalizante do 2º Grau, atrelada ao modelo de sociedade do momento e ao capitalismo que propunha se ajustar à nova realidade. A busca por essa modernização foi colocada dentro de um entendimento, em que a realidade das diferenças existentes em nosso país foram desprezadas, considerando, que, neste caso, estas representavam realidades locais, das escolas, dos educadores (Cabral, 2006, p. 176).

Em resumo, a literatura sobre o impacto dos regimes autoritários nas instituições de ensino superior fornece informações importantes sobre as formas específicas pelas quais a Ditadura militar no Brasil impactou universidades como a UFES. Ao examinar essa literatura, é possível obter uma compreensão mais profunda

dos desafios enfrentados pelas universidades em períodos de repressão política e autoritarismo.

A dissertação de Iara Souto Ribeiro Silva (2017), apresentado na Universidade Federal de Belo Horizonte (UFMG) (2017), intitulado, “Memórias sobre a UFMG: modernização e repressão durante a Ditadura Militar”, busca compreender os impactos que a Ditadura militar na UFMG, como esse período teria se fixado na memória de sujeitos que fazem parte da instituição e quais são as narrativas oficiais construídas sobre as relações da universidade com o regime militar e os órgãos de vigilância e repressão. A autora orientou seu trabalho a partir de fontes memorialísticas (entrevistas, publicações de caráter memorial, eventos de efemérides e documentação produzida no período da Ditadura), sempre buscando uma correlação entre as narrativas que se constituíram dessas memórias e sua relação com a universidade e com os órgãos de repressão da época.

A autora destaca em seu trabalho que reformas universitárias, no período ditatorial, não eram exclusividade da UFMG, eram um projeto modernizador conservador:

No momento em que tomaram o poder, os setores golpistas não tinham ainda projeto claro e estabelecido sobre como agir com relação às reformas de base tão reivindicadas pelos movimentos sociais, como a reforma agrária, trabalhista, previdenciária e, o mais importante para esta pesquisa, a reforma universitária. Não havia uma proposta de política universitária nacional formulada antes do Golpe de 1964. Mas era claro para os governantes que havia urgência na modernização das instituições de ensino superior brasileiras (Silva, 2017, p. 21).

Segundo a autora, a reforma universitária ocorreu por dois motivos: devido ao projeto estatal desenvolvimentista que o governo militar tinha para o Brasil, visando com isso ter mão de obra capacitada; e, em segundo lugar, consideravam, com a reforma, abrandar as causas da rebeldia estudantil, existentes nas instituições brasileiras.

O caso específico da reforma universitária realizada pelos militares não foge dessa linha, apresentando um lado modernizante e outro repressor. No primeiro, temos a adoção de vários dos pontos propostos pelos movimentos sociais no pré-Golpe, como a racionalização dos recursos, a busca da eficiência, o aumento do número de vagas, a organização e a valorização da carreira docente, a criação dos departamentos e adoção do regime de créditos, e, ainda, o incentivo financeiro à pesquisa e ao desenvolvimento da pós-graduação. É claro que vários pontos do projeto reformista das esquerdas, bandeiras de luta encampadas na efervescência política anterior

ao Golpe, não foram adotados, como a democratização da universidade. Nas reivindicações feitas pelo movimento estudantil, a universidade deveria contribuir para a transformação social e para a redução das desigualdades, proposta também deixada de lado pelo projeto reformista colocado em prática. O modelo de universidade que temos até os dias atuais é herdeiro da reforma universitária empreendida pelos militares. Daí a centralidade de analisar a implementação da reforma na UFMG, quais os impactos que ela teve na instituição e como ela é lembrada no discurso da memória (Silva, 2017, p. 22).

O lado repressor se destacou nas universidades: ausência de liberdades de reunião e de pensamento, na perseguição ao movimento estudantil, na expulsão de alunos das universidades.

A autora finaliza seu trabalho ressaltando que a proposta de seu trabalho não visa, em nenhum momento, achar respostas para a pergunta central: afinal de contas, a universidade conseguiu garantir sua autonomia no período da última Ditadura militar? Como ela reafirma abaixo:

As memórias instituídas em torno da afirmação de que a UFMG teria sido diferente da maioria das instituições de ensino superior e que teria conseguido preservar sua autonomia foram constituídas por sujeitos que se esforçam por estabelecer um discurso coerente, em que apareçam como pessoas que defenderam e que acreditaram na democracia como um valor fundamental desde sempre. Tal constatação não é sinônimo de afirmar que os sujeitos entrevistados (docentes e ex-reitores) compactuaram com o regime militar, porém há que se refletir sobre a tendência de supervalorização das ações de resistência à Ditadura (Silva, 2017, p. 158).

Outro trabalho importante para esta pesquisa é a dissertação defendida em 2017, na Universidade Federal de Pelotas, “Memórias divergentes de uma trajetória”, de Vânia Farias Ferreira, que buscou analisar o impacto da Ditadura Civil-Militar na trajetória da Universidade Federal de Pelotas, investigando as violações dos direitos humanos que ocorreram dentro da universidade, na tríade, docentes, discentes e servidores técnico-administrativos, e se os órgãos de informação e repressão teriam interferido, de certa maneira, na rotina acadêmica e administrativa da Instituição.

A autora embasou seu trabalho na metodologia da História Oral através da memória dos protagonistas que vivenciaram o período da Ditadura no contexto local e dentro da universidade. A autora destaca que, em abril de 1964, logo após o Golpe, os militares começaram uma caçada aos opositores do regime, instauraram-se inquéritos e ocorreram prisões em massa, afetando cidadãos em geral e mesmo os militares que se colocaram na defesa da democracia. As universidades foram visadas

a primeiro momento, pois, os militares entendiam que elas abrigavam as pessoas que eles consideravam de esquerda.

Em se tratando de repressão o governo entendia que para controlar os movimentos estudantis seria necessário desmobilizar suas agremiações estudantis, em especial a UNE (União Nacional dos Estudantes), pois essa representava, segundo os militares, ideias revolucionárias capazes de promoverem conflitos na sociedade (Ferreira, 2017, p. 70).

O movimento estudantil precisava ser reprimido, violência e atos legais começaram a ser impostos visando atingir a academia. A autora finaliza seu trabalho ressaltando que, em relação à Universidade de Pelotas, existia uma disputa de poder. Ferreira (2017):

A história da UFPEL no período da Ditadura nos remete a muitos acontecimentos, alguns lembrados e contados pelos seus protagonistas. Outros foram esquecidos, pois os fantasmas do medo das lembranças ainda pairam na memória como um sofrimento, algo impossível de ser trazido de volta. A tortura psicológica e moral para alguns é insuperável, para sempre vão conviver achando que aqueles dias sombrios nunca vão ser superados. [...] o Regime Militar não cruzou os portões da universidade, as manifestações estudantis eram pacíficas e direcionadas somente a problemas acadêmicos, desconhecendo repressões e perseguições políticas à comunidade. Segundo esse depoimento, a UFPEL não atravessaria crises políticas ou administrativas. Mas para outros, a situação foi totalmente inversa, o quadro relatado é de que a universidade estaria tomada por repressões, perseguições a alunos, professores e funcionários não adeptos às ideias do regime, as contratações de servidores seriam feitas através de entrevistas, em que a avaliação seria determinada por sua ideologia (Ferreira, 2017, p. 116).

A dissertação de Marcos Fontana Cerutti, intitulado “Acadêmicos da UFRGS e Comissão Especial de Investigação Sumária no ano de 1964”, apresentado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, no ano de 2010, tem como objetivo investigar como a instalação da Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) repercutiu na trajetória de vida de alguns estudantes. Utilizou-se da metodologia da história oral, por meio de cinco entrevistas, além de análise documental (atas, transcrições de depoimentos, fichas de informações, ofícios) e matérias do jornal Correio do Povo no ano de 1964. O autor também traz em destaque o clima político no qual se encontrava o Rio Grande do Sul.

O autor percebeu que a atuação das CEIS se dava em parceria com outros órgãos repressores no que tange à troca de informações. Os estudantes eram ouvidos nas subcomissões e, em alguns casos, também na comissão plenária:

Ao analisar parte dos documentos produzidos pela CEIS/UFRGS, uma comissão instituída para reprimir, foi possível conhecer e compreender mais a história do movimento estudantil, o qual pelo que se pode constatar não permaneceu acomodado, constituindo-se objeto de muito trabalho para as investigações da comissão (Cerutti, 2010, p. 90).

O autor finaliza seu trabalho ressaltando que os professores, funcionários e estudantes não reagiram à institucionalização do Golpe militar na UFRGS:

Alguns dos sujeitos entrevistados, além de sua participação no movimento estudantil, também participavam de outros setores da sociedade, como sindicatos, partidos políticos, Ação Popular. Enfim, os relatos sobre as singularidades vividas agregaram uma riqueza aos depoimentos, produzindo ricos documentos após transcrições. Também é possível afirmar que existia um vínculo forte entre o movimento estudantil e outros setores da sociedade. A análise dos dados também revelou alguns aspectos da história de entidades estudantis do Rio Grande do Sul, existentes no ano de 1964, tanto de estudantes universitários quanto secundaristas (Cerutti, 2010, p.138).

## **1.2 Dialogando com as fontes históricas**

O método deve ser visto como um conjunto de técnicas que nos proporcionam interpretar nossa realidade social, histórica, educacional, de forma mais profunda, nos proporcionando, uma compreensão da realidade.

Nesse contexto, os instrumentos metodológicos deverão estar coerentes com essa forma de produção do conhecimento. Por conseguinte, nossa investigação envolveu uma análise de fontes oficiais e publicações relacionadas à universidade durante o período da Ditadura Civil-Militar.

Os dados coletados por meio desses métodos de pesquisa serão analisados por meio da análise de conteúdo. Isso envolve uma revisão sistemática dos dados, identificando os principais temas e padrões relacionados ao impacto da Ditadura na UFES. A análise será guiada pelas questões de pesquisa e pelos objetivos do estudo.

Em resumo, este estudo se valerá de uma análise documental e bibliográfica, que nos fornecerá uma compreensão abrangente das mudanças ocorridas na universidade durante esse período. A análise de conteúdo dos dados coletados por meio desses métodos de pesquisa nos possibilitará tirar conclusões sobre o impacto específico da Ditadura na UFES.

Apesar da Ditadura Civil-Militar ser um tema de inúmeras pesquisas acadêmicas, compreendemos que o enfoque dado à investigação científica será bastante relevante para o contexto. De acordo com Duarte, a pesquisa é:

Sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais (Duarte, 2002, p. 140)..

Nesse sentido, nossa investigação partirá de bibliografias já publicadas sobre o tema Ditadura militar e do Relatório da Comissão da Verdade da UFES. Busca-se um aprofundamento da leitura voltado para o contexto histórico do período, seja o brasileiro, seja o específico do Espírito Santo: “Nesse sentido, o pressuposto essencial para a análise [...] é o de que um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente” (Cardoso; Vainfas, 1997, p. 377). As referidas fontes se encontra de forma online e gratuita.

Quando se propõem uma pesquisa tendo como recorte histórico, a Ditadura Militar (1964-1985), em um espaço como o Espírito Santo, os desafios das fontes ficam evidentes:

Especialmente ao investigar o período da Ditadura Militar (1964-1985), que se caracteriza pelo autoritarismo, pelo controle e pela repressão, a leitura das fontes considerou as relações de força, os silenciamentos e apagamentos. Analisamos documentos “oficiais”, como legislação e material produzido pelo MEC, logo, consideramos o contexto de produção e as intenções de quem os produziu, bem como as relações de força existentes (Luiz, 2015, p. 42).

Ao analisarmos dados em pesquisas com fontes históricas, é preciso ter cuidado, pois podemos esconder perigos metodológicos, o pesquisador deve buscar ao final de sua pesquisa ter resultados críticos e propícios.

Constatamos que este tipo de pesquisa apresenta sérios perigos metodológicos, porque o envolvimento do estudioso é fácil; o difícil é produzir um resultado final crítico e proveitoso. Frequentemente, o pesquisador resvala em reducionismos teóricos tais como particularismo, culturalismo ornamental, saudosismo, personalismo, descrição laudatória ou apologética (Nosella; Buffa, 2005, p. 5).

A análise dos acontecimentos relatados precisam ser confrontados com outras informações, é necessário abordar a totalidade histórica, a partir do método dialético,

para assim evidenciar o movimento real da sociedade analisada, mas, antes de expor este movimento real, o pesquisador deve investigar os aspectos particulares do real, como relata Marx:

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori* (Marx, 1985, p. 20).

Apresentaremos as fontes/documentos que utilizamos no trabalho:

### ***Legislação:***

#### **Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968**

A Lei n.º 5.540 estabeleceu as mudanças que ocorreram dentro do sistema universitário, em 1968. O congresso nacional aprovou uma reforma que mudou a configuração do ensino superior no país, forma instaurada nesse momento: o sistema departamental, o vestibular classificatório, o regime de créditos, indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão e até a divisão da graduação no ciclo básico e da especialização. As novas normas possibilitaram o aumento de vagas e o surgimento de instituições privadas. A expansão do ensino privado tinha, como ideal, atender as demandas do número de vagas, visando um ensino mais “eficiente” e menos subversivo, com o objetivo voltado para a mera transmissão de conhecimentos e de cunho profissionalizante, distanciados da atividade de pesquisa. Mais adiante teremos um capítulo que abordará melhor esse tema.

### ***Relatórios:***

#### **Comissão da Verdade da UFES (2016)**

O Relatório Final da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (CVUFES) buscou recuperar um capítulo importante da história dessa instituição e, por consequência, da história do Espírito Santo e do Brasil, que ocorreu entre os anos de 1964 e 1985, período em que o país foi controlado por um governo autoritário, controlado por militares e apoiados pela burguesia.

O relatório da CVUFES trabalhou com uma metodologia que buscava a recuperação e análise de documentos e memórias do período ditatorial, os relatos

envolviam estudantes e servidores da instituição (professores e técnicos administrativos), ficando pronto em quatro anos. Os autores buscaram mostrar a história oculta e distorcida que permeava a Universidade Federal do Espírito Santo.

### **Comissão Estadual da Memória e da Verdade ES**

O presente relatório foi instituído pela lei n.º 9.911/2012, criada em 25 de março de 2013, contando com a colaboração de professores voluntários, que pesquisaram e catalogaram os documentos e tomaram os depoimentos de pessoas que foram tocadas pela repressão do regime militar.

Para a realização desse relatório, foi estabelecida uma parceria com a Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo.

Os depoentes, à época dos acontecimentos, eram jovens estudantes secundaristas e universitários, religiosos, políticos, professores, profissionais liberais, artistas, jornalistas. Os estudantes secundaristas e universitários estabeleceram forte resistência ao Golpe instituído em 1964 e se organizaram realizando protestos denunciando as arbitrariedades cometidas pelo novo regime político que cerceava a liberdade e os direitos constitucionais (Comissão Estadual da Memória e Verdade-ES, 2016, p. 05).

Os dados coletados por meio desses procedimentos de pesquisa foram analisados por meio da análise de conteúdo. Isso envolve uma revisão sistemática dos dados, identificando os principais temas e padrões relacionados ao impacto da Ditadura na UFES. A análise foi guiada pelas questões de pesquisa e pelos objetivos do estudo.

### **1.3 Estado e ideologia**

A educação é um importante instrumento para a legitimidade do Estado, passando assim a ser reprodutora da ordem social vigente – no caso, a ordem capitalista – tendo, como uma das funções, a inserção de ideologias no currículo, propagando as relações de poder na escola, garantindo a hegemonia da classe dominante. É imprescindível entender que “isso não ocorre sem contradições, sem problemas, sem limites impostos pela realidade e pela correlação de forças sociais que se defrontam em defesa dos seus interesses, numa palavra, sem luta” (Germano, 1990, p.104).

Os conceitos de Estado e Ideologia serão abaixo explicitados para melhor compreensão, visto que servirão de base para análise e interpretação das fontes desse trabalho. O conceito de Estado que utilizaremos baseia-se na interpretação do materialismo histórico dialético, que é a base metodológica adotada nesse trabalho.

A vida material dos indivíduos, que não dependem em absoluto de sua pura 'vontade', o seu modo de produção e a forma de relações, que se condicionam reciprocamente, são a base real do Estado [...] Essas relações reais não são absolutamente criadas pelo poder do Estado; são, antes, essas relações o poder que cria o Estado (Marx, 1985, p. 134).

O Estado possui uma realidade concreta e contradições sociais. As categorias das estruturas concorrem para dar forma a sua atuação, estabelecendo assim uma organização das relações de produção na sociedade capitalista. Criando assim uma sociedade marcada pela separação entre o público e o privado, entre o político e o econômico. Dessa maneira, em uma acepção gramsciana, o Estado aparece para representar os interesses da classe dominante, no caso a capitalista, por meio da repressão física e do consenso ideológico. Segundo Liguori (2007, p. 16):

O Estado constituir-se como um equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil, portanto, modifica o conceito usual, ampliando-o". Ao fazer isso, mantém os elementos coercitivos do Estado, mas agrega o consenso, para indicar que a hegemonia que uma classe exerce sobre toda a sociedade, por meio do Estado, não resulta apenas do poder coercitivo, mas também da persuasão (Liguori, 2007, p. 16).

A superestrutura política do Estado está ligada à estrutura econômica de cada sociedade, e, por esse motivo, pode ser diferente em cada sociedade, de acordo com os conflitos e contradições existentes:

O condicionamento da superestrutura política por parte da estrutura econômica, isto é, a dependência do Estado da sociedade civil, se manifesta nisto: que a sociedade civil é o lugar onde se formam as classes sociais e se revelam seus antagonismos, e o Estado é o aparelho ou conjunto de aparelhos dos quais o determinante é o aparelho repressivo (o uso da força monopolizada), cuja função principal é, pelo menos em geral e feitas algumas exceções, de impedir que o antagonismo degenerem em luta perpétua [...] não tanto mediando os interesses das classes opostas, mas reforçando e contribuindo para manter o domínio da classe dominante sobre a classe dominada (Marx, 1985, p. 135).

O Estado constitui um aparato jurídico que regulamenta o interesse da classe dominante, de tal forma que a história de toda a humanidade, até hoje existente, é a história da luta de classes.

O Estado pertence à classe dominante em todas as suas formas e manifestações. Relacionando o conceito de Estado com a análise da Ditadura Civil-Militar, deve-se acrescentar que:

em formações capitalistas, [o Estado] assume, em geral, três funções essenciais: funções de legitimação, que dizem respeito à direção política, à obtenção de consenso da sociedade; funções coercitivas, que correspondem ao domínio e ao exercício da força e da repressão e, finalmente, funções econômicas, que se caracterizam por servir de suporte à acumulação de capital [...] Ao ampliar os horizontes da sua atuação econômica, o Estado militar revelava, ao mesmo tempo, o elevado grau de autonomia com que agia, bem como o seu nítido caráter burguês, uma vez que a sua política econômica visou conter o trabalho e acelerar a acumulação de capital (Germano, 1990, p. 20).

O Estado brasileiro, após o Golpe civil-militar em 1964, revestiu-se de um caráter ditatorial, contraposto à democracia. Acrescenta-se ainda que foi uma Ditadura Civil-Militar, levando-se em consideração o domínio preponderante dos militares e do elemento civil:

O envolvimento de outros setores civis também foi fundamental para desestabilizar o governo Jango, preparar o clima do Golpe e legitimar a ação militar. Empresários, a igreja católica e a própria ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foram a favor do Golpe (Rollemberg, 2016, p. 65).

A dominação burguesa é efetivada pelos aparatos ideológicos. No materialismo de Marx, são as condições materiais que vão determinar o ser e seu pensamento, ideias e poder material estão relacionados à classe social que detém o poder, entende-se assim que a ideologia é um conjunto de ideias dominantes em um dado tempo histórico e espaço. A verdade é a essência das relações sociais e, se forem ocultadas, estaremos assim mais distantes da essência dos problemas: “A dominação burguesa não pode aparecer como uma “essência desavergonhada”, ou melhor, “como um produto de antagonismos ou como um feixe de contradições” (Ianni, 1986, p. 30).

Althusser (1970, p. 56) ressalta que a “escola é um dos principais aparelhos ideológicos do Estado, pois contribui para reproduzir as relações sociais de produção capitalista”. Ou seja, aparelho ideológico na medida em que contribui para a formação

da força de trabalho e para a inculcação da ideologia burguesa, além de ensinar a diferentes crianças diferentes padrões de comportamentos, dependendo da classe a que ela pertença e do trabalho que realizará.

Nesse ideal, a escola molda o indivíduo, constituindo pensamentos de submissão ao sistema da classe dominante, reproduzindo a ideologia desta mesma classe, levando assim o indivíduo a aceitar sua condição de explorado.

Demonstra-se assim mais uma vez a importância do ambiente escolar e, por conseguinte, das políticas educacionais elaboradas pelo Estado, como forma de coesão social, de reprodução das relações de produção e também como meio de proporcionar tanto os saberes técnicos e práticos como os saberes morais capazes de levar cada indivíduo a contribuir com a acumulação e o desenvolvimento capitalista (Alves, 1985, p. 24).

Traremos agora uma breve contextualização sobre o nosso objeto de estudo, a Universidade Federal do Espírito Santo.

#### 1.4 UFES

**Figura 1.** Vista aérea do campus em meados da década de 1970



Fonte: Relatório CVUFES (2016, p. 13).

Agora, dialogaremos sobre a Ufes, retomando os objetivos desta pesquisa, que é investigar ações de repressão e censura que ocorreram no período da Ditadura Civil-Militar na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a partir de uma análise bibliográfica e documental.

A Universidade do Espírito Santo (UES) foi criada em 1954 pelo Governo do Estado, por meio da Lei Estadual n.º 806, de 5 de maio de 1954, sendo constituída pelas faculdades de Direito, Ciências Econômicas, Belas Artes, Odontologia, Medicina, Educação Física, de Filosofia, Ciências e Letras (Fafi) e a Escola Politécnica. Através da Lei Federal n.º 3.868, de 30 de janeiro de 1961, a UFES foi federalizada e passou a se chamar Universidade Federal do Espírito Santo, como é até hoje. Durante a década de 60, a Ufes passou por reformas estruturais administrativas e acadêmicas. Durante a década de 70, começam as inaugurações de prédios e as instalações dos novos cursos para o campus Goiabeiras.

No ano de 1965, ocorreu, através de um decreto, a mudança do nome da instituição:

Em 1965, um decreto governamental instituiu a obrigatoriedade da incorporação da palavra “federal” em todas as instituições de ensino superior federalizadas. Surgiu assim o nome e a sigla atuais da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) (Relatório CVUFES, 2016, p.13).

Ainda nos anos 60, ocorreu uma reestruturação administrativa e acadêmica, mudou-se também a estrutura física, os oito campi espalhados pelo Espírito Santo se estruturaram em apenas dois campi, Goiabeiras e Maruípe. Essa reestruturação seguia os princípios do governo ligados à Reforma Universitária, que foi efetivada com a edição da Lei n.º 5.540, de 28 de dezembro de 1968. A reforma estava ligada aos acordos do governo e do MEC-USAID<sup>2</sup>.

Um dos primeiros atos de repressão que ocorreram na UFES, durante a Ditadura Civil-Militar, foi a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI), três meses após a instauração do Golpe, voltado para a vigilância, controle e monitoramento da sociedade organizada. Várias divisões de segurança e Informação (DSIs) foram criadas e elas passaram a atuar em órgãos civis e militares. Com essa vigilância os estudantes e intelectuais passaram a sofrer repressões.

Foram criadas várias assessorias para auxiliar o monitoramento das DSIs, entre elas: Assessorias de Segurança e Informação (ASIs) e as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (Aesis), visando a vigilância de fundações, empresas

---

<sup>2</sup> De acordo com Luiz Antônio Cunha e Moacir de Góes (O Golpe da Educação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 26), os Acordos MEC-USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos. Entre 1964 e 1968 foram firmados 12 acordos.

estatais e demais órgãos públicos; já a Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC) foi criada visando a vigilância no interior das universidades e dos movimentos estudantis em âmbito nacional.

Segue algumas ações que foram utilizadas como movimento de repressão na Universidade: “a) a criação da DSI/MEC em 1968; b) a entrada em vigor do Decreto 477 em 1969<sup>3</sup>; e c) o funcionamento das chamadas Aesis/ASIs a partir de 1971, ponto culminante da estruturação de todo esse aparato. Importante destacar que, na Ufes, a ASI funcionou entre 1971 e 1986 (Relatório CVUFES, 2016, p. 16).

Ao longo dos seus 68 anos, um terço de sua existência, 21 anos, transcorreram durante o período militar. Pode-se observar, nesse período, uma contradição, visto que a universidade era vista por alguns como um projeto de modernização e futuro para a sociedade e, por outro lado, nessa mesma universidade havia a repressão, um movimento de cerceamento e silenciamento de parte da sociedade que ali se encontrava.

Hoje o campus principal ocupa uma área em torno de 1,5 milhão de metros quadrados. Quatro campi: Goiabeiras e Maruípe, em Vitória; Alegre e São Mateus, no interior, é uma Universidade referência em qualidade no Ensino Superior, conhecida nacionalmente e mundialmente. Atualmente conta com: 2 mil servidores técnicos; 19 mil alunos de graduação presencial, 1.200 de graduação a distância, e 3 mil de pós-graduação. Possui 102 cursos de graduação, 56 mestrados e 26 doutorados (UFES, 2023).

Hoje, a UFES cresceu e se expandiu, tanto geograficamente quanto no campo da pesquisa, ela conta com um Centro Agropecuário no Sul do Estado (Alegre, São José do Calçado e Jerônimo Monteiro) e um Centro Universitário no Norte, em São Mateus. Com seu conhecimento e pesquisas, está transpondo os muros da universidade, através de seus projetos, buscando a construção de sua identidade e História, por vezes apagada durante os anos do Regime Civil-Militar.

Passamos, agora, a analisar a conjuntura mundial que antecedeu o Golpe de 64.

---

<sup>3</sup> O decreto 477, previa a demissão de funcionários e a proibição de matrícula nas universidades, durante três anos, para os discentes tipificados como subversivos (Relatório CVUFES, 2016, p. 16).

## 2 O GOLPE DE ABRIL DE 64

Para melhor compreensão do tema que estamos investigando, faz-se necessária uma contextualização histórica que abarque um contexto bem mais amplo de tempo e espaço, precisamos analisar fenômenos que ocorriam em várias partes do mundo e que afetavam assim nosso país e as políticas públicas de vários governos brasileiros, para assim entender como se organizava a educação brasileira no período da Ditadura Civil-Militar, que durou de 1964 a 1985.

### 2.1 Contexto mundial antes do Golpe

A Guerra Fria (1947-1991), que se iniciou ao final da Segunda Guerra Mundial (1935-1945), opôs dois blocos antagônicos de cunho econômico, social, ideológico e político. Tendo, como representante capitalista, os Estados Unidos, e, como representante comunista, a União Soviética, as duas maiores potências mundiais daquele período, cada uma defendia seu sistema político. Faz-se necessário expor alguns pontos sobre o começo da Guerra Fria.

Os Estados Unidos tinham pretensão de deter os avanços geográficos soviéticos ao final da Segunda Guerra Mundial, a Europa estava dividida em dois blocos, por uma “cortina de ferro”, “[...] uma cortina de ferro desceu sobre o continente. Atrás dessas linhas estão todos os Estados da Europa Central e Oriental [...]” (Dias Júnior, 1997, p. 10).

Muitos estudiosos consideram o ponto de partida para a Guerra Fria o discurso realizado pelo presidente norte-americano, Harry Truman, a partir do qual nasce a Doutrina Truman, que visava conter o avanço socialista na Europa e o Plano Marshall que financiava os países europeus destruídos pela guerra, com o objetivo de conter o avanço da União Soviética sobre o Ocidente.

O plano, na verdade, passou a ser percebido pela União Soviética como um artifício estratégico para controle (esfera de influência) dos países europeus pelos Estados Unidos. Tem o seu nome oficial de *European Recovery Program* (Programa de Reconstituição Europeia), proferido em discurso por George Marshall, em 05 de junho de 1947, em Harvard (Santos, 2013, p. 37).

Os Estados Unidos, buscavam reerguer o comércio internacional e proteger a Europa do avanço do comunismo, quem recebia sua ajuda tinha que aceitar os

termos impostos pelos Estados Unidos, que estavam ligados a condições políticas e econômicas.

Emprestando dinheiro, fornecendo tecnologia, investido capital, os Estados Unidos pretendiam fazer a economia europeia voltar a crescer, assegurando oportunidades de emprego suficientes para apaziguar a crescente insatisfação das populações desses países. Melhorando o padrão de vida, menos gente insatisfeita daria ouvidos às ideias socialistas (Pereira; Marvilla, 2014, p. 30).

Antes de nos debruçarmos nas questões referentes à Universidade Federal do Espírito Santo, apresentaremos, a seguir, o contexto do Golpe<sup>4</sup> que, segundo Netto (2014), foi o regime de caráter político que melhor atendia aos interesses do grande capital. Na análise do referido autor, o imperialismo norte-americano influenciou nas decisões políticas no Brasil.

Os Estados Unidos financiaram movimentos de incentivo ao Golpe de 1964. Para efetivar-se com êxito, várias camadas da burguesia nacional vinculam-se à burguesia internacional, financiadas pelo grande capital. Ancorado no pensamento de Florestan Fernandes e Octavio Ianni, Netto (2014) afirma: a Ditadura instaurada no 1º de abril deve ser compreendida como uma forma de autocracia burguesa ou de Ditadura do grande capital.

A contrarrevolução preventiva contava com o financiamento em escala mundial, assim acrescenta Netto (2014, pp. 67-68):

Três eram os objetivos dessa cruzada contrarrevolucionária, aliás todos interligados: 1) adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países a um novo momento da dinâmica capitalista, marcado por uma acentuada internacionalização do capital; 2) Golpear e imobilizar os protagonistas sociais e políticos interessados em resistir a este processo, que conduzia as periferias a uma relação mais subalterna e dependente em face dos centros imperialistas; 3) enfim, combater em todo o mundo tendências políticas e ideológicas alternativas ao capitalismo e/ou conducentes a vias socialistas (Netto, 2014, pp. 67-68).

O objetivo do capitalismo estrangeiro era cercear o pensamento crítico ao grande capital, isto é, alternativas revolucionárias. Aqui no Brasil, sua burguesia não foi capaz de realizar reformas mínimas da social-democracia, como, por exemplo, a reforma agrária.

---

<sup>4</sup> “Em 1º de abril de 1964, um Golpe civil-militar — que agora completa meio século da sua deflagração — derrubou o presidente João Goulart. O que se seguiu ao 1º de abril foi a completa liquidação do regime democrático que, embora restrito, tinha vigência no país desde 1945” (NETTO, 2014, p.16).

[...] Assim, a burguesia brasileira nunca teve nada a ver com a burguesia empreendedora, animada por ideais emancipadores, a burguesia de meados do século XVIII a 1848; a burguesia brasileira não dispôs nunca de impulsos para realizar uma revolução burguesa à moda “clássica”, liquidando o latifúndio (lembre-se que, originalmente, a reforma agrária é uma das tarefas da revolução burguesa) e defendendo a soberania nacional. Residem aí as raízes de duas características básicas da formação social brasileira [...] (Netto, 2014, p. 68).

Dando seguimento ao contexto do Golpe de 1º de abril de 1964, trataremos com destaque os antecedentes ao Golpe civil-militar. Destacamos que,

no nível interno, o acirramento das lutas de classes foi notório, uma vez que a sociedade civil tornou-se mais ativa diante da ampliação da participação política e da organização dos trabalhadores urbanos e rurais. Outros setores da sociedade também se organizaram e participaram ativamente das mobilizações em favor das Reformas de Base, como os estudantes e os militares subalternos [...] No nível externo, a revolução socialista de Cuba afetou o poder e o prestígio dos Estados Unidos no Continente e concorreu decisivamente para o desenvolvimento de uma ofensiva anticomunista na América Latina, que fez ressurgir os valores da Guerra Fria (Germano, 1990, p. 50).

O Historiador Eric J. Hobsbawm (1996) ressalta que depois da Segunda Guerra, a União Soviética estava arrasada economicamente e não estava disposta a entrar em outra guerra.

As disputas que ocorriam entre Estado Unidos e União Soviética eram de cunho difamatório. [...] Guerra Fria baseava-se numa crença Ocidental de que a era da catástrofe não chegaria de modo algum ao fim; de que o futuro do capitalismo mundial e da sociedade liberal não estava de modo algum assegurado [...] (Hobsbawm, 1995, p. 228).

Esse foi um período de grande alarmismo, um clima de terror, os Estado Unidos tentavam passar a mensagem que se eles não estavam seguros, todos os outros países também não estariam, o anticomunismo ficou muito em voga nos Estados Unidos, que eram totalmente contrários ao comunismo, visto que são um país que tem como princípios o individualismo e a propriedade privada. Um instrumento que foi utilizado pelos americanos para conter o avanço comunista foi a arma atômica.

O setor da indústria norte-americana responsável pela produção armamentista estava obtendo lucros exorbitantes, formando assim um poderosíssimo grupo de interesse que era favorável, ao rearmamento, após a segunda Guerra, e a uma política externa agressiva (Pereira; Marvilla, 2014, p. 34).

Na América Latina, a união ao lado capitalista dos Estados Unidos era quase unânime, entretanto, nem todos os países assim o fizeram, alguns procuraram outras soluções para desviar da dominação capitalista. “O Governo nacionalista peruano de Velasco Alvarado (1968-1975) ou o governo chileno de Salvador Allende (1970-1973) mostraram que essas forças buscavam outro meio de se desenvolver” (Ianni, 1986, p. 34). Cuba ocupou o maior destaque nessa luta<sup>5</sup>.

O conceito de segurança nacional foi disseminado na América Latina e foi usado nesse período pelos militares como recurso ideológico de conquista e manutenção de poder, entretanto, ele ocultava os verdadeiros interesses econômicos e sociais da classe dominante, essa simbologia que se escondia atrás do preceito de segurança nacional colocava o adversário como inimigo da pátria e das tradições cristãs ocidentais. “A doutrina da segurança nacional tinha como finalidade estabelecer critérios de atuação para que o Brasil alcançasse e mantivesse os Objetivos Nacionais que deveriam ser a razão última do Estado Nacional”. (Tibola, 2007, p.57)

Este clima de Guerra Fria servia como elemento para disputas políticas que se davam no âmbito dos países, principalmente nos países no qual eram necessários a superação de problemas sociais, políticos e econômicos, como o Brasil.

Discutiremos como o contexto mundial foi o ponto culminante para que ocorresse o golpe de 64 no Brasil.

## **2.2 Contexto político do Brasil antes do Golpe (1930 a 1964)**

Na Guerra Fria, o Brasil viveu um processo de desenvolvimento do capitalismo que são divididos em dois períodos de Modernização Conservadora. O primeiro período foi o da democracia “populista”, entre os anos de 1945 e o Golpe de 1964, e trouxe muitas transformações para o Brasil, visto que o mesmo passava por um

---

<sup>5</sup>Ao realizar uma revolução nacionalista, que logo tornou-se socialista, o país foi o único da América Latina que conseguiu consolidar um regime socialista, tornando-se peça importante no sistema internacional durante a guerra fria, enquanto a região era marginalizada na política internacional. Como consequência, e esta é outra singularidade, o país entrou em conflito com a maior potência do planeta e, apesar de sofrer um embargo que já duramais de quarenta anos, é o único país cujas relações conflituosas com os EUA não conduziram a derrocada ou a mudança de governo como ocorreu em inúmeros países da região.

grande processo de industrialização e desenvolvimento econômico. Esse crescimento segundo Alves:

O desenvolvimento se deu à custa de uma inflação crescente, da abertura da economia do país ao capital estrangeiro e às multinacionais, e de uma direção política que poderia ser caracterizada por ambígua: o objetivo de desenvolver o país passou a ser perseguido através de uma estratégia da conciliação de classes. Embora os governos populistas buscassem o apoio das massas trabalhadoras, faziam-no de maneira a cooptá-las, negociando ora com o capital, ora com o trabalho (Alves, 1985, p. 26).

O projeto progressista que existia no Brasil era pautado na modernização, que começou nos anos 30, nesse período houve um êxodo rural, para as cidades, os mesmos não conheciam seus direitos trabalhistas e não tinham um passado ligado a lutas sindicais. Restava-lhes seguir as regras do governo de Getúlio Vargas:

Numa forma destacável, a massa trabalhadora dedicou a Vargas sua submissão. O povo sucumbiu aos agrados do governo varguista. Como essa situação foi gerada, pode-se compreender, com argumento crítico, o esforço do governo de Getúlio Vargas em promover o desenvolvimento econômico do país, para isso, foi importante construir indústria de base e ramos fabris variados. Numa palavra, lançar o país de agrário a industrial, como fato consumado deu-se a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) na década de 1940, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) entre outras. (Santos, 2013, p. 19).

Essa modernização, de acordo com o discurso do nacional desenvolvimentismo, precisava ser aliada a um desenvolvimento social, que devia incluir todos os segmentos da sociedade brasileira sob uma perspectiva capitalista.

Quando se desenvolve a produção industrial, necessita-se desenvolver o consumo, prospectando a transformação de uma sociedade em consumidora. O projeto progressista-popular visava incluir a sociedade no mercado consumidor e, para haver consumo, era necessária uma massa salarial alta, não só aumentar o salário, mais também a oferta de direitos sociais, como: saúde pública e educação de qualidade.

Para que esse projeto progressista-popular desse certo, fazia-se necessário que houvesse uma melhor distribuição de renda. Assim, a sociedade poderia consumir a demanda da produção industrial, com a população sendo inserida no mercado consumidor e no mercado político. Esse era o projeto popular que estava avançando nos primeiros anos da década de 1950, quando se fala das reformas de base.

O nacionalismo imposto por Getúlio Vargas era um destaque nessa época, incentivado de diversas formas, desde propagandas, políticas populistas, valorização do território, louvando todas as características da nação. Segundo Delgado (2001):

O nacionalismo em voga marcou uma geração, isto é, a concepção nacionalista foi hegemônica no período de 1955 a 1964. Nas prerrogativas que se seguem, conforme Delgado, a política nacionalista pregava o direito à educação a todos os brasileiros; o controle da remessa de lucros e encampação de empresas estrangeiras. O governo de João Goulart (1961-1964) irá definir isso (Delgado, 2001, p. 28).

A burguesia brasileira e seus representantes do capital internacional, representavam o interesse das classes dominantes brasileiras e dos representantes do capital internacional e faziam oposição ao governo, que era visto como representante do projeto progressista.

Ianni (1991) informa que, quando Juscelino Kubistchek (1956-1961) sucede Vargas, o Brasil entra em um período de desenvolvimento nacional.

Juscelino Kubitschek assume um país em crise social e política, sob a crença de que, com a implantação e implementação de seu Programa de Metas, como a base do Governo, alteraria as condições, as tendências e as possibilidades do desenvolvimento econômico brasileiro e concorreria para a mudança qualitativa na figura e nos papéis do Estado (Ianni, 1986, p. 182).

O desenvolvimento econômico instaurado no país por Juscelino acentuava a divisão social do trabalho e a desigualdade social. Esse projeto de desenvolvimento de Juscelino deixou para os futuros presidentes uma dívida externa muito grande, trazendo dois problemas para esses presidentes: inflação e deficit da balança comercial. Diante desse cenário: “[...] Brasil tinha que elaborar um plano econômico que satisfizesse aos seus credores, de modo que o comércio continuasse a ser exercido de acordo com as regras do capitalismo internacional” (Skidmore, 1998, p. 35).

O governo de Jânio Quadros foi decepcionante, os problemas mais urgentes do país não foram solucionados, a inflação continuava em alta, o desemprego crescia e o Brasil não registrava o mesmo crescimento econômico de épocas anteriores.”Enquanto sua política econômica financeira atendia os interesses do capital estrangeiro e do setor agroexportador, sua política externa e outras medidas (como a propostas de lei antitruste e de controle da remessa de lucros ao exterior),

voltava-se para os interesses do empresariado nacional e dos setores interessados em promover a implementação das chamadas reformas de base. (Queler, 2008, p.331)

Poucos meses depois de ocupar o cargo, Jânio rompe com a UDN, partido que era até então seu aliado, agravando assim sua governabilidade. O governo Jânio Quadros dialogou com o bloco capitalista e com o bloco socialista.

Pressionado interna e externamente, Jânio Quadros renuncia 7 meses depois de ocupar a presidência e João Goulart assume o poder. Goulart teve grande dificuldade de sustentar as bases políticas impostas pelos governantes anteriores, uma vez que havia uma notória luta de classes. A sociedade civil tornava-se ativa e participativa e outra parcela da população buscava as reformas de base. Uma crise econômica se instaurou no período, ameaçando a ordem vigente e as classes dominantes desse período, como destaca Germano (1990, p. 50): “reduziu-se o índice de investimentos, diminuiu a entrada de capital externo, caiu a taxa de lucro e agravou-se a inflação”.

João Goulart chega ao poder no ano de 1961, mas não assume o poder, ele foi vítima de uma tentativa de Golpe dos militares. As forças armadas se opuseram à posse de Goulart, quando o mesmo se encontrava em visita à China, país controlado pelo Partido Comunista.

Em setembro de 1962, foi instituído no Brasil o parlamentarismo, Goulart consegue tomar posse, mas com poderes reduzidos, o país passa por um plebiscito, em que a população escolheria a sua forma de governo. Em janeiro de 1963, os brasileiros votam pela volta do presidencialismo, dando a Goulart os poderes antes destituídos.

Entretanto, Goulart governa sobre a ameaça de Golpe dos Estados Unidos, que tenta instaurar na população uma doutrinação ideológica anticomunista, fazendo assim com que os mesmos fiquem contra o presidente. Pesava contra Goulart o apoio que a classe burguesa tinha das organizações femininas, principalmente de donas-de-casa da classe média e das classes trabalhadoras industriais.

A ação entre as classes trabalhadoras industriais também objetivou conter a mobilização popular por meio de sua desorganização e desconscientização de classe, o que colaborou para quebrar a “espinha dorsal” da militância de esquerda do período pré-Golpe de 1964. a burguesia conseguiu “mascarar” a luta de classes com sua política paternalista de assistência social e seus ideários anticomunistas, antipopulares e antigovernistas (Molina, 2016, p. 136).

No entanto, para muitos, um dos fatores que culminaram no Golpe civil-militar foi a incapacidade política e administrativa de João Goulart:

para a direita civil-militar que tomou o poder em 1964, Goulart era um demagogo, corrupto, inepto e influenciado por comunistas. Motivos suficientes, portanto, para o Golpe de Estado. Para as esquerdas revolucionárias e a ortodoxia marxista-leninista, o presidente era um líder burguês de massa, uma liderança cuja origem de classe marcou seu comportamento dúbio e vacilante, com vocação inequívoca para trair a classe trabalhadora (Romanelli, 1989, p. 53).

Era necessário interromper o processo que se instaurou pós 1930, que não aceitavam os pressupostos políticos e ideológicos da política nacional-populista, que ameaçava a modernização do capitalismo.

No contexto internacional da Guerra Fria (1947-1991), as reivindicações dos trabalhadores representavam, para as elites, uma luta que almejava a sociedade socialista. Era necessário, portanto, interromper o processo histórico que havia se inaugurado após 1930 e, por conseguinte, libertar o Estado demiurgo da pressão dos “de baixo” (Ferreira Júnior; Bittar, 2008, p. 333)

Isso culminou em um embate nos anos de 1963 e 1964, levando ao Golpe que destituiu o presidente João Goulart, eleito democraticamente em 1961, mesmo ele sendo um vice-presidente como defendia a constituição de 1946:

Numa palavra, até o Golpe de 1964 pelo menos havia no país uma possibilidade de mudança político-econômica, com características burguesas, não que fossem reformas sociais radicais, mas existiam planos e possibilidades de combate à inflação, projetos sociais, entre outros (Santos, 2013, p. 21).

Um dos fatos marcantes que culminaram com o Golpe foi o comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Jango lançou as reformas de base, na qual pretendia desapropriar terras com indenização, nacionalizar refinarias de petróleo, realizar uma reforma eleitoral garantindo votos para os analfabetos.

O significado do comício da Central do Brasil era muito claro aos olhos da elite conservadora. Jango voltava-se definitivamente para a esquerda radical. Começara por atacar o “santo” princípio da propriedade privada, tanto no setor industrial, quanto na zona rural.[...] é importante observar o grau de conservadorismo e preconceito contra o povo, arraigado na sociedade brasileira. O simples fato de o presidente apresentar em uma praça pública com propostas socializantes em favor dos menos favorecidos, sem quebrar, no entanto, a legalidade burguesa, foi criticado como crime político: a

participação popular, portanto, era intolerável, na visão da elite brasileira (Pereira; Marvillia, 2014, p. 67).

Uma semana após o comício da Central do Brasil, os Estados Unidos resolveram intervir no que eles intitulavam “crise brasileira”, o presidente estadunidense Lyndon Johnson autoriza os militares americanos a se organizarem para essa intervenção.

O primeiro passo efetivo de intervenção militar direta e escancarada dos EUA no Brasil foi o envio de um porta aviões com destino a cidade de Santos, Estado de São Paulo. Caso ocorresse qualquer resistência que saísse do controle dos militares brasileiros subordinados, os marines ianques entrariam em ação por meio da Operação brother Sam (Molina, 2016, p.142).

A igreja católica também se posicionou, segundo eles as reformas de base levariam o Brasil ao “comunismo”, o padre Patrik Peyton estruturou, no dia 19 de Março de 1964, a célebre “Marcha da família com Deus pela liberdade”, em resposta ao comício da Central do Brasil. Esta manifestação reuniu milhares de pessoas em todo o Brasil. Diante desta crise instaurada, o governo não resistiu muito tempo.

Os militares chegam ao poder apoiados em distintas bases sociais e com o suporte da Doutrina de Segurança Nacional, elaborada principalmente a partir da ESG (Escola Superior de Guerra), que estabelecia que as Forças Armadas deveriam assegurar as condições políticas para garantir a ordem social e econômica:

[...] “restaurar a legalidade”, reforçar as “instituições democráticas ameaçadas” e restabelecer a “composição federativa da nação”, rompendo o poder excessivamente centralizado do governo federal e devolvendo poderes aos Estados. Prometia, sobretudo, “eliminar o perigo da subversão e do comunismo” e punir os que, no governo, haviam enriquecido pela corrupção (Alves, 1985, p. 63).

Os golpistas não encontraram resistência frente ao Golpe e começaram as prisões, mortes, torturas e desaparecimentos.

O Golpe de 64 teve o objetivo de conter o avanço de uma conjuntura marcada pela aproximação política com os menos favorecidos que ameaçava na ótica conservadora da sociedade brasileira quebrar os privilégios tradicionais do capital estrangeiro em nosso país, em favor do nacionalismo econômico (Pereira; Marvillia, 2014, p. 70).

Quando analisamos a conjuntura do governo, visualizamos como afetaram as políticas educacionais, visto que os processos educacionais reproduziram a base

ideológica de cada governo. Daí a necessidade de instituir uma educação voltada para o patriotismo e que estivesse em concomitância com a ideologia em voga na época, pensando na formação do indivíduo para o mercado de trabalho, com o intuito de desenvolver as forças produtivas capitalistas.

Ao assumirem o poder, em 1964, os militares fortaleceram esse modelo hegemônico, tendo como os grandes consumidores desses produtos a burguesia nacional e alguns setores da classe média, enquanto a classe subalterna foi excluída desse movimento político e econômico. A fonte de controle que o Estado militar usava para dominar essa camada social mais pobre eram as políticas educacionais, que passam a servir aos interesses da economia desde as reformulações de ensino e viabilizando sua funcionalidade. (Carlos; Cavalcanti; Neta, 2018, p.26)

Era necessário uma demanda crescente que fora impulsionada pelo próprio processo de industrialização, já que a implantação da indústria de base e de multinacionais no país criou uma multiplicidade de novos empregos que, por sua vez, exigiam uma mão-de-obra diversificada e qualificada, mas que não vinha sendo preparada pelo sistema educacional.

O Golpe tinha como ideal a consolidação do processo capitalista e a centralização do poder. A reflexão de Saviani (2007, p. 362) nos ajuda a entender o papel que o golpe de 1964 teve para a sociedade brasileira e, especialmente, para a educação, "foram alteradas as bases organizacionais, tendo em vista ajustar a educação aos reclames postos pelo modelo econômico do capitalismo de mercado associado dependente, articulado com a doutrina da interdependência".

### **2.3 Contexto político do Espírito Santo antes do Golpe**

Iremos, agora, investigar como se encontrava o estado do Espírito Santo no período pré-Golpe. Desde 1945, havia uma alternância de poder entre Jones dos Santos Neves (PSD) e Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (PSD), Francisco Lacerda de Aguiar (Chiquinho), mais tarde, começou a entrar nessa disputa pelo governo, em princípio no PSD, e depois dentro de uma Coligação Democrática, formando assim a tríade capixaba do poder. O PSD foi formado tendo como base as estruturas do governo Vargas, nas eleições de 1947.

No período em que o Brasil tinha João Goulart como presidente da República, o governador do Espírito Santo era Francisco Lacerda de Aguiar, o popular Chiquinho,

que ganhou a eleição em 1962, mas teve o mandato interrompido por denúncias de corrupção em 1966.

Um ponto de destaque sobre a história da política capixaba foi a votação que iria instituir o parlamentarismo ou presidencialismo no Brasil. No Espírito Santo havia uma expectativa da volta do presidencialismo.

acerca do sistema de governo presidencialista, foi realizada uma regular propaganda sobre o pleito. Como destaque no estado do Espírito Santo, o jornal *A Gazeta* (03/01/1963, p. 04) anunciou em uma propaganda/imagem que tomou quase metade da página: *“Acabe com a confusão! Diga não”, “Contra crise política, crise social, crise econômica. Diga não”, “Dia 6 vote não”,* entre outras frases de efeito contra o sistema parlamentarista de governo (Santos, 2013, p. 100).

Em 6 de Janeiro de 1963, os brasileiros votaram a favor do presidencialismo. A emenda foi promulgada no Congresso em 23 de janeiro. “Quanto da votação no dia 06 de janeiro de 1963, o periódico, *A Gazeta*, em dias posteriores, estampa: ‘Capixaba disse não’ no plebiscito escolhendo sistema presidencialista”. (*A Gazeta*, 08/01/1963, capa). O relato fala sobre o comparecimento em massa dos capixabas votantes às urnas e apontam o “não” como resposta ao parlamentarismo (Santos, 2016, p. 102). Ainda em janeiro, o então presidente Jango vem ao Espírito Santo.

De volta ao debate político capixaba, havia uma disputa de poder entre o governador eleito, Francisco Lacerda, e os membros do partido do PSD, partido do qual “Chiquinho” já havia feito parte. Por conseguinte, nas eleições de 1962, na qual Francisco Lacerda de Aguiar foi eleito, o PSD sentiu-se duplamente derrotado. Primeiramente, porque não conseguiu eleger Jones dos Santos Neves, candidato lançado por esse partido ao governo. Em segundo lugar, porque tampouco obteve êxito com a candidatura de Carlos Lindenberg, então candidato ao Senado Federal.

Durante um congresso do PSD, em janeiro de 1963, o então deputado João Calmon, faz um discurso em que ressalta a necessidade de fazer oposição ao governo de Chiquinho, mas não ao estado do Espírito Santo: “Oposição vigilante e severa ao Governo, sem que represente oposição ao Espírito Santo” (Santos, 2013, p. 103). Isso evidencia a perseguição que o PSD fazia ao longo do governo de Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966).

No que concerne à situação econômica do estado, podemos destacar a discussão sobre as relações políticas acerca dos limites com o estado vizinho Minas

Gerais. Feitos os acertos e procedimentos, tínhamos então uma nova delimitação com Minas Gerais.

Chiquinho tentava passar a imagem que o estado, mesmo sendo pequeno em território, estava em franca ascensão na área industrial e comercial. O governador também enaltecia Vitória como um centro cultural e econômico. Problemas agrários também começaram a se instaurar no estado, nesse período, devido à seca que o assolava em 1963.

No ano de 1963, o governador lança o Plano Trienal, que se baseava, dentre vários textos essenciais, no trabalho de Thomas Skidmore: de Getúlio a Castelo, esse plano propunha um programa de combate à inflação, visando a recuperação do índice de crescimento. Segundo Santos (2013):

Portanto, para tal desempenho, o Plano possuía dois pré-requisitos imediatos: a) A pressão inflacionária, produzida pelos déficits no setor público; b) A capacidade de importar deveria ser mantida por intermédio de um refinanciamento da dívida externa do Brasil, concentrado no momento em obrigações de pagamento a médio e curto prazo. Em suma, pré-requisitos que exigiam uma ação resoluta de Jango. Na observação de Argelina Figueiredo (1993), o Plano Trienal previa uma taxa de inflação para o ano de 1963 de 25%, com a possibilidade de chegar ao ano de 1965 no patamar de 10%. Como veremos mais adiante, isso correu apenas no terreno das possibilidades (Santos, 2013, p. 112).

No Espírito Santo, tivemos reflexos do Plano Trienal, que formam, segundo Santos (2013):

Os projetos do Porto de Tubarão; a conclusão das obras da Rodovia BR 101 e BR 262, com a desenvoltura para a economia e variedades no mercado capixaba; projeto da ACARES (Associação de Crédito e Assistência do Espírito Santo), que era, no entanto, uma política de auxílio ao meio rural; incentivo ao cooperativismo; apoio ao produtor rural comprando e repassando materiais para a agroindústria, maquinários para a fábrica de farinha, industrialização abrangente do milho e laticínios (Santos, 2013, p.113).

A economia do Espírito Santo foi por um bom tempo voltada para o café, entretanto, em meados de 1960, era cogitada a intenção de erradicação dos cafezais, com o intuito de fomentar outros cultivos e a pecuária, já que alguns pesquisadores ressaltavam que o nosso café não era de boa qualidade. A atividade de pecuária expandiu, ocupando o espaço do café.

O Brasil, nesse momento, tinha uma parceria com os Estados Unidos, no programa Aliança para o Progresso, que instaurava benfeitorias nos estados, que deveriam ser identificadas visualmente com a marca da “Aliança para o Progresso”:

O Brasil foi o maior beneficiário da Aliança para o Progresso, pois recebeu cerca de US\$ 2 bilhões de dólares entre 1961 e 1971. Na esteira em que se analisa tal programa, Fico chama a atenção no sentido do qual:[...] a problemática cubana ensejou (...) a Aliança para o Progresso e, no caso brasileiro, tornou simplesmente inadmissível para os Estados Unidos a hipótese de estabelecimento de um regime com qualquer pretensão esquerdista [...] (Fico, 2017, p. 41).

O Espírito Santo, objetivando desenvolver um plano de fomento da lavoura e pecuária, também buscava essa parceria com o sistema Aliança para o Progresso, o estado pleiteava um financiamento para um prazo de 08 (oito) anos, com 03 (três) anos de carência.

Conforme vimos no primeiro capítulo, a Aliança para o Progresso foi aplicada no início de seu anúncio de lançamento no Brasil, em 1961. Logo recebeu uma “parceira” no país conhecida como Aliança Brasileira para o Progresso.. Como atesta o documento-ofício nº 2336, de 30/11/1963, lançada pelo Governador de São Paulo, Adhemar de Barros, com o intuito de beneficiar os Estados carentes (pelo menos era esse o objetivo), o Governador Chiquinho, junto com seu Secretário da Agricultura, Terras e Colonização, pede uma quantia de trezentos e setenta milhões de cruzeiros. De acordo com o documento, o pedido se justificava para a aquisição de equipamentos destinados àquela Secretaria (Santos, 2013, p. 105).

Já no âmbito político, faz-se necessário destacar que Chiquinho tinha o posicionamento dos principais agrupamentos políticos, até as vésperas do Golpe de 64, a política capixaba, ainda não estava inflamada pelas agitações que ocorreriam em âmbito nacional. Os acontecimentos nacionais eram acompanhados à distância, através de jornais de circulação nacional, como destaca Santos (2013):

Havia também posicionamentos erráticos ou indecisos, como o do Jornal A Gazeta, que passou a legitimar o movimento somente nas vésperas do Golpe. Todavia, nada que se comparasse à campanha feita por veículos do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, como O Globo, Tribuna de Imprensa, Estado de São Paulo, Correio da Manhã, Folha da Manhã, entre outros, que se posicionavam abertamente a favor de uma conspiração militar que pudesse salvar o Brasil da corrupção e do perigo da infiltração comunista (Santos, 2013, p. 87).

Simultaneamente à instauração do Regime Militar no Brasil, desenvolvia-se uma campanha contra “Chiquinho”, uma série de denúncias e críticas eram vinculadas

na imprensa diariamente. “Indicava-se, especialmente, a má gestão dos recursos públicos, acompanhada da desordem a que a administração estadual estava submetida, e apontava-se para a falta de preparo técnico de Chiquinho” (Santos, 2013, p. 88).

Como já destacado, a política capixaba não estava contaminada pelas agitações pró-Golpe. Foi somente poucos dias antes da instauração do Movimento pós-Golpe, que os meios de comunicação começaram a deflagrar notícias sobre o movimento nacional que estava acontecendo e sobre a possibilidade de um Golpe.

Uma caravana composta por sete ônibus foi participar do emblemático comício da Central do Brasil, em contrapartida, foi feita uma movimentação correlata para que houvesse no estado a Marcha da Família com Deus pela Liberdade:

um grupo de senhoras ligadas à UDN capixaba iniciou uma articulação no sentido de realizar, em Vitória, uma manifestação semelhante à Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada por setores direitistas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Resolveram, então, solicitar ao arcebispo de Vitória à época, Dom João Batista da Motta e Albuquerque, que coordenasse a manifestação. Mas Dom João não só se recusou a fazê-lo, como ainda condenou a manifestação conservadora. Foi o suficiente para que se iniciasse uma violenta reação de deputados estaduais conservadores, que denunciaram o "comunismo" de Dom João (Santos, 2013, p. 88).

No dia do Comício da Central do Brasil, o governador Chiquinho estava no Rio de Janeiro, e foi convidado pelo próprio Jango para participar, entretanto, o governador foi o único que não participou, como ele próprio ressalta:

Eu estava no Rio de Janeiro quando Jango fez aquele comício da Central do Brasil, ele me telefonou para eu ir e eu não fui ao comício dele. Todos que foram acabaram cassados, eu fui o único que não fui porque eu não concordava com aquilo. Dividir meu suor, meu trabalho, um absurdo! (Santos, 2013, p. 69).

Seguiremos, agora, nossa discussão, entendendo como se instaurou a Ditadura no Brasil e no Espírito Santo.

### 3 A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO

Abordaremos, aqui, como se encontrava o Brasil e o Espírito Santo ditatoriais.

#### 3.1 O Brasil dos generais e a burguesia golpista

A Ditadura se instaurou no Brasil entre os anos de 1964 e 1985. O primeiro militar, nessa fase, é Humberto Castello Branco, que esteve no governo de 1964 a 1967. As primeiras medidas tomadas por Castello Branco estabeleceram as bases da Ditadura Militar, o governo criou sua própria jurisprudência ao instaurar os Atos Institucionais (AIs), leis criadas pelo poder executivo que davam mais poder aos militares ao longo do governo. Os militares instauraram um modelo político autoritário e centralizador, com controle total da sociedade por meio de um sistema de repressão.

O AI-1 foi instituído no dia 9 de abril de 1964, suspendia os direitos políticos e tratava sobre cassação de mandatos: “Entre 1964 e 1966, cerca de dois mil funcionários públicos civis e militares foram demitidos ou aposentados compulsoriamente, e 386 tiveram seus mandatos cassados e/ou viram-se com os direitos políticos suspensos por dez anos” (Pereira; Marvillia, 2014, p. 70).

Já, nesse período, houve muitas mortes, a tortura já estava instaurada como meio de interrogatório para combater a “corrupção e a subversão”. Foi criado, em 13 de Junho 1964, o Serviço Nacional de Informação (SNI), onde eram coordenadas as informações de segurança nacional; foi criada uma rede de departamentos que controlava todas as informações da sociedade brasileira, investigando suspeitos de conspirar contra o regime.

Entre os vários departamentos submissos, controlados e orientados pelo SNI estavam o Centro de Informações do Exército (CIEx), e o E-2 (Serviço Secreto do Exército); o mesmo ocorria como Centro de informações da Marinha (Cenimar) e o M-2( Serviço Secreto da Marinha), além do Centro de Informação de Segurança Aeronáutica (Cisa). Nas esferas estaduais também existiam órgãos submissos ao SNI: as delegacias Estaduais de Ordem Política e Social (Deops) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) (Pereira; Marvillia, 2014, p. 73).

O objetivo de Castello Branco era instituir um AI que durasse três meses, entretanto, só em seu mandato acabou implementando mais três.

O objetivo inicial de Castello Branco, era criar um Ato Institucional que durasse apenas três meses; Queria que as cassações atingissem uma ou duas dezenas de dirigentes ligados ao regime deposto. Cassou cerca de quinhentas pessoas e demitiu duas mil. Castello era de formação liberal, mas faltou-lhe, em diversas ocasiões, a vocação ao risco (Gasparini, 2002, p. 17).

O AIs criado institucionalizaram a violência e a tortura no Brasil, depois de três meses já surgiam denúncias de tortura em várias partes do Brasil e setores da imprensa já começavam a publicar críticas sobre o governo.

Mais dois AIs foram instaurados, o AI-2, que extinguiu os partidos políticos e dava ao executivo o poder de fechar o congresso; o governo adotou o bipartidarismo, só dois partidos tinham autorização pra existir: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que apoiava o governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao governo, tendo esse uma atuação limitada. Com o objetivo de apresentar à população uma sensação de normalidade, uma nova constituição foi escrita, visando incorporar os AIs 1 e 2 .

Em fevereiro de 1966, foi sancionado o AI-3, que ampliava o controle político, restringia o direito ao voto, impunha que as eleições para governador fossem indiretas. No cenário político, tínhamos agora, no governo, o general Arthur Costa e Silva, mais ligado à chamada “linha-dura”, militares com ideias mais radicais, assumindo o governo em 15 de março de 1967.

O governo de Costa e Silva foi marcado por um maior endurecimento na política do país, decretando uma nova constituição e promulgando a Lei de Segurança Nacional, o que tornou todos os cidadãos suspeitos, ativa ou passivamente: “Surgiu também a nova Lei da Imprensa, com restrições brutais à liberdade de informação. Por ela toda denúncia contra o presidente fundamentada ou não era ilegal” (Chiavenato, 1998, p. 77).

Essa repressão aumentou a capacidade de resistência da população, houve um aumento de greves e manifestações de estudantes e trabalhadores. O movimento estudantil ganhou destaque, a resistência aumentou com a demissão de professores e as restrições à universidade, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi extinta. Multiplicavam-se passeatas organizadas por universidades: “A violência da polícia e do exército contra as manifestações só fez engrossar as fileiras daqueles que protestavam contra o regime. O ponto mais alto desses protestos foi “passeata dos cem mil” no Rio de Janeiro, em junho de 1968” (Pereira; Marvillia, 2014, p. 77).

Visando conter as manifestações e o clima de tensão, que ocorriam em todo o Brasil, Costa e Silva decretou, em 13 de dezembro de 1968, o AI-5, o mais importante dos AI. Nele, ficava evidente o ideal “linha-dura” dos militares no poder. Ele decretava: a cassação dos mandatos legislativos e executivos em âmbito federal, estadual e municipal, suspendia os direitos políticos dos cidadãos, demitia, removia e aposentava funcionários, civis e militares, decretando estado de sítio sem restrição ao país, legislando por decreto e baixando outros atos institucionais complementares. Logo, qualquer pessoa suspeita de atividade contra o governo poderia ser presa.

O AI-5 fechou o congresso por tempo indefinido pela primeira vez desde 1937; suspendeu todas as garantias constitucionais e individuais; restabeleceu as demissões sumárias, cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos. Suspendeu também as franquias constitucionais da liberdade de expressão e de reunião. Em todo o país. O Exército procedeu manobras que representavam verdadeira ocupação. Opositores de todos os matizes eram presos e exilados. Estava consumada a Ditadura militar no Brasil (Pereira; Marvillia, 2014, p. 81).

Ficou suspensa também a garantia do *Habeas Corpus*, nos casos de crime político contra a segurança nacional. Segundo Gasparini (2002), O *Habeas Corpus* é um princípio do direito pelo qual - desde o alvorecer do segundo milênio - se reconhecia ao indivíduo a capacidade de livrar-se da coação ilegal do Estado.

O cenário de crime que ocorreu durante a Ditadura estava armado, visto que, com o Congresso fechado, a imprensa comedida, o governo impôs sua ordem. À sociedade, que buscava resistir, não restavam muitas opções, senão partir para a luta armada. A rebelião contra o Estado de Segurança Nacional ganhou força quando o governo instaurou o AI-5 e, a partir dele, começou a cometer abusos contra a sociedade.

A dialética de violência entre organizações armadas e as forças de repressão do Estado continuou a progredir, entre 1969 e 1973. [...] A luta de guerrilha começou a caracterizar-se sobretudo, pelo sequestro de diplomatas estrangeiros, com a finalidade de trocá-los por presos políticos pertencentes às organizações clandestinas. Eram ações defensivas e não ofensivas (Alves, 1985, p. 60 *apud* Pereira; Marvillia, 2014, p. 79).

Líderes de esquerda organizaram grupos armados para lutar contra a Ditadura, tendo como destaque a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Em Agosto de 1969, Costa e Silva sofreu um derrame cerebral. De acordo com a Constituição de 1967, seu vice, Pedro Aleixo, deveria assumir. Pedro Aleixo, um civil que se opôs ao AI-5, no entanto, foi impedido de assumir. Uma junta de três ministros militares foi instaurada.

Um episódio marcou esse período, o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, pela luta armada brasileira: “A vitória dos sequestradores é um divisor de águas na história do surto terrorista brasileiro. De um lado, marca seu ápice. De outro, revela na sua própria finalidade os ingredientes dos desgastes que o corroía” (Gasparini, 2002, p. 97).

Depois de diversos arranjos, o escolhido para suceder Costa e Silva foi Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que mais usufruiu do AI-5 e instaurou o período mais crítico, de repressão, conhecido como “anos de chumbo”. Em janeiro de 1970, criou um decreto que tornou mais rígida a censura à imprensa, impedindo a mesma de publicar fatos sobre o governo. Ficou conhecido por ser o presidente do “milagre econômico”<sup>6</sup>.

A resistência armada perdeu força, visto que praticamente todos os líderes das organizações foram mortos. Parte da sociedade reagiu ao autoritarismo da época através de canções de protestos e manifestações. A repressão teve sua fase áurea nesse governo, que institucionalizou a tortura como técnica de interrogatório e controle político.

As operações de busca e detenção em larga escala tornaram-se uma rotina, principalmente, entre os anos de 1969 e 1974. Tais operações eram frequentes, resultando em detenções em massa, espancamento e intimidação. Montava-se essas operações e as pessoas sem documentação adequada eram consideradas suspeitas e frequentemente detidas (Pereira; Marvilla, 2014, p. 82).

Durante o regime militar, a prática da tortura tornou-se um instrumento repressivo, visando manter a ordem, a manutenção do Estado e para obter e apurar

---

<sup>6</sup> “O Milagre Econômico foi responsável pela internacionalização da economia brasileira, criação de novo mercado consumidor interno e externo, aumento do PIB, crescimento da economia, etc. Foi neste momento que surgiram slogans famosos do regime como “Pra frente Brasil”, “Ninguém segura este país” e “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Durante esse período, o PIB brasileiro cresceu a uma taxa em torno de 11,1% ao ano, enquanto no período anterior (1964-1967) o crescimento havia sido de 4,2%. Entretanto, é importante pontuar que o milagre econômico aconteceu às custas das classes mais baixas, uma vez que o arrocho salarial atingiu principalmente as classes trabalhadoras”. (Cavalcanti, 2022, p.1).

informações, intimidando o indivíduo por meio de torturas físicas, pau-de-arara, choque-elétrico, espancamento, afogamento, etc.), torturas farmacológicas (através de produtos químicos) e psicológicas (uso de animais, tiros e ameaças, pressão em familiares, perseguições, prisão incomunicável, etc.).

Médici queria mostrar ao mundo que o Brasil estava se desenvolvendo e seria uma futura potência. O governo se aproveitou da conquista da Copa de 1970, do tricampeonato de futebol e da censura que havia na imprensa para passar esse ideal do “milagre econômico”. Criou-se um clima de euforia no país. Segundo Alves (1985), embora permanecessem altos os índices de crescimento econômico, o setor agrícola estava estagnado em modestos 3,5% de crescimento. O problema criado pela crescente dívida externa, que, em 1976, já chegava a doze bilhões de dólares se agravou com a crise do petróleo, que fez com que aumentasse a inflação.

Nesse período, o exército criou o Destacamento de Operações e Informações (DOI) e o Centro de Operações da Defesa Interna (CODI) para lutar contra os grupos de esquerda. As atividades desses grupos repressivos desarticularam ações de guerrilhas urbanas e rurais.

O milagre econômico ocultava a realidade. O setor de bens duráveis e da construção civil crescia, mais de um milhão de moradias foram criadas, financiadas pelo banco nacional de habitação. Existia um alto índice de crescimento econômico nacional, mas a renda estava na mão de poucos, fazendo com que houvesse um aumento de desigualdade social, mais analfabetos, mais fome e miséria.

Estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 43.3% da população ganhavam menos que o equivalente ao salário mínimo, e 29% ganhavam entre um e dois salários mínimos (Alves, 1985, p.177).

Chiavenato cita o pediatra Yvon Rodrigues:

Em 1974 um órgão do governo gastou 20 milhões de dólares para investigar o que comiam os brasileiros. Foram entrevistados 55 mil famílias, e o resultado foi tão aterrador que se proibiu a divulgação dos resultados. Habia famílias que comiam ratos, crianças que disputavam fezes”. [...] (Chiavenato, 1998, p. 92).

Em março de 1974, inicia-se o governo do General Ernesto Geisel, ele assumiu com o discurso de retomar o crescimento econômico e reestabelecer a democracia de forma lenta, gradual e segura, sem grandes fissuras. O período de 1973 a 1974 teve muitas mudanças de direção. O governo tentava criar mecanismos de apoio

político e social. Segundo Pereira e Marvilla (2014), a ação do Estado, principalmente nos primeiros anos do governo Geisel, destinava-se a desmantelar gradativamente os mecanismos mais explícitos de coerção legal que passaram a existir, principalmente após o AI-5.

Foi dada uma atenção especial ao sistema eleitoral, pois o governo pretendia dar continuidade ao poder mesmo com o fim do regime autoritário: “Uma especial atenção seria dada ao sistema eleitoral, a fim de obter mais flexibilização para um processo aparentemente livre de escolha, ainda assim, garantir ao partido do governo força eleitoral a logo prazo” (Alves, 1985, p. 185).

No ano de 1974, a população começou a votar nos candidatos do partido de oposição. O MDB duplicou sua bancada e, pela primeira vez, passou a ser maioria no congresso: “Esse crescimento de oposição trouxe implicações importantes para a dinâmica política do país, contribuindo sobremaneira para o processo de redemocratização, circunstanciada à abertura política iniciada pelo governo Geisel, e realizada como processo lento e gradua” (Pereira; Marvilla, 2014, p. 86).

Em nenhum outro momento da História assistiu-se tantas alterações nas regras eleitorais e partidárias, uma lei de destaque nesse período foi a Lei Falcão (Lei n.º 6.339/76) que impunha severos limites às campanhas eleitorais no rádio e na televisão. Com essa Lei em vigor, a eleição de 1976 se reduziu ao silêncio:

Ela determinava que, durante as campanhas para eleições municipais, os partidos limitar-se-iam a apresentar, no rádio e na televisão, o nome do candidato, o número e o currículo, com a fotografia, no caso do vídeo, impedindo, dessa forma, que as críticas da oposição às políticas governamentais exercessem influência no eleitorado (Pereira; Marvilla, 2014, p. 86).

Outra medida adotada pelo governo para frear o avanço do MDB foi a implementação do “Pacote de Abril”, que instituiu a figura do “Senador Biônico”, senador não escolhido pelo voto popular. O governo percebeu que o MDB tinha mais força nas áreas urbanas, no Centro-sul do país, com isso o “Pacote de Abril” também aumentou a representatividade dos deputados do Norte e Nordeste do Brasil.

Um caso de destaque, que comoveu e indignou o Brasil, foi o caso Wladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, que foi intimado a depor no DOI-Codi, onde morreu no mesmo dia. A versão oficial foi que ele cometeu suicídio, o caso ganhou apoio dos jornalistas de todo o país: “A imprensa e movimentos defensores dos direitos humanos desenvolveram várias investigações paralelas, demonstrando

que, na realidade, Wadimir foi assassinado, após ser cruelmente torturado na sede do Doi-Code do Segundo Exército” (Pereira; Marvillla, 2014, p. 88).

No final do governo Geisel, foi revogado o AI-5, o congresso não poderia ser fechado e nem o direito dos cidadãos poderiam ser cassados. O sucessor de Geisel foi João Baptista Figueiredo, que assumiu o cargo em 15 de março de 1979, com o objetivo de aprofundar o processo de abertura política. Terminou, nesse ano, o bipartidarismo; o ARENA se transformou em Partido Democrático Social (PDS) e o MDB se tornou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Brasileiro (PDT): “A reformulação do sistema partidário levou quase um semestre para ser completada” (Pereira; Marvillla, 2014, p. 90).

Em 28 de Agosto de 1979, o presidente Figueiredo sancionou a Lei da Anistia, que perdoou os crimes contra a Segurança Nacional cometidos entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, garantindo retorno dos exilados ao país e restabelecendo o direito político suspenso aos servidores da administração pública. Os militares da “linha-dura” buscavam atrapalhar esse processo, eles insistiam em não sair do poder, segundo Pereira e Marvillla:

Setores militares de linha-dura e seus agentes, contrários à liberação, são responsabilizados por promoverem uma série de atividades como atentados terroristas, já registrados desde meados da década de 70. Em 1976, dez atentados a bomba chocaram o país. Uma organização clandestina direta, representativa da linha-dura, a Aliança Anticomunista do Brasil (AAB) assumiu a autoria (Pereira; Marvillla, 2014, p. 91).

Em 1983, teve início em todo o país o movimento das “Diretas Já”, com diversas passeatas e manifestações que defendiam a eleição direta para presidente, em que milhares de pessoas se mobilizaram em comícios por todo o Brasil, os partidos de oposição e entidades civis se mobilizaram em prol da eleição, a revindicação chegou ao Congresso Nacional.

Seria a primeira vez, em mais de vinte anos, que o Brasil teria uma eleição para presidente. Em 1984, no entanto, a emenda não conseguiu os votos necessários para aprovação e a eleição para presidente se tornou indireta. Parte da força de oposição reunida no PMDB decidiu participar da eleição lançando a candidatura de Tancredo Neves para presidente e José Sarney para vice, o PDS lançou como candidato Paulo

Maluf. Reunindo o colégio eleitoral, a maioria dos votos foi para Tancredo Neves e, desse modo, encerraram-se os dias da Ditadura Militar no Brasil.

Passamos, agora, a discutir o Espírito Santo no contexto da Ditadura.

### 3.2 Espírito Santo ditatorial

No dia 1º de Abril de 1964, o movimento do Golpe foi noticiado da seguinte forma pelo jornal A Gazeta:

Segundo nota oficial da Presidência da República divulgada na noite de ontem pela Agenda Nacional, parte das guarnições militares do Estado de Minas Gerais, sob o comando dos Generais Guedes e Olímpio Mourão Filho, sublevaram-se na manhã de ontem, o que provocou o imediato deslocamento das tropas do Exército para Minas Gerais [...] (Sumamente, 1964, p. 1).

O governador do Espírito Santo, Francisco Lacerda de Aguiar, fez seu primeiro pronunciamento pós-Golpe no dia 03 de abril:

[...] Nesse hora grave para os destinos da nacionalidade cumpre-me o dever se, na qualidade de vosso governador e amigo dirigir-me a todos vós[...]

[...] Após consultar todos os membros do governo e as facções político-partidárias que o compõem e pensando na tranquilidade e na garantia da coletividade espírito-santense, conclamo o povo do meu Estado a que nos mantenhamos unidos, em perfeita paz e harmonia e no mais cordial e franco respeito que sempre existiu na família capixaba[...]

[...]O governo está no firme propósito de assegurar todas as garantias para o estabelecimento das normas constitucionais e preservar, a qualquer custo, a segurança das instituições democráticas, para o que conta com a colaboração das forças militares aqui sediadas, na forma de entendimento mantido [...]

[...] Dentro desse propósito, o governo sempre se manteve e se manterá, confiando para tanto na solidariedade do povo capixaba, na proteção de Deus e da Virgem da Penha[...] (Espírito Santo,1964).

A imprensa capixaba não conferia muita atenção à política nacional, os jornais capixabas eram os veículos oficiais dos principais grupos políticos locais da época e mostravam que o Espírito Santo não se preocupava com o golpe, visto que existia um discurso construído pela imprensa e políticos para ocultar o que acontecia na esfera federal. No Espírito Santo, além de A Tribuna, jornais como A Gazeta, propriedade de Carlos Lindenberg, veículo de comunicação oficial do PSD (Partido Social Democrático), e o Diário 108, pertencente ao então governador Lacerda de Aguiar e

veículo à disposição da Coligação Democrática, estavam muito distantes do tom histórico e apoteótico impresso no noticiário dos principais jornais cariocas, paulistas e mineiros (Caetano, 2002, p.35).

Já no dia 3 de abril, o mesmo jornal, A Gazeta, revela o aparente clima de tranquilidade que assola o estado, legitimando o Golpe:

O que foram os acontecimentos que levaram o Sr. João Goulart a se exilar no Uruguai, todo povo os conhece e deles, se temos a lastimar se tivesse sido necessário o uso da força em lugar do remédio legal do "impeachment" do ex-presidente da República, temos que nos regozijar por dois aspectos. O primeiro, verdadeiramente milagroso, de ter tudo ocorrido sem choque armado. Evitaram-se as lutas fratricidas[...]. O segundo grande aspecto positivo, diz respeito à desambição das Forças Armadas que, dominando inteiramente a situação no país mantendo em suas mãos todo o poder, apressaram-se a entregar ao Congresso Nacional, numa demonstração não apenas de patriotismo e desambição, mas acima de tudo, do desejo de que estão possuídos os militares de que o país reencontre a trilha democrática [...] (Nova, 1964, p. 1).

A partir do momento que o Golpe foi instaurado no Brasil, ele não encontrou nenhuma resistência no Espírito Santo, as lideranças políticas aderiram ao movimento, em muitos casos, por medo de cassações:

Os dois principais blocos políticos - PSD, de um lado e, Coligação Democrática, de outro, se posicionaram, em sua maioria a favoravelmente.[...] A única voz que se manifestou contrária ao Golpe no calor do acontecimento foi o deputado Mário Gurgel do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) (Pereira; Marvilla, 2014, p. 101).

No primeiro momento pós-Golpe, já começaram a ocorrer prisões e perseguições, e depois da instauração do AI-1, que suspendeu garantias constitucionais e que suspendia direitos políticos de adversários do novo regime, foram cassados muitos mandatos e retirados direitos de muitos cidadãos em todo território nacional.

A primeira eleição direta foi em 1982, tendo como candidato vitorioso Gerson Camata, pelo PMDB. A repressão, tortura e mortes esteve presente em todo esse período, o governo buscava sua manutenção de poder através desses atos, sendo os estudantes, políticos, religiosos, professores, entre outros as principais vítimas dessas atrocidades.

No Espírito Santo, um dos principais centros de tortura foi o 38.º Batalhão de Infantaria (BI), à época denominado 3.º Batalhão de Caçadores (BC). Nesse local,

os militares conseguiam vigiar, controlar e punir os presos. (Comissão Estadual da Memória e Verdade-ES, 2021, p.21)

Relatos de ex-presos políticos revelam como ocorriam essas práticas. Os presos mais perigosos eram torturados e espancados no 38.º Batalhão de Infantaria (BI). Quando cidadãos eram presos para averiguações temporárias, eram levados para os porões da Capitania dos Portos, da FAFI ou Quartel dos Bombeiros no Parque Moscoso.

No Centro da cidade de Vitória, funcionava o Quartel General da Rede de Informações, do Serviço Nacional de Informações. Além de contar com instalações para efetuarem os serviços de vigília, prisões, averiguações e tortura, o aparato repressor dispunha de um grande contingente de agentes que municiavam o Serviço Central de Inteligência. Esses agentes poderiam ser policiais ou mesmo civis a serviço do Regime e estavam espalhados por todos os cantos: nas escolas, na Universidade, nos sindicatos, nas Igrejas, nos meios de comunicação. Estes acompanhavam de perto manifestações, reuniões promovidas pelos opositores à Ditadura. Muitas vezes, a oposição não sabia da presença desses infiltrados (Comissão Estadual da Memória e Verdade-ES, 2021, p. 37).

Um dos relatos da Comissão Estadual da Memória e Verdade era do preso político Antônio Caldas Brito, que foi torturado no 38.º BI e depois enviado para ser torturado em São Paulo:

Foi a terceira vez que fui preso, tenho documentos interessantes para deixar com vocês. Eu fui preso no meu escritório por agentes do exército com acusação que eu pertencia à Ala Vermelha. Não só eu, mas vários companheiros foram presos, quer dizer, pela mesma acusação, entre eles Fernando Stefano, que é engenheiro hoje da Secretaria de Transportes, João Amorim Coutinho, a mulher dele, a Laurinha, Jair Storck. O Jair por causa dessa prisão teve uma sequela que nunca mais voltou ao normal e faleceu coitado! Aristides da Silva era um operário, entre outros. Essa prisão foi muito mais séria. Nessa prisão nós fomos torturados durante mais ou menos uma semana com choques elétricos nos pés, nas mãos, nas orelhas, agressões físicas, ameaças de morte que iria inclusive nos jogar do avião. Ficamos ali uma semana ou mais de uma semana, dali fomos levados direto para a OBAN - Operação Bandeirante, em São Paulo. A Operação Bandeirante era uma organização clandestina só de tortura não é, e morte. Ali que houve a morte do Wladimir Herzog na OBAN. Da OBAN nós fomos transferidos para o DOI-CODI quando foi iniciado o processo. Na Operação Bandeirante você não tinha registro nenhum de prisão. O período que fiquei na Operação Bandeirante não existe nenhum registro, o pessoal que procurava por eu, o Amorim, todos que estavam lá, ninguém sabia onde nós estávamos. A partir daí eu respondi a processos, esse aqui eu fui preso aqui em abril de 71 e ficamos até junho entre a OBAN e DOI-CODI, e aí fiquei respondendo processo durante esse período [...] (Comissão Estadual da Memória e Verdade-ES, Relato de Brito Antônio, 2021, p. 16).

Os militares não executavam só tortura física nos presos, eles também faziam tortura psicológica que envolvia parentes dos presos, como relata um torturado desse período que ficou preso por meses no 38.º BI:

Diziam que a minha filha estava presa numa sala escura com uma cobra, queriam que eu assinasse lá o, a essa altura já era pra assinar um depoimento, e não me perguntaram mais nada, queriam que eu assinasse o depoimento só, porque eles queriam regularizar a nossa situação né, faziam a gente virar preso e etc, abrir IPM, aquelas coisas, deixar de ser um sequestrado, e aí o, eles levaram a minha filha lá no quartel, nesse período que eu tava ainda nessa sala que eu falei que tinha um quadro lá com as coisas, aí eles abriram a porta, e a porta dá pro pátio, assim, falou: Jorge vem cá, aí eu já tava sem algemas, sem nada, levantei e fui, quando eu vi, era minha filha lá, aí ela veio correndo, foi aí que eu percebi que eu tava com o peito quebrado, porque ela veio correndo, ela já andava tinha um ano e meio, veio correndo e pulou no meu colo, na hora que eu peguei ela no colo, foi como se alguém te arrancasse assim pelo meio, doeu tudo, e aí eu segurei, aí eu vi que a minha filha tava lá, não tava na sala com a cobra, quem tava na sala com a cobra era a Mirinha né, depois ela contou isso, sala escura com a cobra, mas eles falavam pra mim que a minha filha que tava, aí eu assinei, assinei lá o documento (Comissão Estadual da Memória e Verdade-ES, Relato de Jorge Soares, 2021, p. 30).

Algumas prisões ocorriam só para averiguações, ou com o intuito de intimidação, entretanto, a maioria durava dias ou meses e acarretava processos junto à Justiça Militar. A perseguição não ocorria só com os suspeitos de atos infracionários, muitas vezes os familiares do suspeito também eram vigiados

Com relação à sociedade civil, pode-se salientar a participação de membros do judiciário e do Ministério Público, podendo-se trazer como destaque o caso do promotor de justiça Eduardo Durão Cunha, que comandava comissões de inquéritos com o intuito de penalizar quem era contrário ao regime militar.

A igreja católica também consentia com o regime militar, boa parte das igrejas compactuava com o Golpe e outra era contrária:

A ala ligada ao bispo Dom João Baptista Motta e Albuquerque da qual Dom Aldo fazia parte, por lutar em favor dos oprimidos, era vista como perigosa, pois era vista como adepta do comunismo, e por isso vigiada. Volta e meia eram chamados para prestar esclarecimentos junto à Polícia Federal (Comissão Estadual da Memória e Verdade-ES, 2021, p. 32).

O problema de ocupação de terras era um problema no norte do estado, alguns religiosos tentavam acalmar os conflitos e defendiam os camponeses, fazendo assim com que fossem considerados comunistas. Muitos desses padres que

apoiavam os camponeses eram vigiados e convocados a prestar depoimento. Muitos fazendeiros faziam rebeliões contra os mesmos, chegando até a usar a força bruta:

A posição em defesa da população mais pobre levava esses religiosos a serem repreendidos não somente pela Polícia Federal como também pela Nunciatura. Vejamos o que nos narra Dom Aldo. Segundo esse religioso, algumas vezes foi chamado “[...] a ter com os militares em Vitória, eles chegaram a me aconselhar para eu só pregar o evangelho [...] eu tive que absorver um sermão de um delegado federal da polícia, tive que ouvir um longo sermão para que eu me corrigisse” (Comissão Estadual da Memória e Verdade-ES, 2021, p. 37).

A vigilância era constante entre os que eram considerados subversivos e contra o governo, pode-se verificar isso na entrevista que o bispo do Espírito Santo, D. João Baptista da Mota e Albuquerque, concede à revista Capixaba, onde se posiciona contra o regime ditatorial, essa entrevista faz com que o bispo seja vigiado:

Tal ação fez com que o Secretário de Segurança Pública, em correspondência datada de 20 de maio de 1969, enviada ao Diretor da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, pedisse orientação como proceder, caso o bispo em questão se pronunciasse novamente agredindo a “Revolução”. O documento em questão é bem elucidativo ao evidenciar que parte da Igreja se posicionava contra o governo militar; e, por essa razão eram, vigiados e suas ações controladas (Comissão Estadual da Memória e Verdade-ES, 2021, p. 52).

Outro ato de vigilância imposto nessa época são os dossiês, nos quais se anexavam falas, participações em reuniões, pronunciamentos de pessoas que eram contrárias ao Golpe. Dentre os dossiês encontrados, havia o do bispo D. João Baptista Motta e Albuquerque.

### **3.3 A educação na Ditadura Civil-Militar no Brasil**

O Brasil, a partir de 64, viveu um regime de exceção, marcado pelo autoritarismo, quando o Estado implantou reformas antidemocráticas, visando legitimar os interesses políticos, econômicos e ideológicos dos grupos que apoiavam o Golpe de 1964. Esse consórcio civil-militar tinha um projeto de desenvolvimento capitalista para o país que perpassava pelas mudanças na área da educação.

Foram 21 anos de repressão em diversos setores da sociedade, um importante ponto de destaque no Golpe, foi o apoio dos Estados Unidos, que munidos do discurso de combate ao comunismo, influenciaram a burguesia brasileira contra o governo

João Goulart, considerado aliado dos comunistas, criando assim um clima de caos e paranoia no país.

dentro da logística do Golpe, os estadunidense em conjunto com os brasileiros anti-Goulart se utilizaram de táticas de instrumentalização ideológica que compreendeu atividades de doutrinação geral anticomunista por meio da guerra psicológica midiática; infiltração de ideólogos profissionais para atuar no convencimento de empresários, militares, estudantes, jornalistas, professores, políticos e utilização da cultura como propaganda dos ideais antipopulares (cooptação de artistas). Já a prática de doutrinação específica anticomunista compreendeu infiltrações em instituições religiosas, clubes sociais, sindicatos, movimentos sociais, organizações patronais, escolas, colégios e universidades (Molina, 2016, p. 135).

Setores da educação também estiveram envolvidos nas discussões que antecederam o Golpe de 64, visto que, logo que o novo governo assumiu, as ideias estabelecidas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES<sup>1</sup>) ganharam mais força.

Conforme vemos, na citação abaixo, o governo golpista necessitava implementar um novo modelo educacional que fosse adaptado ao modelo econômico que se pretendia implantar na época:

O sistema educacional brasileiro desse período viveu dois momentos importantes: o primeiro, com a implantação do regime militar e a definição de uma política de recuperação econômica, fato que implicou a repressão e a aceleração do ritmo do crescimento de demanda social de educação, provocando o agravamento do sistema educacional[...]o segundo, com a reformulação do sistema educacional, que foi adaptado ao modelo de desenvolvimento econômico. A educação adotou, então, termos como tecnicismo (Cabral, 2006, p. 21).

Após o Golpe de 1964, quem formulava as diretrizes políticas e educacionais do país eram os intelectuais que integravam o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), criado pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), com essa tríade fica claro a relação que existia entre educação e indústria:

E aqui entendemos o porquê da aderência que é dada ao modelo vinculado às indústrias –, passaram a formular diretrizes políticas e educacionais para o País. Por isso, realizaram parcerias, como a do IPES e tantas outras, que tinham como tônica dominante a dependência entre educação e mercado de trabalho, racionalização do sistema educacional, ensino pago, profissionalização do ensino médio e reciclagem para atender à flexibilização da mão- de-obra (Romanelli, 1989, p. 235).

Nesse pensamento de governo, o sujeito só necessitava aprender a ler e a escrever, não existia a preocupação com sua formação integral. A educação proposta por esse governo era voltada para o mercado de trabalho e formação de mão-de-obra da indústria, o que era o interesse do capital. Formar um sujeito disciplinado e competente.

Portanto, a educação teve um papel primordial na formação do sujeito obediente na Ditadura, tornando-se, assim, um fator de interesse para as classes dominantes, que visam a reprodução de suas ideologias dominantes. Assim, de acordo com Althusser, a educação pode ser compreendida como um dos principais Aparelhos Ideológicos do Estado<sup>71</sup>.

Nesse período, o sistema educacional teve que se adequar à aceleração econômica do país, houveram parcerias firmadas com o governo dos Estados Unidos por meio dos acordos MEC-USAID. Segundo Noronha:

A educação adotou, então, termos como tecnicismo, e deu prioridade ao desenvolvimento dos meios adequados para atingir os fins e a uma educação compensatória, como uma alternativa política para resolver a defasagem cultural em que o Brasil se encontrava (Noronha, 1994, p. 234).

A política educacional que se desenvolveu sob o regime militar organizou-se em torno dos seguintes eixos:

- 1) Controle político e ideológico da educação escolar, em todos os níveis [...].
- 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a 'teoria do capital humano', entre educação e produção capitalista e que aparece de forma mais evidente na reforma de ensino do 2º grau, através da pretensa profissionalização.
- 3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital.
- 4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformado em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado [...]. (Germano, 1990, p. 105-106).

---

<sup>71</sup> "Designamos por Aparelhos Ideológicos do Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador de imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. [...] Podemos desde já considerar como Aparelhos Ideológicos de Estado as seguintes instituições: AIE religioso (o sistema das diferentes Igrejas); o AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares). o AIE familiar; o AIEj jurídico; o AIE político (o sistema que fazem parte os diferentes partido); o AIE sindical; o AIE da informação (imprensa, rádio, televisão, etc.); o AIE Cultural (Letras, Belas Artes, desportos, etc.)" (Althusser, 1980, p. 43).

A Ditadura projetou os interesses econômicos e educacionais mediante a concepção da teoria do Capital Humano, teoria essa criada por Theodore Schultz que compreende que a educação funciona seguindo os passos e os valores do “status quo”, ou seja, dos interesses da burguesia, que se modernizava cientificamente visando fomentar o capitalismo, logo, a educação escolar deveria operar como promotora dos interesses da classe dominante.

Os estudos sobre Capital Humano surgiram por meio de Theodore W. Schultz, que publicou um artigo na revista *American Economic Review*, em 1961, onde destacava a relação das empresas e os investimentos feitos em seus profissionais, afirmando que o Capital Humano pode ser melhorado quando se investe em valorização o profissional.

Melhor explicando, de acordo com essa teoria, é a educação que torna o indivíduo mais produtivo e é produtividade que vai influenciar no processo de progresso econômico do país:

A qualificação e o aperfeiçoamento da população, advindos do investimento em educação, elevariam a produtividade dos trabalhadores e os lucros dos capitalistas, impactando na economia como um todo. Diante disso, a inclusão do capital humano nos modelos de crescimento econômico é uma questão chave para se compreender a dinâmica da economia no longo prazo, uma vez que, até então, esse fenômeno era explicado somente pelo capital natural e capital construído existente entre regiões e países (Schultz, 1964, p. 42 *apud* Viana; Lima, 2010, p. 3).

Por isso, no período ditatorial, o ideal de progresso capitalista da nação era latente e a questão social marginalizada. O Estado controlava o sistema de educação nacional pensando em uma educação voltada para a racionalidade, priorizando uma formação voltada para os métodos e as técnicas, categorizando os sujeitos em números em decorrência de suas aptidões.

A estratégia privatista da Ditadura deixou os serviços públicos (saúde, educação básica, assistência social, etc.) em segundo plano, fazendo com que os mesmos se deteriorassem. Com a Ditadura e os movimentos sociais e sindicais neutralizados, o capital encontrou espaço propício para se revigorar na crise econômica dos anos de 1970, quando endividou o Estado, teve acesso aos recursos públicos, congelou salários e hoje “assumiu a versão que tem sido denominada de neoliberal” (Cabral, 2006, p. 26).

O modelo educacional vigente no país não estava em concordância com a elite que assumiu o poder com o Golpe, o avanço do debate educacional e da inserção das políticas educacionais dos projetos progressistas liberais do período democrático de 46 a 64 foram interrompidos, essa elite era representada não só pelos militares, mas pelos civis que estavam presentes no governo.

As reformas adotadas pelos militares tinham o intuito de melhorar as economias nacionais, construindo uma escola estruturada no modelo empresarial, adequando assim a educação vigente aos moldes exigidos pela sociedade industrial e tecnológica: a escola como uma linha de produção que vai produzir trabalho e gerar lucro para o capital durante seu processo produtivo. Como descreve Santos :

Nessa perspectiva, as reformas estão buscando obter um melhor desempenho escolar, no que tange à aquisição de competências e habilidades relacionadas ao trabalho, a controles mais diretos sobre os conteúdos curriculares e sua avaliação, implicando também a adoção de teorias e técnicas gerenciais próprias do campo da administração de empresas (Santos, 2013, p. 23).

Pesquisas revelam que, a partir de 64, o MEC assinou vários acordos com a USAID que estabeleceram o modelo educacional que o regime implantou. Como elemento de transformação econômica e social do país, no Pós-64, o ensino passou a ser pensado outra vez de cima para baixo, na direção tecnicista dada pelos interesses presentes nos acordos MEC-USAID (HILSDORF, 2003). O modelo que seria adotado na época era um modelo “padrão” adotado pelos Estados Unidos, propondo uma visão produtivista e metodológica da educação.

Esse movimento ideológico foi pautado pela intelectualidade da elite brasileira. A partir de 1964, o IPES começou a vincular-se com os empresários e intelectuais que eram aliados ao atual governo, realizava conferências e debates tentando pautar o debate educacional brasileiro, de acordo como os princípios capitalistas, baseando-se na teoria do Capital Humano:

Os intelectuais brasileiros que apoiavam o regime, como os integrantes dos IPES, do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), criado pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) – e aqui entendemos o porquê da aderência que é dada ao modelo vinculado às indústrias –, passaram a formular diretrizes políticas e educacionais para o País. Por isso, realizaram parcerias, como a do IPES e tantas outras, que tinham como tônica dominante a dependência entre educação e mercado de trabalho, racionalização do sistema educacional, ensino pago,

profissionalização do ensino médio e reciclagem para atender à flexibilização da mão- de-obra (Romanelli, 1989, p. 235).

Houve, nesse período, uma acumulação de capital baseada na desigualdade social firmada por uma política social excludente das classes populares, fato que era assegurado pela violenta repressão política, o “[...] Estado Militar foi o responsável por uma grande melhoria dos índices de crescimento econômico do país, no entanto, observou-se uma das maiores taxas de concentração de renda até então existente no Brasil” (Paulino; Pereira; 2006, p. 194).

Os militares buscavam um consenso popular por meio da força do Estado em nome de uma nova ordem autoinstitucionalizada, que centralizava o poder em consonância à ideologia da classe dominante.

Os projetos educacionais relacionados a esse interstício temporal demonstravam como as elites dominantes tinham poder no governo militar, estes mesmos projetos visavam neutralizar e excluir as classes populares, com a intencionalidade de deteriorar qualquer forma de oposição vigente.

Quando se pensa nas políticas públicas em um âmbito geral, fica mais fácil enxergar as estruturas de poder e dominação presentes nas mesmas, os conflitos que se entranham por todo o tecido social, tendo o Estado como o processo final dessa transformação. “O Estado é o centro do poder político das classes dominantes na medida em que é fator de organização da sua luta política” (Poulantzas, 1977, p. 185). Quando o Estado coloca como prioridade a potencialização das habilidades do indivíduo e suas competências, ele está somente pensando no mercado e na distribuição de renda, potencializando assim a luta de classes, buscando uma dominação hegemônica.

No contexto das reformas educacionais vigentes na época, temos como destaque as reformas do ensino primário e secundário: lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, e a lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, lei da Reforma Universitária, que é importante marco para este trabalho, visto que, é a partir dela que começam as mudanças nas universidades. Essas reformas traziam um discurso de exaltação e valorização da educação como via para se atingir o desenvolvimento de uma nação rica e forte.

## **4 UFES EM BUSCA DE SUAS MEMÓRIAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL**

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) foi um grande centro de resistência, do período ditatorial, tendo como destaque o diretório de medicina, que possuía um jornal com informações sobre a repressão.

As principais correntes políticas que atuaram no movimento estudantil do Espírito Santo, na década de 1960, foram, inicialmente, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a Ação Popular (AP). Posteriormente, a partir de 1967, com as cisões que atingiram os dois primeiros partidos, em função principalmente da questão da luta armada, a maior parte dos seus militantes passaram a integrar, respectivamente, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e a Ala Vermelha do PC do B.

A Ditadura se fez presente no Espírito Santo, representada pelas pessoas mortas, desaparecidas, que passaram por humilhações, é necessário guardar na memória esses fatos. Esse período obscuro, envelheceu a nação e feriu o caráter brasileiro. Alienou as novas gerações, tornando-as incapazes de entender a sociedade em que vivem (Chiavenato, 1998, p. 5).

Começaremos, agora, a analisar trabalhos que nos ajudam a entender os movimentos de resistência que ocorriam dentro dos muros da universidade, entretanto, faz-se necessária uma pequena contextualização de um documento primordial, que fez parte do processo de mudança das universidades, a lei n.º 5.540, que instaurou a Reforma Universitária.

### **4.1 A lei n.º 5540/1968**

Após o golpe de 64, originou-se uma perseguição aos opositores do regime instaurado, começaram os inquéritos e prisões. Os militares passaram a ter outro olhar para as instituições universitárias, eles entendiam que era ali se encontravam as ideias de esquerda. Segundo Motta:

Desde o fim dos anos 1950 as universidades haviam se tornado lugares propícios à propagação dos valores de esquerda, sob o influxo de eventos mundiais – a Revolução Cubana, as guerras de libertação na Ásia e na África

– e de transformações no quadro nacional – crescimento urbano e industrialização, expansão e organização dos movimentos sociais, como sindicatos, entidades de camponeses e de favelados. As instituições universitárias sofreram mudanças nesse período, passando de acanhadas formadoras de bacharéis a instituições que cresciam e demandavam reformas (Motta, 2014, p. 23).

Para os militares, os estudantes representavam um grupo influente, visto que os mesmos participavam de ações relacionadas às organizações sociais. Os militares acreditavam que controlando o movimento estudantil, em especial a UNE (União Nacional dos Estudantes), estariam desmontando as agremiações estudantis, e assim as ideias revolucionárias dos mesmos.

Ao assumir o poder, Castello Branco entregou a pasta do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para Flávio Suplicy de Lacerda, reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), visando a inserção de medidas que legitimavam a educação, a Lei Suplicy, nº4.464, de 09 de novembro de 1964, revogava o Decreto-Lei 4105/42, trazia um controle das entidades estudantis para o MEC, como pode-se perceber em seu artigo 2.º, que diz:

que são órgãos de representação dos estudantes de ensino superior: a) o Diretório Acadêmico (DA), em cada estabelecimento de ensino superior; b) o Diretório Central de Estudantes (DCE), em cada Universidade; c) o Diretório Estadual de Estudantes (DEE), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior; d) o Diretório Nacional de Estudantes (DNE), com sede na Capital Federal. No artigo 5º torna o exercício do voto para obrigatório para os Diretórios Acadêmicos, ficando privado de prestar exame parcial ou final, imediatamente subsequente à eleição, o aluno que não comprovar haver votado no referido pleito, salvo por motivo de doença ou de força maior, devidamente comprovado (Brasil, 1964, Art..2).

O MEC foi responsável pela instauração de inquéritos nas universidades brasileiras, foram criadas comissões que comandavam os IPMs (Inquéritos Policial-Militares), que visavam reprimir atuações subversivas nas universidades. As universidades se viram atacadas por esse governo logo nos primeiros dias. Reitores que não corroboravam com o Golpe foram exonerados, universidades foram invadidas pelo exército e pela polícia militar, como foi o caso da Universidade de Brasília (UNB). Motta nos mostra o desfecho do episódio ocorrido:

A jovem UNB era considerada perigoso foco subversivo desde sua formação, e esse “pecado” de origem não seria perdoado. Quatro dias após a invasão militar do campus, o governo baixou decreto oficializando a destituição do reitor Anísio Teixeira, e de seu vice Almir de Castro, assim como de todo o

Conselho Diretor. O escolhido para assumir a reitoria foi o professor Zeferino Vaz, que assumiu em situação delicada, com alguns professores e estudantes ainda presos, e sob pressão dos militares para demitir os “subversivos” (Motta, 2014, p. 39).

A Lei n.º 5.540/1968, de 28 de novembro de 1968, entrou em vigor no governo de Costa e Silva, sob a gestão de Tarso Dutra no Ministério da Educação e Cultura, e estabeleceu normas de organização e funcionamento do ensino superior:

Todo o processo que levou à aprovação da lei n.º 5.540/1968 começou com o decreto n.º 62.937, que instaurava um Grupo de Trabalho (GT) da Reforma Universitária. O MEC formou um grupo de onze membros (professores, estudantes e empresários, entretanto, os estudantes não participavam), definidos pelo Presidente da República, visando analisar projetos de reforma das universidades brasileiras:

Em 2 de julho foi constituído um grupo de trabalho que, no curtíssimo prazo de um mês, apresentou anteprojetos de lei, sendo um de reforma universitária e de decretos regulando aspectos de interesse dessa questão, acompanhados por um relatório onde se apresentaram as justificativas das medidas sugeridas.[...]tendo como objetivo de estudar a reforma da universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos (Lira, 2010, p. 251).

O GT defendia uma política de pós-graduação em que as universidades seriam somente executores das políticas do governo federal, limitando assim a autonomia da universidade e a sua distribuição de recursos financeiros, submetendo as universidades a um rigoroso controle do governo. O GT também tinha como objetivo a proposta de oferecer cursos de baixa duração, visando a diminuição de custos.

A partir das Reformas Universitárias, o governo tentava instituir uma modernização do Ensino Superior no Brasil. Segundo Lira (2010), com o discurso de combate ao desperdício e defesa da racionalização, visando o aumento da produtividade acadêmica. Os militares tentaram modificar a universidade e adaptá-la ao modelo americano, buscando coibir a formação de uma escola crítica e democrática.

Ficou estabelecido que as instituições de ensino superior iriam ofertar à graduação, pós-graduação, especialização e extensão, extinguindo-se a cátedra<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Docente responsável por uma cadeira, que seria um sinônimo para disciplina escolar. Nesse período esse professor era denominado como “lente catedrático” e “lecionava a matéria da sua cadeiradurante uma vida útil de 25 anos de serviço ativo, após o que era jubilado” (Cunha, 2014, p. 108, grifo do autor).

para aos professores, instituindo assim o regime de tempo integral e dedicação exclusiva, fortalecendo assim a departamentalização. Ficou instituído, também, a periodicidade semestral dos cursos. Entidades privadas passaram a ser assistidas pelo poder público. Segundo Motta:

As reformas afinal implantadas pelo regime militar não corresponderam plenamente aos sonhos de nenhum dos grupos envolvidos. Elas não atenderam às demandas sociais e políticas da esquerda, obviamente, nem conseguiram criar a sonhada integração e universalização do saber. De modo significativo, alguns docentes de início simpáticos às reformas depois se desencantaram com os resultados, decepcionaram-se. As mudanças tampouco satisfizeram os defensores do modelo americano, pois geraram uma “americanização” parcial, visível na estrutura de departamentos e no sistema de disciplinas por créditos, enquanto se mantinham tradições distantes desse padrão, como a gratuidade e a ligação política estreita com o Estado. A implantação das reformas foi conturbada e caótica, com crescimento em ritmo frenético nos primeiros anos da década de 1970, depois sustado abruptamente pela crise econômica do fim desse período. Ainda assim, as reformas atenderam a algumas demandas dos meios acadêmicos, e por isso mesmo atraíram a cooperação de muitas lideranças, inclusive de algumas que não concordavam com a dimensão autoritária do processo (Motta, 2014, p. 351).

Alguns historiadores defendem que o real intuito dos americanos na implementação dessas reformas era de ter o Brasil ao lado de seu ideal capitalista, as reformas estavam sendo importadas usando o modelo norte-americano e a imposição desse modelo se deu pela parceria que os militares estabeleceram com governo dos Estados Unidos, conhecido como MEC-USAID, como destaca Motta:

O objetivo era injetar recursos financeiros e técnicos na América Latina a fim de estimular o desenvolvimento e esvaziar o apelo revolucionário, de acordo com o figurino das teorias da modernização. Naturalmente, nesse planejamento, a educação ocupou lugar destacado, já que nas escolas se formavam a mão de obra qualificada e os líderes necessários ao processo de desenvolvimento. Além disso, e talvez mais importante, as instituições educacionais eram locais influentes na moldagem dos valores das pessoas, aí incluídos os valores políticos. Por essa razão, escolas e faculdades tornaram-se espaços estratégicos nos embates ideológicos, trincheiras a serem disputadas ao inimigo (Motta, 2014, p. 112).

Houve muitas críticas a esse convênio, podendo se destacar a crítica sobre os recursos, que eram destinados a apenas algumas instituições. Após muitas críticas, esse convênio foi rompido em 1969, ficando, a partir dessa data, mantido um acordo de cooperação. Mesmo sem o apoio norte-americano, os militares levaram a reforma adiante.

Os militares tinham como objetivo cercear o pensamento político crítico na academia, pensando somente na formação de indivíduos para o mercado de trabalho e para a produção, favorecendo a ideologia da classe dominante, visando manter a ordem e o progresso em busca de uma nação moderna.

O sistema de cátedra vitalícia foi extinto, houve um movimento de departamentalização das universidades, com isso houve uma democratização do acesso do professor à carreira docente ao ensino superior. A extinção da cátedra vitalícia abriu caminho para a plena institucionalização do regime departamental, substituiu o regime seriado dos cursos superiores. O relatório avaliou este regime seriado como obsoleto. Segundo Lira (2010):

A Lei estabeleceu uma reforma no ensino superior brasileiro que extinguiu a cátedra, introduziu o regime de tempo integral e dedicação exclusiva aos professores, criou a estrutura departamental, dividiu o curso de graduação em duas partes, ciclo básico e ciclo profissional, criou o sistema de créditos por disciplinas, instituiu a periodicidade semestral e o vestibular eliminatório. [...] O Golpe de 1964 foi um ataque ao projeto da universidade, promoveu o corte de pessoal na direção e nos corpos discente e docente, alterando o plano original. A Ditadura impôs a tradição de padronização como norte das experiências de reforma da universidade, de acordo com o espírito burocrático que prevaleceu nos conselhos de educação, generalizando soluções previamente definidas (Lira, 2010, p. 262).

O tecnicismo foi a concepção a ser adotada em todas as universidades, um ensino fabril, burocrático e operacional, norteado pelos interesses econômicos. “O tecnicismo foi a concepção que norteou a reforma. A tendência tecnocrática foi tão avassaladora que chegou a expulsar da economia a própria economia, buscando preencher o vazio com uma nova ciência – a ‘ciência dos meios’” (Lira, 2010, p. 264).

Ficou instituído a criação de cursos de curta duração, que tinham como função a formação mais rápida para o mercado de trabalho e, com isso, abriram as portas para a expansão do ensino das faculdades privadas, que podiam proporcionar cursos com baixos custos de funcionamento e montagem, como em: administração, psicologia, sociologia, comunicação, pedagogia, filosofia, letras, etc.

Os cursos oferecidos nessas áreas podem tranquilamente funcionar à noite, porque exigem poucas instalações e tem à disposição recursos humanos de fácil recrutamento. Isso não vale para áreas como engenharia, veterinária, agronomia, etc., que exigem equipamentos dispendiosos e pessoal especialmente treinado (Cunha, 2014, p. 245).

Uma das pautas relacionadas à educação, especificamente dos movimentos estudantis, era a questão dos excedentes, ou seja, o acesso ao ensino superior feito por meio de exames que determinava o número mínimo de nota para o respectivo ingresso, entretanto, o ensino não era para todos, em virtude do número limitado de vagas. O movimento estudantil lutava pelo aumento do número de vagas no ensino superior. E os militares queriam engessar essa procura:

Entretanto, a reforma universitária não conseguiu, alcançar o duplo objetivo de frear a corrida à universidade e de ampliar de tal forma o número de vagas que correspondesse aproximadamente à procura. O resultado imediato da reforma foi a expansão de matrícula no ensino superior, de 278.295 estudantes em 68 para 836.469 em 1973, isto é, uma aumento de cerca de 300%. Mas este crescimento foi desigual, pois houve uma expansão do ensino particular de cerca de 410% contra 210% do ensino oficial. Em 1968 no ensino público haviam 153.199 matriculados contra 124.496 na rede privada. Em 1973 na rede oficial estudavam 327.352, pouco mais de 1/3 da matrícula geral de 636.469. Mais de meio milhão de estabelecimentos de ensino particulares, 96% estabelecimentos de ensino isolados recém criados (Lira, 2010, p. 76).

O decreto lei n.º 477, promulgado no dia 26 de fevereiro de 1969 e assinado pelo então presidente Artur da Costa e Silva, dava autonomia para as autoridades educacionais caçarem ou expulsarem, das instituições públicas e privadas, os estudantes e professores que eram críticos à Ditadura. A partir do AI-5, essa repressão se intensifica ainda mais. Segundo Mechi (2015), o AI-5 foi um importante instrumento jurídico para o controle ideológico da educação brasileira, que definia infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares.

Em grande oposição à repressão, destacamos o movimento estudantil, que grande sujeito social na luta contra a regime vigente. Tinha como pauta geral a luta pela democracia, contra a Ditadura e contra o imperialismo norte-americano, muito presente na sociedade da época. As reivindicações desse movimento em relação à educação eram voltadas à redemocratização da universidade pública.

Os estudantes eram bases de resistência muito fortes, eles se organizavam em movimentos estudantis, lutavam contra as reformas que instauravam o controle político sobre as universidades, entre elas a nomeação de professores e reitores, gerando insatisfação nos estudantes.

É importante destacar que a UFES foi um campo de experiência no período ditatorial, ela foi a única Universidade que teve os representantes do MEC e do EUA, muitos relatórios foram com base nos experimentos feitos na UFES.

#### **4.2 UFES e os movimentos estudantis capixabas**

Prestes a completar 70 anos, a Ufes vivenciou anos de repressão política contra a comunidade universitária, com impacto na formação dos alunos.

Os estudantes tiveram papel marcante nas lutas políticas e sociais do país e durante a Ditadura não foi diferente. A UNE tinha uma participação ativa e de destaque, sendo um dos símbolos da repressão e da luta dos estudantes, era a entidade unificadora do país em defesa da democracia. No Espírito Santo, os estudantes também se manifestaram contra o regime, como destaca o trabalho que abordamos abaixo.

O trabalho de Marcello França Furtado (2017), apresentado na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), intitulado, "Nas ruas, nas praças: as imagens dos movimentos estudantis capixabas na Ditadura capixaba", busca apresentar reflexões acerca da abrangência do papel do Estado e da Sociedade acerca do uso e controle de informações produzidas e acumuladas institucionalmente. De cunho documental, esse trabalho utiliza como fonte as fotografias produzidas e coletadas apenas pela DOPS/ES com o recorte do período da Ditadura Militar (1964-1985). O autor realizou um levantamento documental e a identificação das fotografias pertencentes ao acervo e busca estabelecer a interdisciplinaridade da história com outras áreas do saber.

Nesse trabalho, Furtado (2017) analisou fotografias que retratavam o movimento estudantil na época da Ditadura, ressaltando que é sobre o movimento estudantil o maior índice de dossiês do DOPS/ES, ficando evidente, assim, o protagonismo estudantil em atividades políticas do período de 1964-1985.

O autor aponta, em seu trabalho, que não foram encontradas informações que possibilitassem identificar os agentes que atuavam como fotógrafos, se os mesmos eram profissionais ou se eram policiais comuns. Seu trabalho não tem o intuito de abordar toda a história do movimento estudantil capixaba na Ditadura Militar, mas visa destacar pontos e eventos em que o DOPS/ES direcionou seu olhar através das fotografias. Segundo Furtado (2017):

Acredita-se que o movimento estudantil tenha sido o maior alvo de investigações por parte do Regime Militar no Espírito Santo. Somando a documentação textual e imagética formamos uma grande coleção hoje dividida em dois Fundos, o da DOPS/ES no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e da AESI/UFES no Arquivo Geral da Universidade Federal do Espírito Santo. Sobre as fotos acerca do movimento estudantil a pesquisa se concentra apenas no acervo do APEES, o Fundo da UFES também possui fotografias, mas esses registros apenas ilustram as visitas de autoridades e outros eventos oficiais da Reitoria da Universidade (Furtado 2017, p. 57).

Segundo Furtado, logo após o Golpe de 64, várias instituições estudantis se reorganizaram. Diversos pesquisadores consideram a primeira movimentação estudantil na Ditadura Civil-Militar no Espírito Santo a organização e convocação de eleições para a nova diretoria da União Estadual dos Estudantes (UEE).

A UEE capixaba foi fundada em 1951 e teve seu funcionamento até 1968. A UEE foi colocada em ilegalidade e o Decreto nº288, de 28 de fevereiro de 1967, transfere o seu vasto patrimônio para a UEE, como as salas localizadas no Edifício Sarkis, na rua Washington Luiz, e o terreno localizado no final da Rua de 7 Setembro, ambos no Centro de Vitória (Furtado, 2017, p. 32).

A UEE foi fechada no ano de 1967, após isso, nenhum grupo estudantil teve força para reestruturar a instituição, os setores mais radicais do movimento encontraram abrigo no Diretório Central dos Estudantes (DCE) [da UFES], assim os estudantes começaram a desenvolver uma série de manifestações e mobilizações de massa.

A partir de 1968 os setores do movimento estudantil autointitulados de esquerda passam a utilizar o DCE como instrumento para as mobilizações populares. O período de maior efervescência dos opositores nas ruas ao Regime Militar no Espírito Santo é justamente a partir deste período, com o movimento estudantil da UFES. Até então os grupos sindicais e os ligados a Igreja Católica que se posicionavam contrários ao regime se articulavam através de reuniões, panfletos, jornais, etc: um enfrentamento ideológico. O enfrentamento físico direto só vem a partir da (re)organização desse grupo político da UEE dentro da UFES (Furtado, 2017, p. 59).

A partir de 1968, o movimento estudantil começou a usar o DCE como instrumento de lutas populares e encontro para articulações.

Uma grande figura de destaque do movimento estudantil foi Cesar Ronald, que se tornou presidente do DCE em 1968, e foi preso durante o XXX Congresso “clandestino” da UNE em Ibiúna/SP, juntamente com mais 700 lideranças estudantis. A figura 2 destaca o registro de sua prisão.

**Figura 2.** Fotografia de registro de prisão de César Ronald. 1968.



Fonte: Furtado (2017 *apud* Dossiê 10 - Arquivo público).

Furtado (2017) destaca que “Fotografias relacionadas a César Ronald Pereira Gomes” é o nome do dossiê que se encontra no DOPS/ES, onde se pode analisar fotografias de quando César Ronald foi preso, entretanto, não se pode dizer precisamente onde as mesmas foram tiradas.

Segundo Furtado (2017), encontra-se no DOPS/ES outro dossiê relacionado ao Movimento Estudantil no Espírito Santo, “Sindicância sobre Pichamento de Imóveis e Automóveis”. Segue, abaixo, algumas fotos que foram datadas de três dias após a prisão (15 de outubro de 1968) de Cesar Ronald Pereira Gomes e de 700 estudantes em São Paulo. Nessas fotos, podemos ver os atos de resistência dos estudantes.

**Figura 3.** Ato de Manifestação dia 18 de outubro de 1968, cartaz em um fusca com os dizeres: “Repressão da dissolve Congresso da UNE”.



Fonte: Furtado (2017 *apud* Dossiê 19 - Arquivo público)



**Figura 4.** Ônibus pichado com os dizeres “UNE”, “Liberdade para os presos”, “Abaixo a Ditadura” e “Nós somos a UNE”. 18 de Outubro de 1968.

Fonte: Furtado (2017 *apud* Dossiê 19 - Arquivo público)

**Figura 5.** Foto do Restaurante Universitário (RU), com algumas pichações “UNE” e “Abaixo a Ditadura”. 18 de Outubro de 1968.



Fonte: Furtado (2017 *apud* Dossiê 19 - Arquivo público)

Como vemos na figura 6, o RU era um dos palcos de luta do movimento estudantil, os eventos mostrados nas figuras 3 e 4 estão claramente relacionados à prisão dos estudantes em São Paulo, os estudantes manifestaram pixando ônibus e os prédio do correio com palavras de ordem.

O DCE da UFES é fechado em março de 1969, depois de três meses de instauração do Ato Institucional Nº 5, Furtado (2017) destaca que a partir desse ponto não existe mais nenhum registro imagético (fotografias ou recortes de imagens de jornais) no acervo da DOPS/ES em relação ao movimento estudantil até o começo dos anos 80.

Os anos de 1968-1978 foram os mais sombrios da nossa história, tanto do Brasil, quanto do Espírito Santo, conforme podemos verificar no registro da Comissão da Verdade da UFES:

O ponto alto da repressão imposta pela Ditadura nos campi da Ufes foram prisões e torturas de professores e estudantes relacionados ao PCdoB, ocorridas a partir de dezembro de 1972. É importante ressaltar que os documentos pesquisados pela CVUfes e o depoimento de ex-estudantes nesta Comissão indicam a presença, entre os torturadores, de militares integrantes do DOI-CODI/RJ (...). O IPM aberto por ocasião das prisões arrolou 18 pessoas ligadas à Ufes como envolvidas, sendo um professor (Vitor Buaiz, do curso de Medicina) e 17 estudantes: Marcelo Amorim Neto

(Medicina); Gustavo Ferreira do Vale Neto (Medicina); Sebastião Lima Nascimento (Medicina); Elizabeth Santos Madeira (Medicina); Maria Magdalena Frechiani (Medicina); Luzimar Nogueira Dias (Medicina); Guilherme Lara Leite (Medicina); Marcus Lira Brandão (Medicina); Luiz Carlos Garcia Genelhu (Medicina); Iran Caetano (Medicina); Adriano Sisternas (Engenharia); Mirian Azevedo de Almeida Leitão (História); Ângela Milanez Caetano (CEG); Maria GilmaErlacher (Direito); Maria Auxiliadora Ferreira Gama; Jorge Luiz de Souza (Economia); e José William Sarandy (Direito) (Comissão da Verdade da UFES, 2016, p. 91).

No ano de 1979, a Ditadura Civil Militar começa a passar por um período de desmonte, marcado pelas grandes greves e, no Espírito Santo, também houve mobilizações de alguns sindicatos e do movimento estudantil.

Furtado traz, em destaque, como primeiro registro fotográfico (figura 7) sobre o movimento estudantil no Espírito Santo após o AI-5 uma foto tirada pelo movimento de repressão, na Faculdade de Farmácia e Bioquímica do Espírito Santo (FAFABES), que não havia sido incorporada a UES/UFES em 1961.

**Figura 6.** Público e cinco pessoas compondo uma mesa, ao fundo as faixas “Estamos em Greve – Pelas readmissões” e “Por melhores condições de ensino”. 09/08/1979. Santa Casa de Misericórdia.



A foto mostra, de outro ângulo, os componentes da sessão realizada às 08,00 horas do dia 09-08-79 na FAFABES, já descritos na foto anterior.

Fonte: Furtado (2017 apud Dossiê 24 - Arquivo público)

Os únicos registros fotográficos que possuímos no Fundo da DOPS/ES são acerca dessa assembleia (na qual não está explícito se se trata de uma assembleia de professores, estudantes ou de toda faculdade) realizada no dia 09 de agosto de 1979 e que possuía, como pauta geral, a melhora das condições de ensino. Essa assembleia contou com representantes das categorias dos estudantes, dos professores e autoridades públicas.

Segundo Furtado (2017), a Ufes entra em uma greve nacional de professores e estudantes no ano de 1980, através das articulações da União Nacional dos Estudantes (UNE). Destaca, também, que:

Mesmo sendo uma greve de curta duração essa mesma efervescência do movimento estudantil segue até o início do ano de 1981, culminando em um ato cultural promovido pelo DCE da UFES na Praça Costa Pereira que foi registrado em 42 imagens pela DOPS (Furtado, 2017, p. 77).

Nas figuras 8 e 9 podemos ver atos de manifestação dos estudantes. Faixas que expressavam o ideal dos estudantes e um ato público de manifestação na Praça Costa Pereira em 1981.

**Figura 7.** Fotografia de duas faixas penduradas: “Pela retomada da Casa do Estudante – “DCE preparou para você a Festa do Desabafo!!! Dia 6 – 21h – Ginásio da UFES – Chega de provas e de sufoco”. 06/01/1981.



Fonte: Furtado (2017 *apud* Dossiê 01 - Arquivo público)

**Figura 8.** Ato de manifestação na Praça Costa Pereira, pessoas em forma circular, pessoas sentadas e outras em pé. 06/01/1981.



Fonte: Furtado (2017 *apud* Dossiê 01 - Arquivo público)

O fim da Ditadura não foi tão simples e nem teve uma grande ruptura, foi um processo de transição. Segundo Furtado (2017, p. 80): “Apesar do general Figueiredo não ter passado a faixa presidencial para José Sarney como símbolo de uma transição pacífica, sua posse foi arranjada e negociada entre os militares e o poder legislativo após a morte de Tancredo Neves”.

Outro registo emblemático que Furtado (2017) traz em seu trabalho é a mobilização de greve de professores, na figura 10, foto que foi tirada pelo movimento de repressão da época, que retrata a mobilização dos servidores técnicos administrativos e estudantes devido à escassez de recursos financeiros para a UFES.

O DCE é reaberto em 1978 e a última mobilização relevante do movimento estudantil no Espírito Santo, durante a Ditadura, acontece em 1983, quando o DCE encampa a pauta para eleições diretas para Reitor da UFES. Não obtiveram êxito e até hoje existe uma indicação de uma lista tríplice por parte do Conselho Universitário à Presidência da República.

Furtado (2017) destaca, na figura 9, que cerca de 500 estudantes participaram de um comício realizado em frente ao Restaurante Universitário com a presença da professora da Universidade de São Paulo (USP), Marilena Chauí.

**Figura 9.** Estudantes reunidos no campus de Goiabeiras para ouvir palestra da professora Marilena Chauí. 19 de maio de 1983. Goiabeiras.



Fonte: Relatório CVUFES (2016, p. 156).

O autor finaliza seu trabalho destacando que o principal resultado de sua pesquisa é poder comprovar que de fato houve vigilância por parte da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES) a diversos movimentos contrários ao regime militar, que durou de 1964 a 1985, e que um desses recursos era a fotografia. É possível identificar o foco dessa vigilância em quatro grandes grupos políticos: clero; partidos políticos; sindicatos; e o mais atingido, o movimento estudantil (Furtado, 2017, p. 85).

Furtado (2017) também destaca que no período do Ato Institucional N.º 5, de 1968 a 1978, em que existem relatos de torturas e prisões, não há documentos fotográficos de nenhuma natureza relacionados ao movimento estudantil, não podendo, assim, informar se foram produzidas fotografias ou se as mesmas foram destruídas com o fim da Ditadura militar.

Com essa pesquisa, é possível verificar que o restaurante universitário da UFES foi pauta e palco para muitas das mobilizações de estudantes, sendo um tema agregador de mobilizações, reuniões e assembleias estudantis.

Um dos Aparelhos de Repressão do Estado (ARE), que fazia repressão a esse movimento estudantil, era o Departamento de Ordem Política e Social, criado em 1924, e que tinha como objetivo prevenir e combater crimes de ordem política e social que colocassem em risco a segurança do Estado. O DOPS tornou-se o órgão que

tinha, como posicionamento, a oposição aos movimentos comunistas no Brasil, uma das maiores forças contrárias ao regime militar.

No governo constitucional de Vargas, o órgão foi elevado à categoria de Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES). [...] Entre 1964 e 1985, a DOPS exerceu relevante papel na permanência da Ditadura militar, especialmente na contenção de qualquer ação contrária ao regime instaurado. Na época, a criação do Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Ordem Interna (DOI-CODI) intensificou e ampliou a produção de dados. O DOI/CODI agia como órgão de coordenação e planejamento. A incumbência era a vigilância, captura e interrogatório daqueles que contestavam a Ditadura. A partir da redemocratização do País houve um esvaziamento das funções da delegacia até a sua completa extinção (Comissão Estadual da Memória e Verdade-ES, 2021, p. 1).

O autor destaca que, ao se encerrar a Ditadura Civil-Militar, ocorreram transformações político-administrativas na polícia política capixaba. Após a extinção da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES), seu corpo documental foi transferido para o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

Passaremos agora a discutir o processo de modernização e repressão na UFES, no período de 1969-1974, sob o olhar da pesquisa de Ayala Rodrigues Oliveira.

### **4.3 UFES: modernização e repressão**

A pesquisa de Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine foi apresentada na Universidade Federal do Espírito Santo, no ano de 2016, intitulada “Modernização e repressão: os impactos da Ditadura militar na Universidade Federal do Espírito Santo (1969-1974)”. Teve como objetivo compreender como a modernização e repressão caminharam juntas e ressoaram especificamente na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A partir de uma análise crítica da “história oficial” da instituição e do acervo documental produzido pelos trabalhos da Comissão da Verdade UFES, a autora destaca que - através de sua pesquisa - pretende contribuir para o esclarecimento dos impactos da política de modernização conservadora e autoritária implantada pela Ditadura militar (1964-1985) nas universidades públicas do país.

O aporte teórico que fundamenta essa pesquisa baseia-se em alguns conceitos, destacam-se o de “modernização conservadora e autoritária”, que ajudou a autora a pensar a política adotada pelos militares, e o de “cultura política”, permitindo considerar a influência de elementos culturais, presentes na tradição da história

política brasileira, nas representações, discursos e comportamentos dos militares (Pelegrine, 2016, p. 26).

A autora não analisa todo o período ditatorial, privilegiando o período da presidência de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974),

Na esteira do projeto de desenvolvimento “rápido e seguro” do capitalismo nacional, o governo de Médici materializou a Reforma Universitária, cumprindo o objetivo de sintonizar as universidades com as demandas do almejado “milagre” brasileiro. Ao mesmo tempo, ancorada na cultura política autoritária e no seio de uma guerra anticomunista imaginada, sua gestão reforçou a repressão política como forma de viabilizar a modernização, expandindo o alcance da “comunidade de segurança e informações” da Ditadura militar para o interior das universidades (Pelegrine, 2016, p. 6).

A autora tenta fazer um paralelo entre a política de modernização conservadora e autoritária instaurada no governo de Emílio Garrastazu Médice e as reformas universitárias. Nesse período, houve, no Brasil, um momento de modernização. Sociedades que vivenciam esse período também experimentam o fomento da economia e da máquina pública, no entanto esse processo foi autoritário:

é politicamente centralizado e, determinando a origem de formações sociais negativamente assinaladas pelo engessamento da estrutura político-social, pela violência e arbitrariedade praticada pelo Estado e pelo atraso na gestação da democracia – e todas as permanências que decorrem disso (Pelegrine, 2016, p. 27).

O projeto de modernização idealizado pelos militares se apropriou de reformas existentes e, sob o pretexto de promover o desenvolvimento seguro, o aprimoramento das instituições públicas e proteger os bons costumes, reproduziram os moldes da aristocracia tipicamente brasileira. O autoritarismo militar ficou evidente pelas medidas tomadas por esse governo de caráter centralizador, conservador e intervencionista, que contou com o forte e interessado apoio dos EUA.

A modernização idealizada pelos militares visava os interesses da classe dominante em detrimento da classe menos favorecida, desarticulada politicamente e marginalizada, resultando em uma política que fortalecia a dependência do governo e conservava a desigualdade social do país.

Portanto, é possível afirmar que o impulso autoritário viabilizou a política da modernização conservadora. Conforme Domingues (2002), através do autoritarismo:

Abria-se espaço para a industrialização e a migração, cada vez mais acentuada, do campo para a cidade [...] pelo controle político que se exercia sobre a classe trabalhadora [...]. Era, sobretudo, fundamental minimizar os processos de “desencaixe” que operavam nos planos individual e coletivo, liberando a força de trabalho, conferindo cidadania [...], reconfigurando o espaço-tempo social que agora se tornava mais amplo, nacional, e orientado para o futuro – a modernização [...] (Domingues, 2002, p. 461).

A autora destaca que, dias após o Golpe contra o governo Jango, iniciou-se uma onda repressiva na Ufes. Entre abril e maio de 1964, quem não concordava com o atual governo, eram potenciais inimigos:

As universidades experimentaram uma intervenção direta, através das invasões, ocupações, prisões e todo tipo de confronto, e indireta, disfarçada por uma “cortina” de legalidade, supostamente garantida pelas sindicâncias, investigações sumárias e inquéritos policiais militares (Pelegrine, 2016, p. 72).

A autora trata em seu trabalho também da Reforma Universitária, que tinha como intuito sincronizar a educação superior com os propósitos do desenvolvimento econômico. O MEC priorizava gastos com o ensino superior, visando o financiamento da reestruturação física, administrativa e acadêmica dos campi.

A Reforma transformou as universidades em espaços de produção científica e tecnológica, com o incentivo à pesquisa e à pós-graduação, criação de vestibular, modificações nas estruturas físico-acadêmico-administrativa, instituindo o plano de carreira docente e o regime de tempo integral, entretanto, as reivindicações dos movimentos estudantis eram silenciadas, há décadas eles reivindicavam uma universidade mais crítica e democrática.

Na visão dos produtores da Reforma, a academia “ideal” correspondia ao modelo norte-americano, mais empresarial e orientado segundo a lógica da “eficiência”, da “produtividade” e da “integração” – na forma de organização e na relação com o desenvolvimento econômico nacional. Desse modo, os anseios por uma universidade humanista, voltada para as questões sociais do país, foram sufocados. Sem dúvida, a RU representou uma “renovação” e os avanços que promoveu foram inegáveis. Contudo, ela foi uma “renovação” verticalmente imposta, que excluiu os atores políticos que se empenhavam em sua discussão desde antes mesmo do Golpe de 1964 (Pelegrine, 2016, p. 118).

A autora afirma que a reforma universitária se deu em um momento conhecido por “anos de chumbo”, de severas repressões político-ideológica, em que governo sufocou a oposição e concretizou seu programa reformista. Ao mesmo tempo em que

experimentava-se um momento de grande estímulo e modernização, os campi foram amordaçados (Pelegrine, 2016, p. 120).

Segundo a autora, uma das estratégias repressivas do governo nas universidades se deu através das expansões dos DSI, segundo, Pelegrine (2016):

Conforme demonstrado, uma das estratégias do governo de Médici foi expandir as DSI nos ministérios civis, subdividindo-as em AESI. Quando a DSI/MEC foi ramificada em várias AESI<sup>9</sup> universitárias, a repressão política nos campi foi elevada a um nível máximo. Disfarçadas de “assessoras” dos reitores para assuntos de segurança, na verdade, as agências funcionaram como “tentáculos” do aparato repressivo, monitorando o cotidiano das universidades e produzindo material necessário para embasar ações efetivas de repressão – que, na maioria dos casos, eram arbitrárias e violentas (Pelegrine, 2016, p. 122).

Entende-se que os militares enxergavam os campi como celeiros de comunistas, subversivos, que deviam ser vigiados e reprimidos permanentemente. As universidades viviam em constantes ameaças.

A Universidade Federal do Espírito Santo, já nos primeiros dias do Golpe, encontrava-se alinhada como o discurso desenvolvimentista e aos planos do governo federal. Segundo Pelegrine (2016), durante o governo de Castelo Branco e Costa e Silva, a UFES já vivenciava os impulsos autoritário-conservadores impostos pelo governo ditatorial. A autora destaca com esses presidentes dois ciclos de repressão, que terminaram com tortura e prisão de professores e estudantes.

Já no governo Médici, o rito da modernização, autoritarismo e conservadorismo chegou ao ápice:

A indicação do reitor Máximo Borgo Filho selou o alinhamento definitivo da instituição capixaba aos planos desenvolvimentistas. Em continuidade às medidas adotadas pela Reitoria anterior, de Alair de Queiroz, a adaptação da UFES à Reforma foi concretizada. O comportamento político de adesão adotado pelo reitor em relação à política universitária do governo e as redes de sociabilidade tramadas, em virtude disso, no segmento político regional e nacional, abrangendo o ministro Jarbas Passarinho, facilitaram esse processo. Graças à reprodução do personalismo nas relações políticas e ao empenho da Reitoria em demonstrar alinhamento ao governo, a presença da UFES se confirmou entre beneficiárias de altos repasses do MEC, o que sustentou a consolidação da Reforma Universitária na academia (Pelegrine, 2016, p. 125).

---

<sup>9</sup> Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI).

Houve uma alteração na estrutura da universidade, materializou-se o campus “Alaor de Queiroz Araújo”, a universidade se expandiu e aumentou sua contribuição no desdobramento da sociedade capixaba, mas uma parte da sociedade não foi ouvida, foi silenciada, não houve um diálogo com aqueles que buscavam a democratização universitária.

A adaptação da UFES à Reforma se deu verticalmente, sem negociação com seu “público-alvo”, os docentes e estudantes. Ela foi “vendida” pela Reitoria como a única saída para superar o atraso da academia em relação ao todo universitário do país, discurso que convinha para conquistar o apoio dos professores e minimizar a resistência ao projeto entre os alunos (Pelegrine, 2016, p. 127).

Os estudantes eram os principais alvos da agência, os aspectos cotidianos da formação acadêmica dos universitários era supervisionado permanentemente, estabeleceu-se uma rede de monitoramento de longo alcance, que impedia qualquer possibilidade de manifestação política, cultural e produção de ideias. Como destaca Pelegrine (2016):

Havia uma supervisão permanente: frequência às aulas; eleições para órgãos de representação estudantil; publicação, circulação e venda de livros pelo DA e CA; indicações para bolsas de monitoria; eventos acadêmicos ou não; cerimônias de colação de grau; circulação em outros campi do país e do exterior; reuniões “suspeitas” ou “não autorizadas”; “maus” comportamentos (Pelegrine, 2016, p. 116).

A autora conclui seu trabalho ressaltando que:

[...] a face autoritário-conservadora e a face modernizante da política universitária revelaram-se plenamente na UFES entre os anos correspondentes à gestão de Médici e à política universitária sob os cuidados de Jarbas Passarinho. Inscrita no panorama da euforia desenvolvimentista nacional e do “novo lugar” social das universidades, a reitoria de Máximo Borgo Filho buscou adaptar a UFES à Reforma Universitária, dando origem à estrutura físico-administrativo-acadêmica que ainda prevalece na forma atual do campus (Pelegrine, 2016, p. 124).

A partir deste momento, iniciaremos o estudo dos dados que compõem o Relatório da Final da Comissão da Verdade da UFES, que foi produzido pela Comissão Nacional da Verdade<sup>10</sup>, que buscou, através de análise de documentos e

---

<sup>10</sup> Instaurado pela presidenta Dilma Rousseff, a Lei Federal nº 15.528, instituiu um colegiado para investigar as violações dos direitos humanos que ocorreram no Brasil, durante a Ditadura Militar, mais precisamente no período de 1964 a 1985.

de uma escuta sensível de entrevistas, identificar os eventos importantes da época e resgatar um pouco desse capítulo obscuro que permeou a UFES. Foram entrevistados estudantes e servidores da instituição (professores e técnicos administrativos).

#### **4.4 A repressão na UFES sob o olhar da Comissão Final da Verdade**

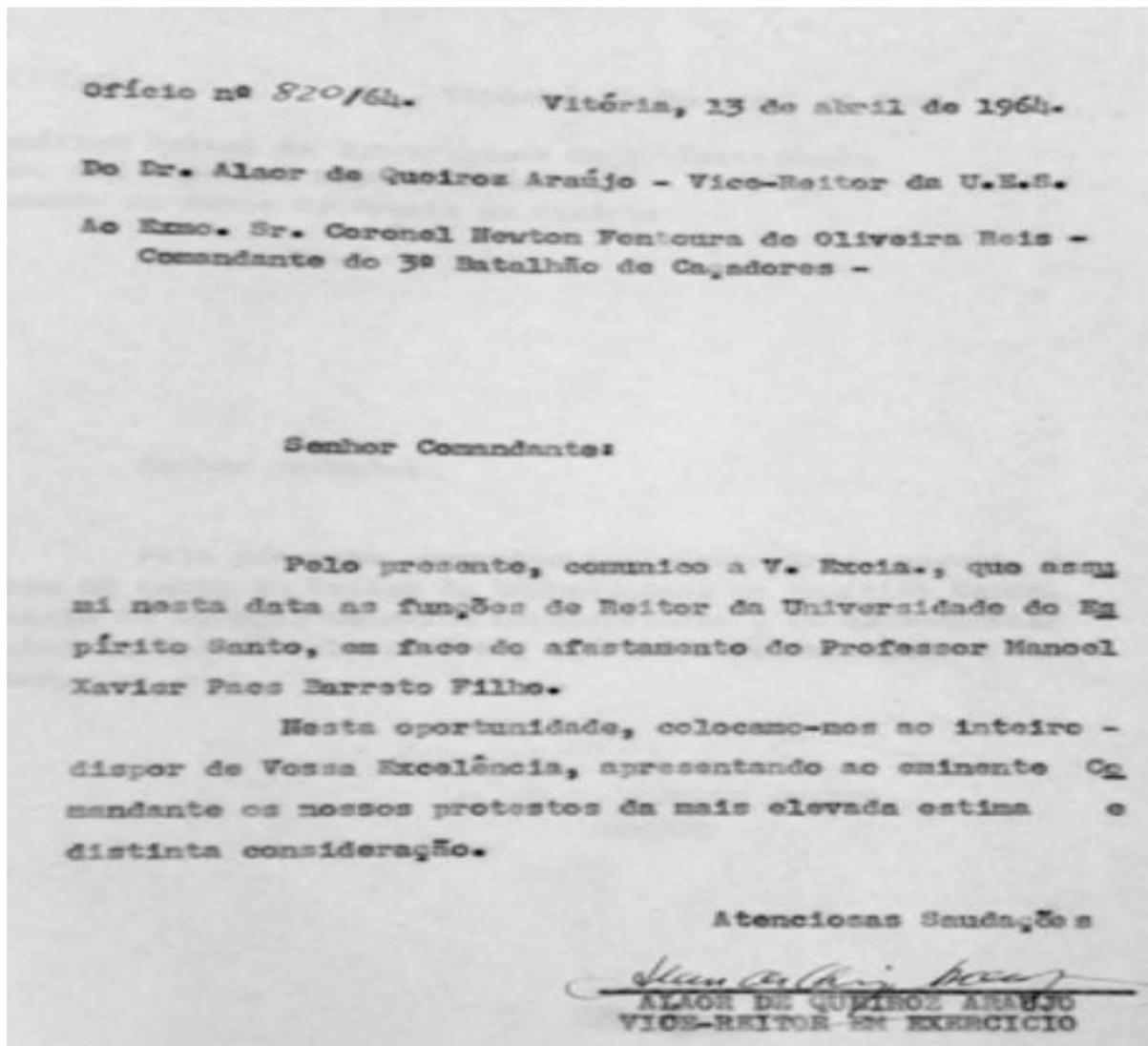
O relatório da CVUFES foi estruturado em cima de quatro pilares de repressões que ocorreram na universidade, que envolveram estudantes e servidores públicos (técnicos administrativos e professores). Os autores destacam:

1) a primeira onda repressiva ocorreu nos primeiros dias depois do Golpe, entre abril e maio de 1964. O novo quadro político abriu caminho para investigações sumárias e diversos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), que atingiram principalmente militantes estudantis, servidores públicos (civis e militares) e sindicalistas identificados com o governo deposto de João Goulart; 2) a segunda onda repressiva ocorreu entre 1968 e 1969, período marcado por manifestações estudantis; abertura de novos IPMs; prisão de estudantes capixabas durante o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que ocorreu em outubro de 1968, em Ibiúna, São Paulo; fechamento do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Ufes; e novas prisões de lideranças estudantis no início de 1969; 3) a fase que marcou a implantação e o pleno funcionamento da ASI/Ufes coincide com a terceira onda repressiva na Universidade. Seu ponto máximo ocorreu entre dezembro de 1972 e março de 1973, época marcada por uma série de prisões e perseguições de professores e estudantes na instituição, sobretudo daqueles que tinham ligações com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB); 4) a quarta onda repressiva na Ufes aconteceu na época da retomada das atividades do Movimento Estudantil em nível nacional, a partir de 1976, com as mobilizações que pretendiam reorganizar a UNE e reivindicavam o retorno das liberdades democráticas para o país. Paralelamente, os estudantes da Ufes retomaram suas mobilizações a partir de atividades convocadas pelos diretórios acadêmicos, especialmente os do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) e do Centro Biomédico (CBM), com posterior reabertura do DCE/Ufes no final de 1978 (Relatório CVUFES, 2016, p. 17).

Discorreremos, agora, sucintamente sobre a primeira onda repressiva da UFES, que retrata como a UFES ficou depois do Golpe militar em 01 de abril de 1964. Na época, o reitor da universidade, Manoel Xavier Paes Barreto Filho, foi informado em uma reunião que, provavelmente, haveria intervenção na reitoria da UFES, pois o mesmo fora indicado pelo deputado federal Ramon de Oliveira Neto (PTB/ES), que havia sido cassado pelo primeiro Ato Institucional em 9 de abril. Segundo os autores da CVUFES:

Poucos dias depois, em 12 de abril de 1964, coube ao deputado federal Dirceu Cardoso, então parlamentar do Partido Social Democrático (PSD), em matéria publicada no jornal A Gazeta, informar que Paes Barreto Filho havia sido exonerado do cargo de reitor da UES pelo novo ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e “atendendo o interesse da Segurança Nacional (Relatório CVUFES, 2016, p. 23).

**Figura 10.** Memorando sobre o afastamento do Reitor Manoel Xavier Paes Barreto Filho, 1964.



Fonte: Relatório CVUFES (2016, p. 27).

O professor Fernando Duarte Rabelo foi indicado de forma interina ao cargo, até que uma nova lista tríplice fosse enviada pelo Governo Federal.

Na figura 10 é possível verificar o memorando de afastamento do reitor, que ocorreu em 27 de abril de 1964, tendo, como escolhidos, os professores: Fernando

Duarte Rabelo, Serynes Pereira Franco e Beresford Martins Moreira. Paes Barreto continuou dando aula na UFES por mais 15 anos.

Fernando Duarte Rabelo foi indicado no mês seguinte como reitor, por um período de três anos, no entanto, ele se afastou da reitoria por motivo de saúde, ficando ao cargo de Queiroz Araújo, vice-reitor de Fernando Duarte Rabelo, e de Paes Barreto, assumir o cargo.

A primeira onda repressiva na UFES foi marcada pela perseguição e acusação daqueles que os mesmos relacionavam com o regime comunista, foram instauradas comissões de inquérito administrativos na reitoria nos oito campi da UFES, segundo a CVUFES: os autos da comissão deveriam ser enviados ao ministro de Educação no prazo máximo de 30 dias, contendo a instrução do processo e o parecer, no qual seria sugerida a sanção a ser aplicada ao “acusado” (Relatório CVUFES, 2016, p. 29).

Os autores do relatório trouxeram como destaque as comissões de inquéritos que aconteceram em campi da universidade, entretanto, os mesmos só encontraram documentos referentes às comissões de inquérito de três das oito faculdades que compunham a UES, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI) e da Faculdade de Medicina.

Na Faculdade de Medicina ocorreu uma Comissão de Inquérito em 8 de maio de 1964, por meio da Portaria 314/1964, quando o reitor da UFES, delegava poder para o professor Affonso Bianco para instaurar uma comissão para apurar crimes contra o Estado. Na ocasião, professores, alunos (representantes de turma), o presidente do Centro Acadêmico (CA) da faculdade e até o diretor foram ouvidos. Depois de finalizado o inquérito nessa faculdade não houve nenhuma punição, pois se constatou que a faculdade conseguiu se manter longe das graves agitações que assolavam o país, como destaca o relatório da comissão de inquérito:

Professores e alunos, sem exceção, profundamente empenhados na solução dos problemas diários desta Faculdade que a cada dia instala novas Cadeiras, Disciplinas e Departamentos, numa carência de material e pessoal verdadeiramente espantosa, sobrava apenas e unicamente, o entusiasmo contagiante de todos, mestres e alunos, que o destino congregou sob esse teto para constituir a grandeza da Faculdade de Medicina da Universidade do Espírito Santo”.(Universidade Federal do Espírito Santo, Faculdade de Medicina, Relatório da Comissão de Inquérito da Faculdade de Medicina, p. 25).

Depois de consolidado o Golpe, começou uma onda de prisões de estudantes, lideranças sindicais e da população em geral que era contra esse movimento. As

peessoas presas eram torturadas física e psicologicamente. Começou nesse momento a ser instaurado, na UFES, as Comissões de Inquéritos Administrativas, com o intuito de perseguir e investigar funcionários.

O processo foi então deflagrado por Alair de Queiroz Araújo com a edição da Portaria 308, de 8 de maio de 1964, que previa a criação de uma comissão composta por cinco membros e presidida por ele próprio, com o objetivo de proceder à investigação sumária e apurar a responsabilidade de funcionários lotados nos órgãos da Reitoria da UES na prática de “crimes” contra o Estado ou o patrimônio público, e à ordem política e social. De acordo com o artigo 2º da referida portaria, os acusados deveriam ser intimados a apresentar documentos e defesas num prazo de 72 horas, prorrogáveis por 24 horas, assim mesmo, mediante requerimento fundamentado (Relatório CVUFES, 2016, p. 29).

Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI), a comissão de inquérito, conclui que não se encontravam: “Simpatizantes ou adeptos de ideologias contrárias ao regime democrático vigente no país”. (Relatório CVUFES, 2016, p. 31).

Já na Escola de Belas Artes, a comissão de inquérito teve uma política diferente, pois, os alunos e o diretor da faculdade, Raphael Samú, foram perseguidos. A comissão sugeriu a destituição do diretor e proibiu a participação estudantil em atividades de cunho político. Outra faculdade que passou por inquérito foi a Faculdade de Ciências Econômicas da UES, entretanto, a CVUFES só conseguiu descobrir a portaria que criou esse inquérito e não teve acesso ao documento histórico.

Outro marco importante da primeira onda repressiva da UFES foi a Reforma Universitária, de acordo com o CVUFES não havia um acordo para a elaboração do projeto de reforma, mas sim medidas de reestruturação.

Não havia ainda um acordo fechado para que o técnico da USAID elaborasse o projeto de reestruturação, mas sim para que ele “sugerisse” medidas para a realização da “inadiável” reestruturação da Ufes, visando, na medida em que surgissem oportunidades e necessidades, a combinação, “de mútuo acordo”, de visitas subseqüentes para o tratamento de aspectos do planejamento integral da Universidade (Relatório CVUFES, 2016, p. 44).

O projeto de reestruturação Acadêmico-Científico da UFES foi entregue aos membros do conselho universitário em 4 de abril de 1967. Representantes dos discentes e conselheiros nomeados pelo governo tiveram a cesso ao projeto, mas não existe registro se o mesmo foi encaminhado para discussão com os estudantes.

Um estudante teve destaque nesse período, César Ronald, então ligado ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR. Com César à frente do DCE,

parecia que os estudantes poderiam se expressar e o projeto teria uma discussão mais profunda. No entanto, isso não ocorreu.

No dia 8 de novembro de 1968, por meio do Decreto n.º 63.577 e da lei n.º 5.540/1968, a UFES se estruturou com nove centros: CEG, CCJE, CBM, CP, CEFD, Tecnológico (CT), CAR e Agropecuário. Posteriormente, ocorreram algumas mudanças na Ufes, no ano de 1990:

O CEG viria a ser dividido em dois outros centros: de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) e de Ciências Exatas (CCE). O Centro Pedagógico e o CBM tiveram as denominações alteradas, passando a se chamar, respectivamente, Centro de Educação (CE) e Centro de Ciências da Saúde (CCS) 74. A Universidade passou por outras ampliações com a criação do Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES), em São Mateus, e a implantação de novos cursos na cidade de Alegre (Relatório CVUFES, 2016, p. 48).

A Segunda Onda de Repressão na UFES teve seu início no ano de 1967 e se estendeu até o ano de 1969, quando se observa o aprofundamento da repressão e o monitoramento de professores, técnicos-administrativos e estudantes em decorrência do Ato Institucional número 5.

Contraditoriamente, esse foi o período de ascensão dos movimentos dos estudantes no Espírito Santo, que eram contra a promulgação do AI-5 no final de 1968. Em Vitória, o restaurante universitário se tornou palco de muitas dessas manifestações. O restaurante, que a princípio foi inaugurado na Avenida Jerônimo Monteiro, no Centro de Vitória, contava com uma alimentação com preços abusivos, pois se tratava de um restaurante recém-inaugurado e destinado para estudantes.

A mobilização foi iniciada em 11 de março, quando a Reitoria baixou uma portaria 80 definindo um preço acima do que era defendido pelos estudantes e que havia sido definido pelo Conselho de Administração e Funcionamento do RU. Os estudantes fizeram piquetes na porta do RU e decretaram greves em várias unidades, como as faculdades de Medicina, de Filosofia (FAFI) 82, de Ciências, Econômicas e de Odontologia. Numa sessão do Conselho Universitário realizada em 22 de março de 1968, o reitor Alaor de Queiroz Araújo reclamou da greve e disse que não aceitaria receber exigências e nem decidir “sob coação”. Araújo agradeceu aos diretores das faculdades por terem comparecido à Reitoria para dar notícias do que se passava em suas unidades e solicitou que continuassem a remeter os boletins de frequência e registro de lançamento de frequência. O movimento durou até, pelo menos, o dia 25 de março, quando se chegou a um acordo sobre o preço das refeições 84, sendo o ponto de partida para as mobilizações estudantis que aconteceram naquele ano (Relatório CVUFES, 2016, p. 52).

Neste contexto, o estudante César Ronald era uma grande liderança do movimento estudantil, o que redobrava o seu monitoramento pelos órgãos repressivos. César foi preso pelo DOPS/ES no dia 27 de maio de 1968. Outra liderança estudantil presa foi Maria Augusta Feliciano da Silva, ex-diretora do Diretório Acadêmico da FAFI. Mesmo com protesto dos estudantes contra essa prisão, Maria Augusta foi levada ao Rio de Janeiro para responder a um inquérito. Maria foi presa, pois encontraram, em sua casa, jornais clandestinos e ela teve o nome citado por outras pessoas presas. O processo foi julgado em 1974, seis anos depois da prisão, Maria Augusta foi julgada e absolvida.

A repressão estava ficando cada vez mais violenta e tendo como um dos alvos principais o Movimento Estudantil. Em um congresso, em 12 de outubro de 1968, 700 líderes estudantis foram presos, dentre eles 13 eram da UFES. Segue abaixo o relato de um dos presos no congresso, Iran Caetano, que destaca que os mesmos foram levados para o presídio do Carandiru:

Ficamos seis dias lá. Sofri muitas humilhações e tortura psicológica. Numa cela para 12 pessoas, havia 104. Fazíamos rodízio para dormir e para comer e, obviamente faltava comida. Nós sabíamos que algumas lideranças estavam sendo separadas, como Vladimir Palmeira, César Ronald, José Dirceu, Travassos e outras que não lembro agora. Ficamos lá durante seis dias, no sétimo dia fomos trazidos sob escolta para o Espírito Santo (Relatório CVUFES, 2016, p. 60).

Outro ponto que já foi destacado nesse trabalho foram as manifestações realizadas em favor desses estudantes presos durante o congresso. Os protestos tiveram início em frente ao antigo prédio da Faculdade de Direito, perto do Palácio Anchieta, e se espalharam pelo Centro de Vitória. A manifestação foi reprimida por policiais civis e militares, nessa ocasião alguns estudantes também foram presos.

Durante esse período, foram produzidos pela Reitoria, a mando de Rômulo Augusto Penina, então chefe de gabinete e futuro reitor por dois mandatos, documentos com informações confidenciais para serem enviados ao DSI/MEC e SNI, criando assim uma rede de monitoramento e vigília. Os responsáveis pela SNI buscavam informações relacionadas à faculdade:

Se a Faculdade estava ocupada pelos estudantes, mesmo à noite; se os estudantes estavam em greve ou impedindo o comparecimento dos colegas às aulas; se houve assembleia na área da Faculdade e se, na mesma assembleia, teriam comparecido estudantes “estranhos” àquela unidade. Por

fim, o SNI queria saber se a assembleia havia sido autorizada pela direção da Faculdade (Relatório CVUFES, 2016, p. 64).

Depois das prisões ocorridas no Congresso da UNE, o Movimento Estudantil começou a entrar em um processo de desmanche, visto que a onda repressiva se intensificava. O líder César Ronald partiu para o exílio no Uruguai em 1968 e, no ano seguinte, a polícia invadiu a sede do DCE, prendendo o seu vice-presidente, José César Leite, que, depois do ocorrido, renunciou ao mandato. A onda repressiva fechou o DCE-UFES, que só foi reaberto em 1978, com a eleição do então estudante de Economia, Paulo Cesar Hartung Gomes, que tempos depois veio a ser governador do estado.

Voltando para 1968, segundo pôde revelar a pesquisa, muitos estudantes da Ufes eram intimidados para prestar depoimentos nas delegacias de polícia, outros eram presos e encaminhados para o DOPS e para o quartel, onde hoje se encontra o 38º batalhão da infantaria.

As prisões miravam especialmente os líderes estudantis que eram enquadrados por atividades “subversivas” como era a distribuição de panfletos, boletins, a agitação dos estudantes nas universidades e escolas, criação de comícios, organização de greves e passeatas (Relatório CVUFES, 2016, p. 67).

Em meio a essa onda repressiva na UFES, foi criado, em 1967, por meio do Decreto n.º 60.940/67, a Assessoria de Segurança da Informação (ASIs) e Assessoria Especial de Segurança e Informação (Aesis). Elas só foram implementadas nas faculdades, como um órgão de vigilância, em 1971, tendo como intuito:

a produção de material de informação e contrainformação, coleta de informações sobre atividades das lideranças estudantis e dos professores, controle da nomeação para cargos, viagens de docentes e discentes para eventos científicos, censura de livros, proibição de manifestações, confisco de material considerado “subversivo”, entre outras” (Relatório CVUFES, 2016, p. 73).

A legislação trabalhava a favor dos militares, tendo como destaque, no ano de 1969, o Decreto n.º 447, de 28 de fevereiro, que buscava calar a comunidade universitária:

Foi editada uma legislação que tinha uma finalidade básica: arrefecer o ímpeto dos estudantes e impor limites à liberdade de pensamento dos intelectuais. Dessa forma, evidenciando que a vigilância e monitoramento nas universidades se tornou uma das prioridades dos órgãos de segurança. O chamado Decreto 477, como ficou conhecido entre os estudantes, foi mais um instrumento típico do estado ditatorial brasileiro. Tanto que foi chamado pelos membros da comunidade universitária de “AI-5 do movimento estudantil”. Seus seis artigos são mais um exemplo de como os militares utilizaram instrumentos jurídicos de exceção para limitar as manifestações da oposição (Fagundes, 2013, p. 301).

A escalada repressiva foi bem montada e estruturada, primeiro com a criação do DSI/MEC, em 1968, em seguida com a criação do Decreto 44. Esses órgãos que atuaram no interior de dezenas de universidades brasileiras ficaram conhecidos como Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI) (Fagundes, 2013).

De acordo com o relatório, as Aesis/ASIs mantinham o monitoramento e vigilância a 33 universidades, entre elas a UFES, visando reprimir as manifestações contrárias à Ditadura. Ela tinha como papel investigar docentes, técnicos-administrativos e discentes, levantando informações sobre possíveis envolvimento dos mesmos em ações contrárias às políticas adotadas pelo governo.

Conseguimos observar que um dos meios repressivos mais utilizados pelos militares eram os decretos e portarias, essas normativas visavam estabelecer uma vigilância dentro das universidades. No ano de 1969, o governo sancionou o Decreto-lei n.º 477/69, que estabelecia pesadas punições para atividades consideradas “subversivas” dentro das instituições de ensino superior, incluindo expulsões sumárias de estudantes e professores (Relatório CVUFES, 2016).

A Terceira Onda Repressiva na UFES começa a partir de 1971. Trazemos, neste momento, o relato de dois estudantes que foram perseguidos e torturados durante a Ditadura no ano de 1971.

A ala Vermelha do do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) se encontrava desarticulada devido à prisão de um de seus principais membros, Edgard de Almeida Martins. Depois de uma sessão de tortura, Edgard revelou nome de estudantes que estavam ligados ao PCdoB no Espírito Santo. Nos dias 22 e 23 de março de 1971, ocorreram as prisões, sendo, um dos presos, João Amorim Coutinho, que relatou ao CVUFES como os agentes do DOI-CODI/SP chegaram a sua casa:

No dia 22 de março de 1971, após o primeiro dia de aula na Ufes, voltei pra casa e almoçamos, eu e a minha mulher na época, Laura, que fazia Odontologia. Almoçamos e fomos dar uma descansadinha, antes de sair pra

dar aula em Itanguá e depois no Ibes. Estudava e dava aula pra sobreviver. Foi quando a repressão chegou, através de um comando vinculado ao DOI-CODI de São Paulo, famigerada Operação Bandeirantes. Me chamaram com metralhadoras e a casa cercada (Relatório CVUFES, 2016, p. 78).

Depois de preso, Amorim relata que foi instalado em uma cela de nove metros quadrados, onde já se encontravam seis pessoas, sua sessão de tortura ocorria no período noturno. À noite, segundo Amorim, ouviam-se gritos e bramidos de dor entre as celas:

Durante o dia, era o momento que a gente fi cava conversando, avaliando a situação, porque estava naquela situação. Tinha horário de alimentação, alimentação normal, um cuidando do outro, alguns mais machucados do que os outros. Tinha um companheiro que tinha ficado tanto tempo, que perdeu o movimento das pernas, então tinha que fazer uma massagem nele para tentar melhorar. Enfim, situações terríveis que a gente assistiu. Tinha gente numa situação muito pior do que a minha e a gente ficava naquele trabalho solidário ali na cela (Relatório CVUFES, 2016, p. 79).

O estudante de Geografia da UFES, João Amorim Coutinho, retornou à faculdade depois de três meses e contou com a ajuda dos professores para que não repetisse o período.

A esposa de João Amorim Coutinho, a estudante de Odontologia da UFES, Laura Coutinho, também foi presa nesse período. Segundo seu relato, o monitoramento e a repressão também estavam presentes dentro dos cursos na UFES, em sala de aula:

Na minha turma existiam três estudantes matriculados que faziam parte dos quadros do Exército e que estavam infiltrados na Faculdade de Odontologia para coleta de informações de interesse das forças de segurança. “Eles se identificavam como pessoas do Exército [...]. Eram oficiais que tinham cotas [...]. O comportamento deles era de um estudante normal, mas a gente nem imaginava que eles estavam lá com essa função, até que ocorreu a nossa prisão (Relato de João Amorim Coutinho, Relatório CVUFES, 2016, p. 78).

A estudante estava grávida quando foi presa, e acredita que os militares souberam de sua gravidez graças a esses informantes infiltrados na turma. Nem mesmo a gravidez de Laura Coutinho a poupou da sessão de tortura, a estudante foi levada para o DOI-CODI de São Paulo:

Fiz um exame de urina que comprovou que eu estava grávida e voltei do hospital militar com aquele resultado, na certeza que nada aconteceria comigo porque estava grávida [...]. Pela madrugada, não obstante eu tivesse

esse documento que provava a gravidez, fui chamada e levada para o segundo andar, onde o meu companheiro João Amorim Coutinho estava sendo interrogado e também sendo torturado. Eles tentaram negociar com ele para que eu fosse poupada, desde que ele entregasse algumas pessoas, alguns companheiros que queriam. Quando ele se negou a fazê-lo, eles começaram a me torturar. [...] Eu fui torturada com palmatória, choques elétricos na vagina, no seio e na língua. Fui colocada no pau-de-arara, só aguentei cinco minutos e desmaiei. Fiquei sendo torturada durante a madrugada toda. Na realidade, como não era organizada, não tinha muito que entregar, então o que a gente sentia era o sadismo dos torturadores. Dava para eles saberem que uma garota de 21 anos pouco teria para apresentar. Na realidade, o que eles queriam mesmo era exercer o sadismo, o poder e o autoritarismo. Então, de madrugada, quando terminou essa sessão de tortura, eu não conseguia andar. Fui engatinhando, descendo as escadas para a cela e, nesse processo, os torturadores ofereciam uma arma. “Não quer se suicidar? Tem aqui um revólver, você não vai sair daqui com vida. Você pode resolver logo isso agora (Relato de Laura Coutinho, Relatório CVUFES, 2016, p. 79).

A estudante foi presa por dois meses, mas quando retornou à faculdade, não teve suas faltas abonadas.

No ano de 1971, a vigilância e o monitoramento da Aesi/Ufes se encontrava intensificada, sempre com o foco voltado para a ação do monitoramento estudantil e a triagem de professores e funcionários. Porém, a maior preocupação da Aesi/Ufes era o controle dos estudantes para evitar que “subversivos” se infiltrassem em sala de aula. Era constante a solicitação de informação sobre os alunos matriculados.

No entanto, para além dos alunos, os órgãos de controle monitoravam até mesmo as referências e correspondências dos pesquisadores, buscando impedir intercâmbios com os países do Leste Europeu, como mostra a citação abaixo:

Em 13 de julho, a ASI/Ufes remeteu ofícios confidenciais aos diretores dos centros da Universidade, assinados por Alberto Monteiro, em que solicitava informações sobre a existência de correspondências entre as unidades da Ufes e organizações soviéticas visando à aquisição de material didático e cultural, ou material de propaganda comunista.. O Ofício nº 150/72-CAR, remetido na mesma data pelo diretor do Centro à Aesi/Ufes, também informava não haver correspondências da unidade para organizações soviéticas. Resposta semelhante foi enviada pelo diretor do CT em 17 de julho, pelo Ofício s/nº, por meio do qual informava que a unidade não recebia nenhum tipo de material e não mantinha correspondência com a União Soviética . O questionamento também foi prontamente negado pelo diretor do CBM pelo Ofício nº 6, de 26 de julho de 1972 (Relatório CVUFES, 2016, p. 90).

Outro ponto destacado no relatório, que ocorreu no ano de 1972, foram as prisões e torturas de estudantes e professores ligados ao Pcdob. Foram presos 18 pessoas ligadas a UFES, tendo como destaque o professor Vitor Buaiz, do curso de

Medicina, futuro prefeito de Vitória, e 17 estudantes, entre eles a jornalista Mirian Azevedo de Almeida Leitão. Os estudantes presos enfrentaram um inquérito e alguns estudantes foram suspensos das atividades acadêmicas por três anos, outros, considerados inocentes.

O professor Vitor Buaz, relatou ao CVUfes que não tinha vínculos políticos, entretanto, era ligado ao Pcdob, ele também entregava panfletos e discutia questões políticas com seus alunos da Faculdade de Medicina. Vitor Buaz foi preso quando visitava um amigo e levado para o quartel do 3º BC. Segundo relato de Vitor Buaz:

Ele, na primeira noite, ficou numa cela coletiva, junto com alguns de seus estudantes. No segundo dia, foi colocado sozinho numa cela pequena, que ficava atrás da enfermaria, onde havia um guarda de vigia. De acordo com o médico, o guarda fazia muitas perguntas sobre o movimento estudantil e chegou a lhe contar que alguns dos presos daquele grupo haviam sido torturados. Durante os cerca de 15 dias em que ocorreram os interrogatórios, Vitor Buaz disse que os presos ficaram incomunicáveis. Ele relatou ainda que não chegou a ter grandes problemas com o trabalho na Universidade por conta de sua prisão, já que o episódio aconteceu no período de recesso acadêmico. A família, no entanto, sofreu com o ocorrido: Não houve nenhum tipo de corte de ponto ou qualquer ameaça de demissão, porque os colegas sabiam que a situação era crítica, aquele foi um momento auge da repressão, todos os aparelhos do PCdoB foram derrubados, muitos assassinatos e era uma situação, um clima de insegurança muito grande. As famílias ficaram em pânico, claro. A minha mãe ficou de cama todo aquele tempo que eu estive preso. Minha mulher teve um aborto e foi comigo até o quartel naquela ocasião. Ela estava comigo, me acompanhou lá, ficou esperando e fi zeram algumas ameaças para ela: 'seu marido tá muito comprometido'. Claro, ela ficou extremamente ansiosa com aquela situação. No dia seguinte, foram até meu apartamento, que era ali na rua Uruguai, perto da Arquidiocese de Vitória, e queriam entrar no apartamento e a minha esposa não queria deixar eles entrarem sozinhos. Tinha um juiz que morava no prédio e ele acompanhou tudo que aconteceu ali. Não encontraram nada, só dois livros: O Capital, de Marx, e um livro sobre Cuba, que eu tinha pegado emprestado com meu cunhado (Relatório CVUFES, Relato de Vitor Buaz, 2016, p. 111).

Depois que foi solto Vitor Buaz voltou a exercer suas funções como médico e professor, normalmente.

Durante o ano de 1972, os estudantes fizeram algumas manifestações, entre elas pode-se destacar a manifestação em prol da abertura do restaurante universitário no campus de Maruípe. Essa manifestação ocupou as ruas e a Câmara de Vereadores de Vitória (CMV)

O ano de 1973 também foi marcado pela repressão militar, logo que começou o ano os órgãos de repressão encaminharam um ofício solicitando ao Diretor do CBM que lacrasse e recolhesse a chave do DA de Medicina.

Outro ponto de vigilância eram as refeições de grau. Os órgãos de repressão eram informados dos cronogramas, programação e nomes dos homenageados. Todo o processo de contratação de docentes, transferência e matrículas dos alunos também passavam pelo crivo desses órgãos. Os discursos e informações contidas nos mesmos eram repassadas às Aesi, que também monitoravam os oradores, juradores, paraninfos e patronos.

Com relação às atividades ligadas à escolha de representantes estudantis, todas passavam pelo aval da Aesi, que legitimava a candidatura. Recebiam uma lista com o nome dos discentes que eram candidatos, ficando a cargo deles a aprovação desses nomes.

Existia também um monitoramento sobre os professores com fundo político-ideológico. A Aesi/Ufes tinha conhecimento dos nomes, perfis dos profissionais, a relação das disciplinas, dos departamentos e dos horários dos profissionais.

Outro meio de repressão dentro da faculdade, nesse período, era a proibição de circulação de obras e ideias, que os militares consideravam “subversivas”, demonstrando assim que os mesmos buscavam o controle político e ideológico por meio de censura.

Em 18 de novembro de 1974, a Aesi comunicou às direções dos centros a proibição, pelo Ministério da Justiça, por “exteriorizarem matéria contrária à moral e aos bons costumes”, dos livros: *Sileen idol*, de Robert Moore; *All Juiced Up*, de Verônica King; *Jeff’s Trade*, de Roger St. Clair; e *Cruise Ship*, de Py Jay Geene. Como no ano anterior, a orientação foi a de que, caso fossem encontrados exemplares dessas obras nas bibliotecas setoriais, as direções dos centros deveriam enviá-los para a Aesi. A CVUfes encontrou a resposta apenas da direção do CBM 256, que negou a existência das citadas obras em sua biblioteca setorial. Em 1974, a Aesi também determinou a busca, a apreensão e o encaminhamento para a Assessoria dos exemplares do livro do líder comunista da Coreia do Norte, Kim Il Sung (Relatório CVUFES, 2016, p. 118).

Essa fase repressiva teve seu ponto culminante em 1973, marcada por prisões e perseguições de professores e estudantes, principalmente os ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

A partir deste momento, começamos a analisar a Quarta Onda de Repressão que ocorreu dentro da Ufes, iniciada no ano de 1975. A pressão em toda a rede universitária ainda era constante, e ainda havia o monitoramento das atividades relacionadas aos movimentos estudantis e suas representações.

Em 1975, há uma continuidade na busca de controle e estreita vigilância sobre as atividades universitárias em seus diversos aspectos, num quadro já marcado pelo esfacelamento das entidades estudantis, consequência direta da terceira onda repressiva. Nota-se uma preocupação da chefia da Aesi/Ufes em estabelecer uma verdadeira “barreira ideológica” no campus” (Relatório CVUFES, 2016, p. 120).

A partir de 1975, começaram a ocorrer, principalmente por parte dos estudantes, uma mobilização visando a redemocratização do país e o reestabelecimento de um Estado Democrático de Direito. A campanha pela anistia também ajudou nesse debate. Dentro da UFES, duas entidades tiveram um grande papel nesse processo, o DA do CCJE, e o DA do CBM. A reabertura desses grupos era motivo de vigilância, os militares continuavam monitorando as informações que circulavam dentro da UFES.

O Movimento Estudantil da UFES articulou a eleição da chapa “Gota d’água” para o DA do CCJE e, logo após a vitória, propuseram a reabertura do DCE em 1978.

As palavras de ordem "Liberdades Democráticas", "Anistia Ampla Geral e Irrestrita", "Constituinte Livre e Soberana" e "Eleições Diretas", passaram a fazer parte do cotidiano dos universitários capixabas. Os estudantes buscam uma aproximação com outros setores da sociedade como os sindicatos, em especial com como os sindicatos dos metalúrgicos, dos professores e dos jornalistas. Os jovens atores universitários se aproximam também de outras instituições, como a ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Igreja, através das Comunidades de Base, que estavam em processo de organização na Grande Vitória (Tessarolo, 2007, p. 1).

As ações promovidas pela chapa vencedora no DA do CCJE foram monitoradas de perto pelos órgãos da repressão. A chapa geriu suas ações de modo a rearticular e reagrupar os estudantes.

Uma das ações de destaque do DA do CCJE foi a criação e produção do jornal “O Grito”, como verificado na figura 12, o jornal era mimeografado e possuía anúncios. Os DAs também tinham acesso a outros jornais alternativos de oposição, como “Versus Posição”, “Movimento” e “Pasquim”. Segue abaixo a capa de uma das edições dos jornais que circulavam na UFES.

**Figura 11.** Jornais estudantis O GRITO e QUESTÃO DE ORDEM.



Fonte: Relatório CVUFES (2016, p. 132).

Nesse contexto, os DAs e a Fundação Cultural do Espírito Santo <sup>11</sup> articularam, entre os dias 5 e 10 de junho de 1977, a II Semana Cultural Universitária. Os órgãos de repressão obtiveram a programação das palestras, entretanto, nada sabiam sobre o show dos sambistas Nelson Cavaquinho e Clementina de Jesus, que aconteceram no final do evento.

No segundo Semestre de 1978, os estudantes já se encontravam mais organizados e bradavam por novas causas, como a anistia, a volta dos banidos e cassados, o fim das prisões e torturas, o fim do arrocho salarial, a criação do Partido Socialista (PS), a liberdade sindical e o direito de greve, melhores condições de ensino e mais verbas para a educação (Relatório CVUFES, 2016).

No dia 9 de novembro de 1979, foi realizada na UFES a primeira eleição do DCE, desde que o mesmo foi fechado em 1969, com a participação de cerca de 70% dos estudantes, tendo cinco chapas participantes. A chapa vencedora foi a chapa

<sup>11</sup> Entidade ligada ao Governo.

“Construção”, encabeçada pelo estudante de Economia Paulo Cesar Hartung Gomes, sendo um marco na organização política dos estudantes da UFES.

Os documentos do SNI já mostravam preocupação frente às articulações das entidades estudantis. Um dos nomes de destaque nos relatórios do SNI era o de Perly Cipriano, estudante de Odontologia, que foi preso e depois de liberto retornou à militância política com mais intensidade, sendo ele um dos responsáveis por, posteriormente, organizar o Partido dos Trabalhadores (PT) no Espírito Santo. Na figura 13, temos uma imagem de Perly Cipriano, que esteve presente em muitos atos estudantis.

**Figura 12.** Perly Cipriano (o primeiro da esquerda para a direita) e outros presos políticos



Fonte: Relatório CVUFES (2016, p. 144).

Os estudantes da UFES se mobilizaram e participaram da greve nacional dos estudantes e professores no ano de 1980, promovida pela UNE:

O agente que acompanhou a manifestação registrou que “elementos faziam a segurança de Gregório Bezerra, entre os quais estava Paulo Hartung, ex-presidente do DCE”. O agente destacado para acompanhar o ato público observou que “Paulo Hartung parecia estar armado, pois usava um blusão e segurava um volume na altura da cintura”. O documento também registrou a realização do “enterro” simbólico do MEC, feito pelos estudantes em frente ao Palácio Anchieta, depois do ato público na Praça Oito. Mas, um dos fatos mais curiosos do relatório do agente é que, ao descrever o debate, promovido na noite do mesmo dia pela Comissão de Mobilização Popular do PMDB, o qual foi realizado no auditório do antigo Colégio do Carmo, com a participação

de Gregório Bezerra e do ex-presidente da UNE, Aldo Arantes, ele registra que teve que se retirar do local, pois sua presença havia sido notada por um “elemento” jornalista, que fazia a cobertura para um jornal local. A greve também teve parte de suas atividades acompanhadas por agentes da SII/SPI, como mostra um outro processo encontrado no dossiê do DCE 345. No caso, a chefia da Superintendência de Investigações Especiais da Polícia Civil, determinou que o chefe da Seção de Operações Especiais, Demerval Silva, e o detetive Lucas Miranda, fossem até a Praça Oito acompanhar a movimentação. No primeiro relatório produzido pelos agentes do órgão, eles informam que, no dia 11 de setembro, haviam constatado, na Praça Oito, apenas a existência de faixas de pessoas que tocavam tambores e expunham livros e de estudantes que mediam a pressão arterial de pessoas que passavam pelo local, sem citar o nome de nenhum dos manifestantes (Relatório CVUFES, 2016, p. 148).

A greve durou 20 dias, entretanto, o movimento dos professores se estendeu até 12 de dezembro, os estudantes precisaram entrar em debates sobre reposições e aplicação de provas.

No ano de 1982, o Relatório da Comissão da Verdade Ufes trouxe como destaque a greve e ocupação do RU, este ano foi claramente marcado pela efervescência política, a falta de recursos e subsídios repassados à universidade chegou ao restaurante, como forma de reajuste nos preços. Os estudantes exigiram a manutenção dos subsídios para a alimentação e a suplementação de verbas para o RU. Além disso, foi definido que os estudantes tentariam negociar com a reitoria um novo preço para as refeições (Relatório CVUFES, 2016).

Os estudantes da UFES partiram em passeatas para reclamar do preço da refeição no RU, essas manifestações eram acompanhadas de perto pelos agentes do SII/SPI, a passeata no Centro contou com 150 estudantes, o reitor encaminhou a seguinte proposta:

O representante do reitor apresentou uma proposta que previa a permanência da gratuidade das refeições para os estudantes carentes que já possuíam esse direito; o preço de Cr\$ 30 para o restante dos carentes; de Cr\$ 60 para os estudantes não considerados carentes, mas que usavam o RU diariamente, e de Cr\$ 130,00 para os demais estudantes da Ufes (Relatório CVUFES, 2016, p. 151).

O monitoramento estudantil e dos professores começou a ser menos intenso a partir dos anos 80, ao mesmo tempo que começaram a ocorrer as primeiras greves e paralisações. Na época, os órgãos de repressão montavam os dossiês sobre essas ações:

Os diversos dossiês são compostos principalmente por recortes de jornais e cópias das publicações da Adufes e da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES), criada no início de 1981, com apenas alguns poucos relatórios produzidos pelas agências de informação. A CVUfes localizou, no dossiê do DOPS referente aos movimentos de professores, funcionários e estudantes, recortes de jornais alusivos à prisão do então presidente da Adufes, Benedito Tadeu César, por policiais federais e militares, ocorrida na tarde de 23 de outubro de 1983. [...] A SII/SPI difundiu, entre o 38º BI e o Gabinete da Chefia de Polícia Civil, o Informe nº 44/84 – SII/SPI/SESP, que tratava de assembleia dos professores realizada naquele ano, durante a greve nacional da categoria. O documento citou, apenas pelo primeiro nome, os 11 docentes escolhidos para a comissão responsável pela organização de uma manifestação que seria realizada no dia 17 de julho (Relatório CVUFES, 2016, p. 162).

As disputas da diretoria do DCE também continuavam a ser monitoradas pelas agências de repressão, como mostra o Relatório da Verdade UFES:

CISA/RJ difundiu o Informe nº 200/125/CISA/RJ, referente às eleições da entidade, realizadas nos dias 4 e 5 maio de 1983. Os agentes relataram que haviam participado da disputa das chapas Oposição (formada por elementos ligados à Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista – ORM-DS) e à Organização Socialista Internacionalista (OSI), Rasgando a Fantasia (com “elementos” da tendência Correnteza e independentes) (Relatório CVUFES, 2016, p. 164).

A AESI/ASI deixou de funcionar a partir de 1979, entretanto, em algumas universidades, ela ainda existia. No ano de 1986, o DCE e a comunidade universitária descobriram que a Aesi/Ufes ainda estava em funcionamento nas dependências da UFES e mantinha vigilância sobre os mesmos, a partir desse momento os estudantes se mobilizaram e exigiram do reitor a extinção definitiva do órgão.

Na época, o governo do presidente José Sarney havia determinado a desativação das Aesis/ASIs das universidades, cujas atribuições passaram para as Delegacias Regionais do MEC (DEMEC), inclusive no Espírito Santo. Um dossiê da ASI da então estatal Companhia Siderúrgica Tubarão (CST), hoje Arcelor Mittal Tubarão, encontrado no acervo do SNI, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro 390, permitiu elucidar, parcialmente, o que aconteceu com a Aesi/ Ufes e parte da documentação produzida pelo órgão. Um documento do SNI, sem data, informou que a Aesi/Ufes continuava operando num prédio e com funcionários da Universidade, embora fora do campus. Em 5 de agosto de 1986, o ministro da Educação Jorge Bonhausen baixou a Portaria nº 576/86, que determinou a extinção das ASIs das universidades federais. No entanto, segundo o informe, o ainda chefe da Aesi/Ufes, Alberto Monteiro, recusava-se a deixar as atividades de informação e, na impossibilidade de exercê-la em dependências da Ufes (Relatório CVUFES, 2016, p.167)

Em agosto de 1986, o MEC editou uma portaria extinguindo as ASI ainda existentes nas universidades, pondo fim a esse órgão de repressão.

Finalizando a análise do relatório, não podemos deixar de citar o nome de Alberto Monteiro, principal elo de ligação no movimento de repressão, dentro da UFES.

“Elemento do regime”, “porta-voz dos militares”, “informante dos órgãos de segurança”, “nome tenebroso”, “representante dos órgãos de repressão”, “ligado aos militares”. Essas são algumas das expressões usadas sem maiores rodeios por estudantes, professores e funcionários que passaram pela Ufes, ao se referirem ao ex-professor e ex-chefe da Aesi/Ufes Alberto Monteiro, talvez o personagem mais controverso e polêmico que atuou dentro da Universidade durante o período da Ditadura militar (Relatório CVUFES, 2016, p. 167).

Segue o depoimento ao Relatório da Verdade de Renato Viana Soares, ex-estudante e ex-professor:

Alberto era “informante dos órgãos de segurança” e ele quem montou, junto com o ex-reitor Manoel Ceciliano Abel de Almeida Filho, o Manoelito, “todo o processo farsa para desapropriar ilegalmente o patrimônio estudantil existente aqui no estado”. Alberto Monteiro obrigava os estudantes a chamá-lo de “capitão” e que ele “[...] chegou a ameaçar, com arma em punho, os estudantes que planejavam a Semana de Medicina, realizada anualmente nas faculdades de todo o país”. Disse ainda que, em média, havia três agentes da repressão em cada classe e que eles ingressavam no curso de Direito sem vestibular, sendo todo o esquema montado por Alberto Monteiro: Essa repressão funcionava por um esquema diabolicamente montado pelo sr. Alberto Monteiro, que é um indivíduo extremamente arrogante para os que estão abaixo dele, e subserviente para aqueles que estão acima dele. Nada tenho de particular contra ele, quero que isso fi que bem claro. Ao contrário, tenho até muita pena, fomos colegas de infância - estudamos juntos no Salesiano - mas ele sempre demonstrou sua personalidade mesquinha. Foi um estudante medíocre, que nunca se destacou, e posso afirmar que sua maior frustração foi não ter conseguido ser oficial do Exército; devido à sua baixa estatura, nunca pôde ingressar numa escola militar (Relatório CVUFES, 2016, p. 166).

Alberto sempre é citado como referência repressiva, ex-professor, ele comandou a Aesi/Ufes desde a sua criação, em 1971, até a extinção definitiva do órgão, em 1986.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entende-se que escrever um trabalho que busca recuperar e resgatar informações de um período histórico, no nosso caso o período ditatorial (1964-1985),

é um processo longo e doloroso, entretanto, é uma tarefa que nos trouxe muitas descobertas.

Ao se realizar essa pesquisa, foi imprescindível se fazer um adendo sobre o acesso público às informações. Nos últimos anos, muito se lutou para que essas informações referentes ao período da Ditadura Civil-Militar fossem expostas de forma transparente, fortalecendo assim a democracia brasileira.

É necessário dar mérito aos estudiosos que se dedicaram a compreender os impactos da Ditadura nas universidades, foi a partir desses estudos que se fomentou a criação das Comissões da Verdade Universitárias, material esse que foi fonte principal da presente pesquisa. Essas comissões trabalharam com fontes escritas, imagéticas e orais, e nos possibilitam compreender os meandros da política universitária naquela época.

O legado da Ditadura Civil-Militar na UFES é complexo e multifacetado. Por um lado, a Ditadura levou ao declínio da liberdade acadêmica, do intercâmbio intelectual e do ativismo estudantil, o que teve um impacto negativo na qualidade do ensino na universidade. Por outro lado, a Ditadura também fez emergir novas formas de resistência e engajamento social entre alunos, professores e funcionários da UFES.

Em nossas pesquisas, procuramos nos desdobrar em rastros e fatos que nos ajudassem a entender a repressão e seus meandros, dentro dos muros da Universidade Federal do Espírito Santo durante a Ditadura Civil-Militar. Buscamos, assim, destituir a óbice do silêncio imposto durante a Ditadura Civil-Militar, nos valendo de mais informação para o aprofundamento de uma sociedade democrática.

A pesquisa das fontes e dos documentos realizados para este estudo nos forneceram informações valiosas sobre o impacto da Ditadura Militar na UFES. A pesquisa demonstra que a UFES perdeu sua autonomia e controle frente a esses órgãos repressores, visto que eram eles que detinham o controle político das universidades. Percebeu-se, também, que ocorreu um declínio da qualidade acadêmica, fazendo assim com que houvesse a supressão do pensamento crítico que desafiava as políticas do regime.

A Reforma Universitária foi um ponto de destaque do período ditatorial, visto que foi a partir dessa lei que começaram a ocorrer diversas mudanças no sistema educacional brasileiro. Nesse momento, foi instaurado o regime classificatório, os

sistemas de créditos e os programas de mestrado e doutorado. Essa reforma foi instituída pelos militares com o intuito de alcançar, influenciar e manipular a sociedade.

A Reforma Universitária foi concebida em cima de um discurso hegemônico, de uma classe burguesa e conservadora, que pensava em instituições mais eficientes e produtivas, visando correlacionar o ensino com o desenvolvimento econômico do país.

Podemos destacar que a perseguição, que começou a ocorrer nesse período, se fez presente em diversas áreas, como artes, comunicação, política e outros setores civis. Na Educação, essa perseguição não foi diferente, essa manipulação e repressão que ocorria dentro das universidades vinham em forma de leis, evidenciando o caráter opressor do governo, culminado nas manifestações e revoltas dos estudantes.

Ficou evidente que o movimento estudantil teve papel de destaque em todo o período ditatorial, os estudantes se fizeram presentes através de passeatas e manifestações. O restaurante universitário da UFES foi um dos grandes palcos de lutas do ME, uma das reivindicações dos estudantes era com relação ao preço das refeições.

Em resposta às medidas de repressão impostas pelo governo, podemos destacar que o movimento estudantil da Ufes se tomou uma das principais resistências e oposição à Ditadura civil militar. Foram diversas manifestações dos estudantes reprimidas com violência.

Os estudantes se manifestavam contra questões econômicas da Ditadura Civil-Militar, em especial contra sua política educacional. Foram às ruas mostrar o descontentamento com as medidas tomadas pelo governo federal. O ano de 1968 foi marcado por essas manifestações, que sempre eram combatidas pelo governo, entretanto, o decreto do AI-5 mudou esse cenário em 13 de dezembro, com a implantação, dentro do campus das universidades, de um maior controle governamental, que buscava impedir a insurreição popular que se opusesse ao regime.

Como conseguimos concluir em nossa pesquisa, o principal órgão responsável pela repressão na UFES foi as AESi, que eram sinônimo de violência, intimidação e ameaça para toda a comunidade universitária: professores, estudantes e corpo administrativo. Esse centro de coleta de informações atuava em todos os setores da sociedade. A UFES sentia de perto os efeitos desse aparelho repressivo. As AESis, que se apresentavam como assessorias para assuntos de segurança dos

reitores, na verdade, tinham como objetivo monitorar e compor material contra os estudantes, professores e técnicos-administrativos, visando derrubar qualquer ato de resistência ao regime.

Todos os eventos que ocorriam dentro da UFES passavam pelo crivo das AESIs, sempre com o falso discurso de que estavam evitando qualquer “infiltração” comunista. Os estudantes eram a prioridade da vigilância das AESIs, eles eram supervisionados em sua vida acadêmica, nas eleições de representantes estudantis, em colação de grau, em eventos acadêmicos e nas aulas. Nesse período, uma das estratégias usadas pela repressão era infiltrar militares em salas de aulas em busca de informações. Muitos estudantes perseguidos se exilaram ou foram para a clandestinidade.

Um dos nomes relacionado ao órgão repressor é o de Alberto Monteiro, que criou uma rede de cerceamento e vigilância dentro da UFES, essa teia envolvia a proibição do direito de comunicação, manifestação e circulação de ideias de estudantes e professores.

A repressão durante o período da Ditadura Civil-Militar, influenciou o ativismo estudantil, acarretando um efeito inibidor da participação estudantil em movimentos sociais e políticos, levando a um declínio na mobilização e organização dos estudantes em torno de questões de justiça social e democracia. Os estudantes militantes estudantis eram os maiores alvos do monitoramento e dos ataques militares. Muitos militantes estudantis foram presos, torturados ou forçados ao exílio durante a Ditadura, o que teve um impacto duradouro na cultura de ativismo e resistência da UFES.

Ocorreu uma série de violações dos Direitos Humanos, nesse período, podemos citar: torturas físicas e psicológicas, prisões, as invasões e fechamento da sede do DCE, censura, que iam de proibição de livros à proibição de participação em reuniões e eventos, expulsão dos cursos, demissões sumárias, entre outros.

O 38º. BI foi o maior centro de tortura do Espírito Santo, ficando a cargo dos militares empregarem técnicas de tortura, que passavam por privação do sono e de alimento, espancamento, choques elétricos, violência sexual e psicológica, confinamentos e, por vezes, utilização de animais (cobras e cachorros).

É importante ressaltar, também, que as mulheres tiveram um protagonismo e uma participação ativa na luta contra a repressão. Mesmo que em menor número, participavam de sindicatos, movimentos estudantis e partidos clandestinos.

Ao se defender a Ditadura, apagam-se todas as monstruosidades cometidas pelo Estado, que com o objetivo de melhoria coletiva, matou milhares de pessoas, outras “desapareceram” e muitas foram torturadas e passaram por diversos tipos de humilhação.

É necessário que as gerações que não viveram nessa época tenham conhecimento dessa história. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o futuro nessa base, iremos fracassar (Hobsbawm, 1995, p. 562).

Portanto, pode-se aqui concluir que o autoritarismo e conservadorismo estiveram presentes no período da Ditadura Civil-Militar na UFES, que sofreu com a repressão, que se fez presente em quatro períodos, todos com marcos definidos. Entende-se, também, que a Reforma Universitária contribuiu para a repressão que se fez presente na UFES e que até hoje deixa seu legado, visto que a Universidade ainda trabalha com o arcabouço da departamentalização, do sistema de créditos, entre outros.

A burguesia estava aliada ao governo militar, visto que muitos empresários financiavam os órgãos de repressão. A classe dominante buscava a formação de uma classe trabalhadora “forte”, com pouco senso crítico. Essa burguesia apoiava a Reforma Universitária.

A comunidade universitária viveu sob o monitoramento das AESIs que representavam o movimento de vigilância em escala nacional, as AESIs controlavam vários aspectos da universidade, contribuindo assim para o aumento da repressão. Esse órgão repressor vigiava alunos, professores e técnicos administrativos, a vigilância era constante contra atos que consideravam subversivos. O ME se fez presente em todo esse período, e os estudantes passaram por momentos de censura e tortura, mobilizando-se através de atividades convocadas pelos DAs. Apesar de todo o impacto da Ditadura, a UFES demonstrou um senso de compromisso e resiliência, passando por um momento de redemocratização, voltando a ter liberdade de pensamento e a traçar seu próprio caminho.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado Lisboa**: Presença, 1970.

ALVES, Alda Judith. **A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações**: meus tipos inesquecíveis. Caderno de Pesquisa. São Paulo, n.81, p. 53-60, maio de 1992.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da Teoria do Capital Humano**. São Paulo: Autores Associados, Cortez, 1982.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **História dos 57 anos da Ditadura militar integra acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**. Disponível em <<https://www.es.gov.br/Noticia/historia-dos-57-anos-da-Ditadura-militar-integra-acervo-do-arquivo-publico-do-estado-do-espírito-santo>> Acessado em 25 de Abr. De 2022.

BRASIL. (1961) . Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, **Fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília: Casa Cível.

BRASIL (1964). Lei n.º 4464, de 09 de novembro de 1964. **Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências**. Brasília: Casa Cível.

BRASIL (1987) **Ministério da Educação e Cultura. A educação nas mensagens presidenciais (1890-1986)**. Brasília: Inep, 1987, MEC/DDD. (Domínio Público) Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 2 mar. 2022.

BOTTOMORE, Thomas. **Dicionário do pensamento marxista**. Edição Digital, Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod\\_resource/content/2/Bottomore\\_dicion%C3%A1rio\\_pensamento\\_marxista.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf) Acesso em: 06 de set. de 2022.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Ed.UNB). **Dicionário de Política**. ed. Turim: Utet, 1990

CABRAL, Jefferson Alves. **A implementação da reforma educacional (Lei n.º 5.692/71) no Estado do Espírito Santo**: relações de poder e mercado de trabalho (1971-1978). Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). 2006.

CAETANO, Alexandre. **A Revolução dos caranguejos**: o Golpe de 64 no Espírito Santo. Jornal Século Diário. 10 dez. 2002. Disponível: [http://www.seculodiario.com/reportagens/index\\_Golpe\\_militar01.htm](http://www.seculodiario.com/reportagens/index_Golpe_militar01.htm). Acesso em: 23 Abr. 2022.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997

CARLOS, Nara Lidiana Silva Dias; CAVALCANTE, Ilane Ferreira; NETA, Olívia Morais de Medeiros. **A educação no período da ditadura militar: o ensino técnico profissionalizante e suas contradições (1964-1985)**. *revistatrabalhonecessario-ano 16-nº30/208*

CAVALCANTI, Maria Clara. **Milagre Econômico Brasileiro: Veja como aconteceu**. Disponível em: <<https://querobolsa.com.br/enem/historia-brasil/milagre-economico-brasileiro#:~:text=Ficou%20conhecido%20como%20Milagre%20Econ%C3%B4mico, enorme%20crescimento%20econ%C3%B4mico%20no%20pa%C3%ADs.>> Acessado em 21 de agosto de 2023.

CERUTTI, Marcos Fontana Cerutti. **Acadêmicos Da UFRGS e comissão Especial De Investigação Sumária no Ano De 1964**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS. 2010.

CHIAVENATO, José Julio. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar**. São Paulo: Moderna, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE. Espírito Santo, 2021. Disponível em <<https://sedh.es.gov.br/Media/sedh/DOCUMENTOS%202021/Relat%C3%B3rio%20da%20Comiss%C3%A3o%20Estadual%20da%20Mem%C3%B3ria%20e%20Verdade-1.pdf>> Acessado em 20 de maio de 2022.

CUNHA, LUIZ ANTONIO. O legado da Ditadura para a educação brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, Acessado em : abr.-jun. 2014.

CUNHA, LUIZ ANTÔNIO; Góes de Moacir. **O Golpe da Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge 177 (org). **O populismo e sua história (debate e crítica)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DIAS JÚNIOR, Roubiceck. **Guerra Fria, a era do medo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

DOMINGUES, José Maurício. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. Rio de Janeiro: **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 45, n. 3, p. 459-482, 2002.

DUARTE, Marizete Pimentel Loureiro. **A expansão da periferia por conjunto habitacional na região da Grande Vitória (1964-1986)**. Vitória: Grafitusa, 2010.

ESPÍRITO SANTO (Estado) Governador (1963-1966: Lacerda de Aguiar). **Atividades governamentais**. Boletim informativo das atividades administrativas do governo do Estado. Francisco Lacerda de Aguiar. Vitória: Ano I;nº3, abril,1964;

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Governador (1959-1962: Lindenberg). **Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado em 15 de março de 1960 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1960.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Secretaria de Estado da Educação**. Circular nº 61/68. Vitória, 1968.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Secretaria de Estado da Educação**. Ofício nº 168/69. Vitória, 1969.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Secretaria de Estado da Educação**. Circular nº 8/77. Vitória, 1977

FERREIRA Júnior;BITTAR Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na Ditadura militar. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008

FERREIRA, Vânia Farias. **Universidade Federal de Pelotas à época da Ditadura Civil-Militar Memórias divergentes de uma trajetória**. Universidade Federal de Pelotas. RS. 2016

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, 2017

FURTADO, Marcello França. **Nas ruas, nas praças: as imagens do movimento estudantil capixaba na Ditadura militar (1964-1985)**. Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo. 2017.

GASPARINI, Eli. **A Ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras. 2022

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil: 1964/85**. Um estudo sobre a política educacional. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas/SP. 1990.

HILSDORF, Maria. Lucia. Speedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003

HOBSBAWM,E. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das letras. 1995. 1996, p. 228).

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles (2001). **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

LIRA, Alexandre Taveres do Nascimento. **A legislação de educação no Brasil durante a Ditadura militar (1964-1985)**: um espaço de disputas. Universidade Federal Fluminense.RJ.2010

LUIZ, Miriã Lúcia. **Diretrizes curriculares para o ensino de História no Espírito Santo em tempos autoritários (1964-1985)**. Univerisade Federal do Espírito Santo (UFES), Espírito Santo, 2015.

MARX, Karl.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 1997.

MARX, Karl. O Capital. **O capital: crítica da economia política (Volume I)**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MECHI, Patrícia Sposito. **O legado do projeto educacional da Ditadura militar brasileira à atualidade**. São Paulo, 2015. Disponível:  
<<http://www.espacoacademico.com.br/066/66mechi.html>> Acesso em: 17 de Abr. de 2022.

MELO; Francisco Egberto. TOLEDO; Edilene Terezinha de. O ensino de estudos sociais, EMC e OSPB e a resignificação da cultura cívica nacional nas práticas escolares em escolas de Fortaleza durante o regime militar. **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005**.

MOURA, Gerson. **Estados Unidos e América Latina**. São Paulo: Contexto, 1991.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da Ditadura brasileira** [livro eletrônico] : (1964-1985) / José Paulo Netto. -- 1. ed. -- São Paulo : Cortez, 2014.

MOLINA, Rodrigo.Sarruge. **Ditadura, agricultura e educação: a ESALQ/USP e a modernização conservadora do campo brasileiro (1964 a 1985)** Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, **A Ditadura que mudou o brasil – 50 anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

NORONHA, O. M. **História da Educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005.

PAULINO, Ana Flávia Borges; PEREIRA, Wander. **A educação no estado militar (1964-1985)**. 2006. Disponível em: . Acesso em 21 de Abril de 2022.

PELEGRIN, Ayla Rodrigues Oliveira. **Modernização e repressão: os impactos da Ditadura militar na Universidade Federal do Espírito Santo (1969-1974)**. Espírito Santo. 2016.

PEREIRA;Valter Pires Pereria;MARVILLA; Miguel. Ditaduras não são eternas. Memória da resistência ao Golpe de 1964 no Espírito Santo.**Revista e Ampliada**. Vitória.2014.

POULANTZAS, N. (1977) **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes.

QUELER, Jefferson José. **Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)**.Campinas. 2008

REIS, Marília Freitas de Campos Tozoni. O método materialista histórico e dialético para a pesquisa em educação. **Rev. Simbio-Logias**, V. 12, Nr. 17 – 2020.

REVISTA CAPIXABA. Vitória, abr. 1964.

ROLLEMBERG; Denise. “**Memória, opinião e cultura- A ordem dos advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974)**”. Universidade Federal Fluminense; Rio de Janeiro. RJ. 2016.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

SANTOS, Francisco, José. **Da campanha da legalidade ao Golpe de Estado de 1964: o Estado do Espírito Santo durante o governo de João Goulart (1961-1964)**. Universidade Federal do Espírito Santo. 2013.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas. Autores Associados. 1994.

SILVA, Andreia Vilela Mafra. Pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 70, p. 197-209, dez. 2016 – ISSN: 1676-2584

SILVA, Iara Souto Ribeiro. **Modernização e repressão durante a Ditadura Militar**. Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais. 2017

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castello a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SUMAMENTE Grave a situação em todo o país: rebeladas guarnições do Exército em MG. **A Gazeta**. Vitória, p.1, 1ºabr.1964.

TAMBARA; Eleomar. **Karl Marx: contribuições para a investigação em História da Educação no século XXI**. Editora Autêntica. Vol. 2. 2012.

TIBOLA; Ana Paula Lima. **A escola superior de guerra e a doutrina de segurança nacional (1949-1966)**. Passo Fundo. RS. 2007.

TRENTINI, M.;PAIM, L. **Pesquisa**. Uma modalidade convergente assistencial. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

VIDAL, Diana Gonçalves (Ed.). **Dermeval Saviani**: pesquisador, professor e educador. Autores Associados (Editora Autores Associados LTDA), 2011.

VIANA, Giomar; DE LIMA, Jandir Ferrera. **Capital Humano e crescimento econômico**. Campo Grande; 11 (2) • Dez 2010

UFES. **História da UFES. 2023**. Disponível em: <https://www.ufes.br/hist%C3%B3ria>. Acessado em 10 jul. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Faculdade de Medicina. Relatório da Comissão de Inquérito da Faculdade de Medicina**. Vitória,1964.